

KLS

Análise do Discurso

Análise do Discurso

Fabiane Teixeira de Jesus
Claudia Dourado De Salces
Guilherme Adorno
Danusa Lopes Bertagnoli

© 2019 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Fernanda D'Oliveira

Guilherme Alves De Lima Nicésio

Editorial

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Jesus, Fabiane Teixeira de
J58a Análise do discurso / Fabiane Teixeira de Jesus et al.
– Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.
176 p.

ISBN 978-85-522-1463-2

1. Condições de produção. 2. Historicidade.
3. Formação discursiva. I. Jesus, Fabiane Teixeira de.
II. Título.

CDD 401

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2019

Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza

CEP: 86041-100 — Londrina — PR

e-mail: editora.educacional@kroton.com.br

Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1	
A não transparência do discurso.....	7
Seção 1.1	
Conceito de discurso.....	10
Seção 1.2	
Condições de produção: constituição e instituições.....	20
Seção 1.3	
Condições de produção: formações imaginárias	31
Unidade 2	
A interpretação entre não ditos.....	43
Seção 2.1	
Silêncio.....	45
Seção 2.2	
Pré-construídos do discurso	57
Seção 2.3	
Interpretação.....	71
Unidade 3	
Sujeito, autoria e as materialidades significantes.....	89
Seção 3.1	
Texto, formação discursiva e posição-sujeito	91
Seção 3.2	
Autoria: diferentes lugares e o efeito de um sujeito	104
Seção 3.3	
Autoria: diferentes materialidades e o efeito de um texto.....	115
Unidade 4	
Processos de identificação em contradição.....	131
Seção 4.1	
Leitura, identificação e ideologia.....	133
Seção 4.2	
Memória e interdiscurso.....	148
Seção 4.3	
Contradições no social.....	162

Palavras do autor

A Análise do Discurso é uma disciplina que estuda o funcionamento da linguagem e sua relação com o sujeito social, problematizando as evidências e verdades de outras ciências. Sendo ao mesmo tempo uma teoria e um método analítico, a Análise do Discurso fornece princípios e procedimentos para trabalhar a linguagem de maneira mais crítica com as diferentes formas textuais, com a interlocução entre sujeitos e seus desdobramentos nas relações sociais e na história.

Conhecendo os princípios e procedimentos da Análise do Discurso, ao final desse curso, você deverá ser capaz de compreender a complexidade do funcionamento social das práticas simbólicas e aprender formas de analisar a reprodução e transformação de alguns sentidos em vários contextos profissionais, seja da área da comunicação, do ensino, da publicidade e de qualquer outra em que a linguagem (verbal e não verbal) seja a ferramenta básica de trabalho.

A composição do livro fornecerá elementos que vão lhe permitir uma prática profissional mais atenta ao vínculo das sutilezas da linguagem com as dinâmicas sociais. Na primeira unidade, você vai explorar a relação do discurso com os traços aparentemente exteriores a ele, questionando seus efeitos de transparência. Já na segunda unidade, serão apresentadas as ligações entre o dito, o não-dito, o silêncio e os pré-construídos no discurso com as possibilidades de interpretação para o sujeito. No estudo da terceira unidade, será possível diferenciar as nuances entre o texto, suas diferentes materialidades e a autoria, o que lhe proporcionará capacidade para discernir como as práticas comunicacionais contemporâneas afetam o modo de significar o mundo. Na quarta unidade, você terá a oportunidade de captar algumas complexidades e contradições dos processos de identificação dos sujeitos no social.

Denise Maldidier, linguista francesa, caracterizou uma vez a história da Análise do Discurso como uma “aventura teórica”. Que tal também iniciarmos nossa própria aventura nesta disciplina que oferece tantas possibilidades de compreender o funcionamento da relação entre a linguagem e a sociedade?

Unidade 1

A não transparência do discurso

Convite ao estudo

Nesta unidade, vamos começar nossa “aventura teórica”, nos meandros da Análise do Discurso, questionando a própria transparência do discurso, porque, como veremos, a transparência, ou a produção da evidência, é apenas um efeito para os sujeitos. Para compreender o funcionamento social da linguagem, é preciso não se deixar levar pela superfície cristalina. Nesse sentido, para depreender a riqueza e a complexidade na produção dos sentidos na e pela linguagem, é necessário ficar atento às marcas linguísticas apresentadas no discurso.

Para realizar essa tarefa, você deverá ser capaz de conhecer a articulação das convenções históricas, subjetivas e languageiras. Uma articulação que, como veremos, não é uma somatória de elementos, mas um atravessamento contraditório e dinâmico. Com o intuito de ajudá-lo nesse caminho, preparamos esta unidade com os princípios teóricos que vão tirar você tanto do senso comum quanto dos efeitos do discurso.

Apesar do trabalho com conceitos abstratos, observaremos de que modo a teoria pode nos ajudar a compreender situações próprias do nosso cotidiano ou de nossa cultura como as obras de arte, por exemplo. Assim, nesta unidade, vamos nos debruçar sobre a obra de um artista contemporâneo que será a base para nosso exercício de ir além da superfície linguística e da suposta transparência da linguagem e da imagem. Vamos ao nosso contexto de aprendizagem?

Suponha que no centro cultural de sua cidade, foi aberta uma exposição de artes de artistas contemporâneos nacionais e internacionais. Como você está muito mais acostumado à linguagem do cinema, chamado de “sétima arte”, resolve dar uma chance às artes visuais e se programa para ir prestigiar a exposição. Ao chegar no local, depara-se com a obra *Uma e três cadeiras* (1965), do artista Joseph Kosuth. Trata-se de uma instalação composta por três representações de um mesmo objeto: a cadeira (Figura 1.1). Na obra está o objeto (a própria cadeira), uma fotografia desta mesma cadeira e a definição ou conceito de “cadeira”, escrita em forma de verbete de dicionário. Tal obra encaixa-se na chamada Arte Conceitual, movimento artístico contemporâneo que defende a superioridade das ideias veiculadas pela arte, fazendo

com que a execução ou materialização do objeto artístico tenha pouca ou nenhuma relevância.

O mais importante nessa arte são as ideias, o conceito que subjaz à obra. O processo mental, a reflexão sobre o trabalho de construção, portanto, tem prioridade em relação a sua aparência. Kosuth foi um dos primeiros artistas a investigar a natureza linguística da proposta artística, pois para ele as palavras têm o poder de criar conhecimento e entendimento, sobretudo pela maneira como estão apresentadas. Por isso, explora, frequentemente, em suas obras, as relações entre as palavras e seus significados e como as palavras relacionam-se com os objetos e as coisas que eles nomeiam ou descrevem. Ele é atraído pelas equivalências entre o visual e o linguístico.

Muitos artistas da Arte Conceitual utilizam-se da fotografia, xerox, filmes ou vídeo como documento de ações e processos, como forma de registro de sua obra e também como recusa à noção tradicional de objeto de arte (ENCICLOPÉDIA, 2018).

Figura 1.1 | *One and three chairs* (Uma e três cadeiras), Joseph Kosuth, 1965. MoMA- The Museum of Modern Art, Nova Iorque, EUA



Fonte: Ferreira (2018).

Essa obra é bastante inspiradora no que diz respeito às análises que podemos fazer tanto sobre a composição como um todo, como sobre cada uma de suas partes, não é mesmo? Assim, assumindo a não transparência da linguagem, seu desafio será, a cada seção, conseguir ir além da aparência da primeira leitura da obra reproduzida, refletindo sobre os efeitos de sentido que podem ser compreendidos dessa produção artística, considerando o conceito de “cadeira” trabalhado na obra do artista, bem como as condições

de produção do texto (visual, escrito, etc.) e as formações imaginárias em disputa na sociedade, que interferem na interpretação da obra.

Esse exercício de olhar para uma obra de arte e conseguir “ler nas entrelinhas”, considerando o contexto histórico, político e ideológico no qual ela foi produzida, permitirá reconhecer em outros objetos da realidade, constituídos por múltiplas linguagens, como se dá a articulação dos códigos sociais, contextuais e linguísticos, encaminhando o discurso para esta ou para aquela direção.

Ao longo das seções, vamos definir o conceito de discurso e entender a sua relação com as condições de produção, a constituição histórica, a formação das instituições e as formações imaginárias, isto é, a relação do discurso com tudo aquilo que aparentemente é exterior a ele. Complexo? Então é chegada a hora de trilhar o percurso que apresentará uma nova forma de compreender esse mundo que é a linguagem.

Conceito de discurso

Diálogo aberto

Desde pequenos, ao realizar atividades de leitura na escola, nosso professor ou professora nos perguntava: “o que o autor quis dizer nesse texto?”, ou ainda, em relação a alguma pintura dos nossos representantes da Arte Moderna como Anita Malfatti e Di Cavalcanti, por exemplo, perguntava-se: “o que essa imagem significa?” ou “o que o artista quis mostrar por meio dessa imagem?”. Você verá, nesta seção, que essas são perguntas que deverão ser reformuladas, pois não temos como saber o significado que tal texto ou tal obra tinha para seu autor, no momento em que este/esta foi criado/criada por ele. O contexto histórico, social e político de seu tempo, como também sua ideologia, suas crenças e seus valores são determinantes para o estabelecimento de um sentido e não de outro. Assim, não podemos ter a ilusão de conseguirmos determinar ou atingir esse mesmo sentido. Nossa situação-problema vai nos ajudar a refletir sobre essas questões. Vamos a ela?

Como você já viu, a obra *Uma e três cadeiras* (1965), de Joseph Kosuth, representante da Arte Conceitual, vai acompanhá-lo até o final desta unidade. Sua obra nos leva a questionar como as representações de um(a) tema/objeto/realidade se relacionam entre si, a explorar como essas relações podem ser compreendidas e, ainda, se determinada forma tem mais valor que outra. Seu desafio, primeiramente, é o de se perguntar sobre a transparência dos sentidos de cada parte da obra: o objeto cadeira, a foto da cadeira e a definição da cadeira, em forma de verbete de dicionário. Cada item da obra tem um único sentido? Esse sentido (ou sentidos, se houver) pode ser descoberto por qualquer pessoa?

Em segundo lugar, faça uma tentativa de olhar para cada item de forma a descobrir nele sua singularidade, sua particularidade. No entanto, essa análise ainda se deterá sobre a aparência, o observável, fazendo suposições sobre as possíveis intenções de seu criador. Lembre-se de que o discurso, segundo Orlandi (2009), é o efeito de sentidos entre os locutores e sua interpretação se dará em função de sua história, sua vivência e suas crenças. Lembre-se: no discurso, nem tudo é o que parece. Vamos à análise dessa instigante obra?

Não pode faltar

Um problema constante que afeta nossos relacionamentos interpessoais, seja no contexto do grupo familiar, dos colegas de trabalho, dentre outros grupos, como na redação de jornais e revistas, envolve a comunicação.

Ocorrem desentendimentos de diversos tipos e não há uma comunicação perfeita mesmo entre aqueles – jornalistas, comunicadores, professores – que são justamente os especialistas, seja na arte de informar, seja na arte de ensinar, ou ainda de bem dizer as palavras. Por que isso acontece? Não partem todos de uma mesma realidade ou de um mesmo fato?

Você já deve ter ouvido falar que algumas teorias mais contemporâneas já desconstruíram o mito da objetividade do texto informativo, porém ainda faz parte da ética profissional, em alguns veículos de comunicação, buscar a informação objetiva ou a mais objetiva possível. Para isso, um jornalista, por exemplo, vale-se de inúmeros recursos: o uso de diferentes fontes de informação; a retirada de opiniões do texto; ou mesmo um trabalho mais técnico com a escrita, eliminando adjetivos, por exemplo. Em última instância, o trabalho de um comunicador é um trabalho de linguagem.

Certamente esse processo não se aplica estritamente à linguagem no seu sentido gramatical ou estilístico, tal como trabalhado pelo professor de língua portuguesa, no ensino da língua materna e sua literatura. Apesar de aspectos como esses também estarem presentes na rotina de outros profissionais da linguagem, a linguagem, agora, será vista como a forma de o homem significar o mundo, interpretá-lo, compreendê-lo e significar-se justamente como homem simbólico, sujeito de linguagem, isso que o torna singular entre os seres vivos. Outros animais, como as abelhas, possuem formas restritas de comunicação e linguagem, porém o ser humano é o único que pode inventar, historiar, fantasiar, mentir, criar, poetizar, metaforizar, deslocar, tornar lúdico, dramatizar, atuar e até enganar a si mesmo. Enfim, formas de interpretação e simbolização complexas que não se ligam ao real imediato, visto que a linguagem não é puro instrumento de comunicação ou transmissão de informações.



Exemplificando

Quando um jornalista diz: “preciso de uma fonte nova”, ele “supõe” que seu interlocutor sabe que fonte é um sinônimo para um fornecedor de informação. E “supor” não significa um caso pensado, calculado, mas sim naturalizado. É natural, no cotidiano desse profissional, que “fonte” signifique fornecedor de informação, seja um documento ou uma pessoa. Se você disser “preciso de uma fonte nova” para uma criança de oito anos de idade, provavelmente ela imaginará que você precisa de uma fonte de água. Imagine ainda essa mesma frase dita para um diagramador ou um tipógrafo. É plausível que ele pergunte se deseja uma fonte com serifa ou sem serifa. Para produzir sentido para fonte, portanto, é preciso relacionar com outros sentidos e com a situação específica em que é dita, sem que se torne um cálculo intencional do sujeito.

A Análise do Discurso (AD) tem se dedicado a investigar as particularidades do sujeito de linguagem e seus modos de significar o mundo. A disciplina que vamos trabalhar neste curso foi fundada na França, no final da década de 1960, pelo filósofo Michel Pêcheux. Existem, atualmente, muitas correntes da AD advindas de diferentes países e tradições intelectuais. Cada corrente, apesar de regularmente tentar entender a relação entre o social e a linguagem, define diferentemente o discurso e, por consequência, possui maneiras muito variadas de explicar os fatos simbólicos.

A Análise de Discurso iniciada por Pêcheux, que ganhou novos contornos e frutíferos desenvolvimentos no Brasil a partir dos trabalhos da linguista Eni Orlandi e uma gama de outros pesquisadores, guarda a especificidade de ser uma disciplina de entremeio, isto é, a AD continua produzindo questões e problematizações mediante a relação com outras disciplinas, como a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico. É a especificidade dessa AD que vamos focar nesse conteúdo.

Hoje, principalmente no Brasil, essas relações interdisciplinares têm expandido para outras áreas, como as Ciências da Comunicação, a Antropologia, além dos Estudos Culturais, Feministas e Pós-Coloniais, sem perder seu núcleo fundador que é o funcionamento discursivo das relações sociais a partir de uma perspectiva materialista. Não se trata de complementar ou somar áreas, porque isso seria sucumbir ao idealismo, ao abstrato, sem levar em consideração as condições reais de existência da linguagem e dos sujeitos.

Por isso, a Análise do Discurso é chamada por Orlandi (2009) de disciplina de entremeio, que nesse caso, significa perseguir questões em uma relação dialética entre teoria e análise concreta da materialidade do discurso, seus efeitos no mundo e não uma pura racionalização ou uma garantia teórica prévia à análise. A teoria é uma ancoragem, mas não o ponto imutável, rígido. Segundo Orlandi (2009), entremeio significa uma relação não hierarquizada, não instrumentalizada e nem uma simples aplicação prática de conceitos. Cada situação deve ser pensada em sua especificidade, valendo-se da teoria como uma forma de relacionar isso que analiso “aqui e agora” com o já analisado e compreendido em outras condições.



Assimile

O termo materialismo designa uma corrente de pensamento, tendo Aristóteles, Epicuro e Espinosa como nomes importantes na história da filosofia materialista. Geralmente, o materialismo está em contradição com a corrente do idealismo, em que Platão, Kant e Hegel são alguns de seus representantes. Um dos pressupostos mais importantes do materialismo é a afirmação de que a matéria precede o pensamento, ou

seja, de que existe um mundo material independente do homem pensar sobre ele. No entanto, isto não significa que o materialismo também não reflita sobre o pensamento, mas não vai tomá-lo como independente de sua relação material com o mundo exterior. No caso da Análise de Discurso, por exemplo, o pensamento é constituído em linguagem e palavras; as articulações entre elas já existem antes do nascimento de um sujeito específico que vai pronunciá-las.

O objeto teórico da AD, o discurso, pressupõe que o aparentemente evidente para o sujeito não é jamais evidente para toda e qualquer posição histórica ocupada por ele. O sentido é sempre histórico e sempre depende da posição discursiva. Você vai observar, pouco a pouco, no decorrer do curso, o modo como as evidências para certas posições são realizadas. A AD questiona as transparências do sentido por uma leitura crítica sobre as concepções tradicionais de língua, sujeito e história. Nessa direção, estudar o discurso não é estudar QUAL o sentido de um texto ou de uma situação, mas COMO tal sentido é possível em condições específicas, isto é, estudar os mecanismos produtores de certas evidências para a posição discursiva ocupada pelo sujeito. Assim, em Análise de Discurso, o(s) sentido(s) são sempre efeitos entre sujeitos.



Pesquise mais

O Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) produziu uma enciclopédia virtual da Análise do Discurso. Além de vídeos de pesquisadores da área, há também aviso de eventos, palestras e entrevistas. Confira:

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **LAS - Laboratório Arquivos do sujeito.**

Confira também a enciclopédia organizada por Zanella (2016):

ZANELLA, A. S. da. *et al.* **Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise do Discurso e áreas afins:** investigação, inovação, divulgação. Bethania Mariani, organizadora, Rio de Janeiro: Edições Makunaima. FAPERJ: CNPq, 2016.

No texto considerado fundador da Análise do Discurso, o livro *Analyse Automatique du Discours*, publicado originalmente em 1969, traduzido no Brasil como o capítulo “Análise Automática do Discurso (AAD-69)” do livro *Por uma Análise Automática*, Michel Pêcheux chega a se contrapor

ao esquema clássico da comunicação proposto pela Teoria da Informação, recusando as categorias instrumentais de “mensagem”, “destinador”, “destinatário”, “código”, “transmissão”, “referente” e “ruído”. Para esse autor, o termo discurso “implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 2010, p. 81).

Na vulgata brasileira, a partir desse fundamento de Pêcheux, o discurso passou a ser definido como efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2009). Ao frisar o discurso como um efeito, por consequência, temos os sentidos e os próprios locutores como efeitos. Você pode perceber, então, que há um deslocamento em relação a uma essência do texto ou do sujeito. Há efeitos que se dão nesse intervalo entre sujeitos na história e não algo já estabilizado; não se realiza do mesmo modo a cada situação de linguagem, porque esta é afetada pelas condições históricas de uma determinada época.



Assimile

Muitas vezes, os analistas de discurso tendem a focar nos “sentidos” e nos “locutores” quando retomam a definição clássica do seu objeto de estudo: efeito de sentidos entre locutores. Entretanto, também “efeito” e “entre” são muito importantes para se deslocar o foco do conteúdo. “Efeito” e “entre” marcam o intervalo da relação entre dois ou mais locutores. Um discurso se dá nesse intervalo, ou seja, o discurso não tem sua origem em nenhum dos locutores. Por esse motivo, a intenção não é entendida como originária do sentido. Só há sentido porque existe aquele que diz, e existe aquele que escuta. E mais: dificilmente esses dois locutores ocuparão a mesma posição para todo e qualquer discurso. Nesse intervalo, há confronto e disputa pelos sentidos.

A própria comunicação é compreendida, portanto, como um efeito do discurso. Uma comunicação será considerada “perfeita” quando os interlocutores ocuparem posições semelhantes quanto ao sentido produzido pelo discurso. A AD compreende que, em meio à situação comunicacional, há também muita não comunicação, porém não concebida como um erro, um ruído ou um distúrbio, mas como constitutiva de toda e qualquer situação de linguagem. Por isso, a mensagem, tal como definida pela Teoria da Informação, não pode ser confundida com o conceito de discurso.

O discurso, diferente da mensagem, não existe na sua forma acabada antes dos interlocutores, não é um texto em sua forma empírica, mas é o efeito entre sujeitos em circunstâncias específicas no momento em que é elaborado/lido/visto/escutado. Por mais que existam boas intenções, boas competências comunicativas e boas interações, nunca se pode garantir o efeito de

um discurso. As relações entre sujeitos, discursos e condições de produção são sempre complexas, produzindo derivas inesperadas. Certamente não estamos falando aqui que o discurso pode ser qualquer coisa, muito menos que ele possa produzir sentidos independentes de sujeitos e situações ou que possa ser efêmero. Existem determinações da história e da linguagem que limitam os efeitos, porém não há controle completo, fechado hermeticamente.



Assimile

Em Análise de Discurso é comum dizer que sentido e sujeito constituem-se mutuamente. Portanto, o sujeito, assim como o sentido, possui sua opacidade. Pela filiação com a Psicanálise, reconhecemos o sujeito do inconsciente, isto é, um sujeito dividido entre o que tenta controlar e tudo aquilo que lhe escapa. Os sonhos e os atos falhos são alguns exemplos de manifestações do inconsciente. Porém, além desses momentos particulares, o inconsciente constitui até mesmo o consciente, a mente, o pensamento. Para a Psicanálise, trata-se de um confronto sem fim para o sujeito que busca frear as falhas e os desejos, mas é constantemente podado pelo inconsciente. Ao contrário do que diria o senso comum, essa falta de controle é uma abertura para novas possibilidades. Veremos até o final do curso como isso significa, justamente, a produtividade da linguagem na história.

Como explica Orlandi (2009), os sentidos podem ser muitos, mas não podem ser qualquer um. O discurso não é transparente também porque sujeitos não são transparentes nem mesmo para si próprios. Você consegue explicar os motivos que fazem você gostar de sorvete de creme ou de pistache? Você consegue decidir o momento de não gostar mais de algo?



Refleta

Imagine uma paralisação de cobradores e motoristas de transporte coletivo. O que a palavra “greve” significa para esse grupo? O empresário, dono da empresa de transporte, dá o mesmo significado a essa palavra que seus empregados? E a população que depende do transporte público para ir trabalhar, estudar e se deslocar de um lugar para o outro, quais os significados dessa palavra para esse grupo de pessoas? Lembre-se de que o lugar social que você ocupa vai interferir na forma como você atribui sentido aos fatos, às palavras, enfim, a tudo o que o cerca.

Todo o antecedente de um discurso e o que leva um sujeito a ocupar uma determinada posição discursiva, ou seja, produzir um sentido e não outro, todo esse processo que desencadeia certos processos específicos é apagado para o sujeito.

Um discurso sempre remete a um discurso anterior, sempre se apoia em sentidos já existentes para que possa produzir outros sentidos. A AD não busca a origem do sentido, porque sempre trabalha com o efeito em condições específicas. Ela apenas considera que um sentido sempre está em relação a outros, apesar de não ser imediatamente visível para o sujeito.



Exemplificando

Desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, nas famosas “aulas de Português”, somos ensinados a interpretar os textos de um modo muito particular. Certamente você se lembra de algumas perguntas clássicas dos livros didáticos, como: o que esse texto quer dizer? O que o autor quis dizer? Essas são perguntas pouco produtivas para a Análise de Discurso. Além de ter uma concepção de sentido que se centra na intenção do autor, o que ele QUIS dizer, é uma perspectiva que aponta para dentro do texto, para o conteúdo estrito e não para as possíveis relações que tornam possível que um texto funcione de um modo e não de outro. O interesse por QUAL sentido ou COMO o sentido funciona é uma maneira de você distinguir a Análise de Conteúdo da Análise de Discurso.

Com esses primeiros passos dessa “aventura teórica”, você já consegue compreender a naturalização dos sentidos como um efeito do discurso. Em breve, avançaremos um pouco mais sobre como a AD permite desnaturalizar esse efeito, desmontando o discurso e investigando o funcionamento da linguagem, relacionando-o com os processos mais amplos, exteriores e anteriores às situações imediatas do “aqui e agora”.



Pesquise mais

Caso você se interesse mais sobre a história da Análise do Discurso, uma importante analista francesa conseguiu escrever de modo muito breve, em um livro de bolso, uma narrativa sobre o início e o desenvolvimento dessa disciplina na França.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

Lembra-se de sua visita ao Centro Cultural de sua cidade em que você se deparou com uma obra de arte composta por uma cadeira, a foto da cadeira e a definição da cadeira? Você deveria, primeiramente, se perguntar sobre a transparência dos sentidos de cada parte da obra; em segundo lugar, tentar olhar para cada item de forma a descobrir nele sua singularidade, sua particularidade, detendo-se, no entanto, sobre sua aparência apenas.

Para ajudá-lo na resolução, veja a seguir a análise adaptada da obra:

UNIVERSIA BRASIL. Conheça Uma e Três Cadeiras, de Joseph Kosuth. **Universia Brasil**, [S.l.], 24 abr. 2012.

Você poderá propor outros caminhos também. Esta é apenas uma referência para você saber como a obra pode ser analisada em uma primeira abordagem, partindo da observação inicial de cada componente da obra.

Cadeira: a cadeira de madeira usada pelo artista é um exemplo comum, tirada de seu contexto usual e recolocada no ambiente de um museu. Deixa seu uso convencional, isto é, ela é privada de sua função utilitária – como assento – e ganha um novo significado: um objeto de arte para contemplação.

Fotografia de uma cadeira: a foto retrata a cadeira que está sendo exposta; como representação desse objeto, leva-nos a refletir a respeito da verdade e da imitação do espaço de um museu. Além disso, por ser em branco e preto não evoca de forma “fidel” o objeto que representa; mesmo que fosse uma fotografia colorida, ainda seria uma representação e não o objeto em si, tal como acontece para cada sujeito: cada um com sua própria representação sobre um mesmo objeto.

Definição de cadeira: como a definição de “cadeira”, que compõe a obra, está em inglês, é interessante recorrermos ao português. Veja o que diz o dicionário on-line *Michaelis* sobre cadeira:

“1 Peça de madeira, metal ou plástico, que constitui peça de mobília e que consiste em um assento para uma pessoa, comumente portátil, com quatro pernas e espaldar com ou sem braços”. (CADEIRA, 2018)

Ao lermos a definição do dicionário para a palavra “cadeira”, talvez a relacionemos a uma das peças disponíveis para apreciação – a foto ou a própria cadeira. Porém, se considerada de maneira isolada, a definição pode evocar experiências e imagens pessoais de cadeiras com outras configurações.

1. Resultante de sua relação de entremeio com a Psicanálise, a Análise de Discurso considera as determinações inconscientes na produção dos efeitos de sentidos, descartando uma concepção que entende o sentido como consequência da ação consciente ou intencional do sujeito.

Em relação ao sujeito do inconsciente, julgue os enunciados a seguir com V (Verdadeiro) ou F (Falso):

- () Os sonhos e os atos falhos são as únicas manifestações do inconsciente.
- () O pensamento também é determinado pelo inconsciente.
- () O sujeito é dividido entre aquilo que busca controlar e aquilo que falha no seu controle.
- () A falta de controle do inconsciente pode ser considerada como a abertura de novas possibilidades.
- () O sujeito intencional pode tentar bloquear os desejos inconscientes.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de V e F:

- a) V, V, V, F, F.
- b) F, F, F, V, V.
- c) F, V, F, V, V.
- d) V, F, V, F, V.
- e) F, V, V, V, V.

2. Para o filósofo francês Michel Pêcheux, fundador da Análise de Discurso, o termo discurso “implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 2010, p. 81).

Como podemos parafrasear essa citação de Pêcheux para definir o discurso?

Assinale a única alternativa que responde corretamente à pergunta:

- a) O discurso é uma mensagem entre os pontos A e B.
- b) O discurso é efeito de sentido na intercomunicação.
- c) O discurso é efeito de sentido entre locutores.
- d) O discurso é efeito da interação entre sujeitos.
- e) O discurso produz comunicação e não comunicação.

3. A Análise de Discurso se contrapõe à Teoria da Informação no que diz respeito ao processo clássico da comunicação, pois recusa os termos instrumentais de “mensagem”, “destinador”, “destinatário”, “código”, “transmissão”, “referente” e “ruído”.

Para a Análise de Discurso, quando a comunicação funciona de modo perfeito?

Assinale a alternativa que responde corretamente à pergunta.

- a) Dois sujeitos conseguem se entender perfeitamente, sem qualquer mal-entendido, com identidade total entre o que o primeiro quis dizer e o que o segundo entendeu.
- b) Dois sujeitos possuem uma boa interação, apresentando pontos de vista comuns em relação à maioria dos assuntos do cotidiano.
- c) A comunicação perfeita é apenas um efeito entre locutores que ocupam a mesma posição discursiva.
- d) Bons profissionais, que sabem utilizar corretamente a língua portuguesa, sempre concretizam uma comunicação perfeita.
- e) A escolha das palavras, na ocasião certa, para o público adequado, vai conduzir o processo de comunicação para que ele seja bem-sucedido.

Condições de produção: constituição e instituições

Diálogo aberto

Você, com certeza, já reparou que os sentidos atribuídos a diferentes aspectos de nossa realidade, como o modo de vestir, o gosto musical, o hábito de fumar ou de beber, etc. mudam com o passar do tempo. Isso também acontece em relação ao significado de palavras isoladas como ocorreu, por exemplo, em relação à palavra “bárbaro”, do latim *barbarus*, utilizada no século XIV para referir-se ao estrangeiro, ao não romano, com uma conotação negativa de selvagem, grosseiro, inculto. Como dito anteriormente, comportamentos, atitudes, valores e crenças também mudam sob a influência das condições de produção em que tais elementos são produzidos, dentre os quais um dos elementos fundamentais é a história.

Tendo isso em mente, vamos relembrar sua visita à exposição de arte contemporânea no centro cultural de sua cidade. Ao chegar ao local, a primeira obra que você vê é *Uma e três cadeiras*, produzida pelo artista Joseph Kosuth, em 1965. Você já foi desafiado a fazer uma análise preliminar da obra como um todo e de suas partes, tecendo considerações sobre a aparência da obra e de como ela é composta.

Agora o desafio é ir além das aparências e pensar nas possíveis condições de produção da obra. Vale ressaltar que, apesar de produzida em 1965, nos Estados Unidos, ela só foi exposta ao público em 1970, no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA), em um momento histórico marcado pela Guerra do Vietnã, por movimentos de contracultura como Woodstock, em 1969, e pelo Maio de 1968, movimento estudantil de contestação que eclodiu em Paris e influenciou vários países dentro e fora da Europa. O momento histórico, como você já viu, é parte determinante das condições de produção do discurso. Para seguirmos com a análise da obra de Kosuth, você deve, por meio de pesquisa e reflexão:

- Definir os elementos constitutivos de produção de um discurso.
- A partir dos elementos propostos, definir um conjunto de possibilidades de construção dos sentidos associados à obra.

Bons estudos!

Na aula anterior, vimos que o texto – verbal e não verbal – não apresenta um sentido único, à espera de ser descoberto por todos, da mesma maneira. O discurso – efeito de sentidos entre sujeitos – deve ser considerado em sua relação com a história, conforme observam Piovezani e Sargentini (2011, p. 15):

“Se outras vertentes de estudos linguísticos se debruçam sobre vários aspectos dos usos da língua, somente a Análise do Discurso busca descrever e interpretar a constituição, a formulação e a circulação dos sentidos na sociedade, mediante a articulação necessária e indissociável da língua com a história.

Assim, tendo a história como pano de fundo, um ponto fundamental para uma análise discursiva é investigar as condições de produção dos discursos, ou seja, investigar o que é aparentemente exterior ao discurso, mas que o afeta na produção dos sentidos. As condições de produção podem ser trabalhadas tanto de modo mais estrito, como o contexto imediato e específico das circunstâncias de enunciação de um texto, quanto de modo mais amplo, pela constituição social, política, econômica e institucional, ou seja, pelos trajetos históricos com os quais um certo discurso se relaciona. Nesta seção, vamos nos deter sobre esse segundo aspecto das condições de produção.

De acordo com Brandão, as condições de produção dizem respeito ao

“Conjunto dos elementos que cerca a produção de um discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando. Todos esses aspectos devem ser levados em conta quando procuramos entender o sentido de um discurso. (BRANDÃO, [s.d.], p. 6)

Quando estamos pesquisando as condições de produção, nos indagamos pelas determinações históricas que restringem os movimentos do discurso, apesar de jamais enclausurá-los em uma forma rígida ou totalmente definida a priori. É importante você saber a distinção entre o determinismo mecânico, quando supostamente tudo estaria previamente sentenciado, sem possibilidades de inversões ou deslocamentos, e

as determinações complexas como forças exercidas sobre o discurso para não o deixar escapar para qualquer direção, mas sem conter plenamente as possíveis fugas dos sentidos.

Nas condições de produção há uma tensão entre restringir e movimentar, mas, independentemente de estabilizar ou produzir o novo, todo discurso funciona apenas pela relação com suas condições de produção. Não há discurso sem o suporte de suas condições e também de outros discursos com os quais se relaciona. Nesta seção, vamos conhecer três formas de determinações históricas: a instituição, o poder e a autoridade.



Assimile

A Análise de Discurso costuma ser criticada porque, supostamente, as determinações históricas não permitiriam nenhum tipo de movimento para os sujeitos. Como vimos, não se trata de uma determinação mecânica ou de uma reflexão direta nos discursos, mas de uma força que tenta direcioná-los, impulsionando certos movimentos e não outros que, a um só tempo, fornece sustentação para que o discurso signifique a partir de outros sentidos. Assim, apesar de, imaginariamente, os sujeitos olharem para os discursos isoladamente, não há discurso sustentado ou produzido por si mesmo. Sempre há uma ligação com suas condições de produção e sua história.

Você, provavelmente, já teve contato em outras disciplinas com uma dessas formas de determinação histórica ou já refletiu sobre o assunto, mas tentaremos explorar outras características e/ou aprofundá-las discursivamente. Trata-se da **Instituição**. De maneira discursiva, a analista de discurso Mariani (1999) compreende a instituição como o resultado de longos trajetos de sentidos já sedimentados e legitimados por uma determinação histórica, geralmente com rituais e práticas específicos que cristalizam o modo da instituição significar-se.

Deve-se ressaltar que não estamos falando das instituições em particular (a escola X, o jornal Y, a igreja Z) e sim do modo como em áreas específicas existe um conjunto de práticas e rituais históricos que configuram uma instituição (jornalística, escolar, religiosa), organizando formas de ação do sujeito.

A Instituição como um processo mais geral é o funcionamento regular que se pode encontrar, às vezes mais, às vezes menos, em quase todo estabelecimento institucional em particular. Sempre há a possibilidade desse ritual institucional falhar, ser menos visível ou coercitivo em um lugar institucional

específico, porém a própria significação de uma “diferença” só é possível quando colocada em relação com o que se apresenta como o “mesmo”.



Refleta

Você já parou para pensar de onde surgem os sentidos? Existe uma relação entre o que se diz hoje com o que já foi dito algum dia? Se sim, de que modo os sentidos anteriores se relacionam com os sentidos atuais? Por que em alguns momentos alguns discursos são aceitos e em outros não?

Vamos refletir um pouco sobre o funcionamento da instituição escolar no Brasil. Você deve concordar que é possível existir uma escola mais ou menos progressista, um trabalho não tradicional, com projetos interdisciplinares ou sem salas de aula. Porém, tirando os casos singulares, você também provavelmente reconhece que é regular o funcionamento escolar que segue diretrizes nacionais de organização e estrutura, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a escolha de conteúdos, a divisão por disciplinas (Português, Matemática, Biologia, História, etc.) ou por áreas (Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza) e a hierarquia do saber (professores ensinam e alunos aprendem), apenas para citar alguns exemplos dessa determinação histórica. Os professores podem até mesmo fazer uma proposta diferente, mas deverão justificá-las perante os responsáveis pela organização institucional. Para fazer “diferente” é preciso justificar-se perante o “mesmo”. É a esse processo mais amplo que remete o conceito de instituição.



Exemplificando

Veja como o Manual de Redação, da *Folha de São Paulo* (2005), conceitua **reportagem**:

“Reportagem tem por objetivo transmitir ao leitor, de maneira ágil, informações novas, objetivas (que possam ser constatadas por terceiros) e precisas sobre fatos, personagens, ideias e produtos relevantes” (PUBLI-FOLHA, 2005, p. 24).

Por esse pequeno trecho é possível depreender o sentido de linguagem reiterado em diferentes empresas jornalísticas: a transmissão de informações novas, objetivas e precisas é uma forma de compreensão técnica e instrumental da linguagem sustentada pelo modo histórico de conceber o próprio jornalismo como a serviço da informação, da objetividade e da verdade.

No caso da esfera jornalística, há diferentes materializações dessa instituição na prática profissional, abrangendo desde a formação até os altos cargos editoriais: manuais de redação; formato e divisão dos gêneros jornalísticos (notícia, reportagem, artigo de opinião, coluna, editorial, etc.); divisão social do trabalho (pauteiro, repórter, fotógrafo, cinegrafista, colunista, editor, diagramador, analista de rede social) e, sobretudo, nos sentidos que sustentam toda prática jornalística como: compromisso com a verdade, busca da imparcialidade, objetividade textual, brevidade e noticiabilidade. São esses sentidos, inclusive, que vão sustentar as normas previstas nos manuais de redação, a divisão entre textos informativos e opinativos e quem deve escrever o quê.



Pesquise mais

De modo perspicaz, a pesquisadora, jornalista e analista de discurso Renata Lara mostrou como os processos institucionais podem se manifestar em um simples bilhete de um aluno para um professor. Você poderá conferir o modo como os rituais institucionais nos afetam nas práticas mais ordinárias, além de explorar alguns efeitos das hierarquias do poder-dizer em nossa sociedade no seguinte texto:

PIMENTEL, R. M. L. A inscrição de gestos de interpretação em um “texto-bilhete”: significando(-se) em meio a um processo institucional(izante). **Rua**, Campinas, v. 11, n. 1, mar. 2005.

Ainda no campo do jornalismo, podemos observar que os manuais de redação jornalística materializam uma concepção instrumental da linguagem, isto é, a língua servindo como ferramenta transparente para o profissional relatar do modo *mais objetivo possível* os fatos, sem deixar os traços subjetivos interferirem. Essa divisão entre informação e opinião acaba por reforçar o mito da informatividade e da objetividade, pois existiria hipoteticamente um lugar próprio para manifestação da opinião, como se o sujeito não deixasse suas marcas mesmo quando busca somente informar. No entanto, já vimos que tal possibilidade é ilusória, pois, como observa Mariani (1999, p. 53): “Informar e opinar, desse ponto de vista dicotomizado, resultam da capacidade (ou interesse) do responsável pela notícia em manipular a linguagem”.

Vamos olhar mais um pouco para a história e ver como esses sentidos sustentados pelo funcionamento institucional do jornalismo têm um

percurso que se iniciou há muito tempo. A opção pelo jornalismo ocorre em função de ser uma área acessível a profissionais de todas as áreas, com exemplos que ilustram de modo didático o funcionamento discursivo da linguagem.

Mariani (1999) dedicou-se a estudar a formação histórica da instituição jornalística, traçou trajetórias importantes para compreendermos e, quem sabe, questionarmos as práticas do jornalismo a partir de um ponto de vista histórico-discursivo. Você sabe delimitar qual período histórico modificou definitivamente a circulação da informação? A autora situa como o ponto de inflexão para o jornalismo a consolidação do capitalismo no século XVIII. Contrária a uma visão historiográfica empírica, Mariani (1999) se desvencilha da armadilha de relacionar o surgimento do profissional da informação com o surgimento da prensa de tipo móvel. Para a autora, o jornalismo vem ocupar, juntamente com outras práticas sociais, um lugar de legitimidade de interpretação do mundo, antes ocupado exclusivamente pelo discurso religioso.

Mariani (1999) explica que a passagem se deu pelo fortalecimento do dispositivo jurídico em conflito com a Igreja. Já nos livros escolares de História, você aprendeu que o poder religioso tinha uma política de censura para controlar a publicação e a circulação de textos considerados contra a fé e os bons costumes. Ao lado dessa intervenção religiosa sobre a imprensa, o Direito aperfeiçoou seu dispositivo ao expandir o alcance das leis para além do âmbito religioso, produzindo formas de controle, mediante alvarás, por exemplo, para coibir a transgressão dos novos valores do capitalismo. Para que um cidadão pudesse fazer circular um dizer era necessário que seguisse a normatização para torná-lo visível, individualizado, localizado e “responsabilizável” por meio das marcas de origem do texto, como assinatura, local e data de impressão e distribuição.

Pouco a pouco, a imprensa torna-se alvo frequente de controle jurídico. É justamente nesse momento que se começa a propagar o desejo pela liberdade de escrita, transformando-se, nos anos seguintes, em uma luta jurídica específica para os profissionais da comunicação que buscavam o direito de poder dizer algo, chegando, enfim, às leis de imprensa que prescreviam o que poderia ou não ser dito.

Segundo Mariani (1999, p. 55), “o discurso jurídico, impondo regras e punições aos envolvidos na prática jornalística, passa a funcionar como uma espécie de ‘selo de garantia’ para a imparcialidade”, ou seja, uma contradição em dupla via: “a lei é da imprensa, pertence a ela de modo a instituí-la e, exatamente por este motivo, pode funcionar contra ela, porque regula a liberdade que a fundamenta”. Como você pode concluir, o surgimento da lei de

imprensa foi uma manifestação de uma contradição entre lutar pela liberdade e, ao mesmo tempo, produzir a censura.

Podemos assimilar as determinações institucionais analisando suas normas, leis, ética e a divisão entre boas e más práticas dentro dos rituais, mas não apenas nas demarcações explícitas. Mariani (1999) retoma o filósofo e historiador francês Michel Foucault para explicar que a instituição também pode ser entendida como formas de normatização e disciplinarização que asseguram uma ordem das (im)possibilidades de um discurso. Quando incorporada essa ordem, os sujeitos dessas práticas não necessitam mais de uma lembrança da norma, porque o sujeito já está disciplina(riza)do.



Assimile

Michel Foucault é considerado um dos grandes pensadores do século XX. Conhecido por suas obras não facilmente categorizáveis, porque tratam de filosofia, história, sociologia, psicologia e política ao mesmo tempo, Foucault dedicou-se a mostrar as condições de emergências das verdades de uma época, tocando nas temáticas do saber e do poder. Entre seus livros mais conhecidos estão: *A história da loucura*; *Arqueologia do saber*; *Vigiar e punir*; *A história da sexualidade* (3 volumes); *Microfísica do poder*; além da coleção *Ditos e escritos*, publicada após sua morte. Contemporâneo da fundação da Análise do Discurso, Foucault é uma referência importante para Michel Pêcheux, apesar das diferenças teóricas entre eles.

Com os processos históricos que legitimaram o discurso jurídico ao longo de quase um século, produz-se o efeito de evidência de que nenhum discurso pode dizer contra o Estado e os sentidos que o sustentam, como o respeito à moral e à propriedade privada. Ir contra esses sentidos significa um atentado à lei ou uma delinquência imoral. As práticas jornalísticas, portanto, incorporaram essa censura, silenciando questionamentos possíveis dessa ordem disciplinar dos discursos. Naturalizou-se o que é uma má prática, uma verdade ou a liberdade. “O resultado deste processo é a ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos” (MARIANI, 1999, p. 59).

E como será que esses processos históricos da instituição jornalística funcionam no cotidiano? A estrutura hierárquica do Estado é transformada cotidianamente em relações hierárquicas entre as pessoas com as divisões de quem pode dizer o quê. Há lugares sociais demarcados socialmente que implicam também uma limitação do poder-dizer. E existem alguns mecanismos jurídicos que sustentam essa divisão.

Cada instituição tem uma hierarquia própria: diretor, supervisor, professor e aluno, no caso de uma escola; proprietário de um jornal, chefe de redação, editor e repórter no caso de um jornal. Há, portanto, nessa hierarquia, uma dissimetria do dizer. Alguns dizeres valem mais do que outros. Mas, afinal, você sabe dizer o que o Direito tem a ver com essa divisão de lugares? Tudo!

Uma das formas de organização mais eficazes de nossa sociedade se realiza pelo contrato jurídico, por exemplo, o contrato de trabalho. Sendo dado o efeito de sentido de que somos livres, iguais e proprietários de nós mesmos, podemos, portanto, realizar contratos com outros sujeitos igualmente livres e proprietários. Por esse efeito de sentido de igualdade, assinamos um contrato que impõe uma desigualdade de dizer. A hierarquia é, para a Análise do Discurso, a distribuição dissimétrica do poder de resposta autorizado pela instituição e legitimado pelo Direito.

Assim como Foucault investiu na descrição do embate dos poderes nas relações sociais, o que passou a ser chamado de micropoderes e não apenas um poder soberano e centralizado, a analista de discurso Suzy Lagazzi (1988) também deslocou o olhar do jurídico apenas como poder institucionalizado para descrever as determinações jurídicas nas relações cotidianas de linguagem. Essa manifestação simbólica do Direito foi denominada por ela como juridismo. O Direito não é apenas um dos três poderes representativos da República (junto aos poderes Executivo e Legislativo), no caso do Brasil, mas também é um discurso que constitui as trocas simbólicas entre interlocutores. Além de sermos sujeitos de linguagem, nessa formação social, ocupamos a forma-sujeito de direito. Isso significa que somos significados pelos sentidos que compõem essa forma-sujeito, isto é, como vimos, a liberdade, a igualdade, os direitos e deveres e a propriedade. Assim, como os sujeitos buscam reconhecimento social, eles lutam para que seus direitos sejam escutados.

A incorporação das responsabilidades, cobranças e justificativas próprias aos direitos e deveres do cidadão faz a tensão entre diferentes lugares sociais ser também uma tensão de linguagem. É na linguagem e por meio dela que lidamos com as tensões próprias a esse modo de nos relacionar. Lagazzi (1988) mostra que o juridismo, como constitutivo das práticas sociais, não se mostra visível o tempo todo, pois o poder explicitado tem a potência de gerar conflitos frontais, diminuindo sua eficácia. A hierarquia não é pré-condição para relações pessoais em geral, porque as relações de força nem sempre precisam estar formalizadas. As relações de força fazem parte das disputas pelos sentidos, de fazer ouvir uma demanda e da luta para sermos reconhecidos por nossas práticas.



Exemplificando

No Brasil, de acordo com a Constituição de 1988, toda propriedade precisa cumprir uma função social. No caso de terras de uma fazenda, por exemplo, requer-se que sejam produtivas. Se a terra for abandonada e estiver à mercê da especulação imobiliária, já não cumpre sua função social. Nesse caso, o Estado desapropria a terra – que fica em nome do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) – e indeniza o proprietário. Movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), por exemplo, reivindicam do Estado que se cumpra a lei que desapropria e redistribui essas terras para pequenos produtores.

A instituição, o poder e a hierarquia são apenas algumas formas de determinação histórica que constituem as condições de produção de todo discurso. Na próxima seção, você vai estudar outras características dessas condições.

Sem medo de errar

Agora chegou a hora de descrever que elementos podem ser considerados como constitutivos das condições de produção da obra de Kosuth. Para isso, é necessário, primeiramente, retomar o conceito de arte conceitual, lembrando que nesse movimento, a ideia se sobrepõe ao objeto em si, ou seja, o conceito que se tem em mente ao produzir a obra é mais importante. Como fatores que nos ajudam a pensar as condições de produção, podemos considerar:

- Movimento artístico no qual a obra se insere.
- Lugar onde foi produzida (país, região, cidade).
- Época (momento histórico).
- Contexto político-social.
- Influência de outros artistas ou estudiosos de outras áreas.
- Influência de outros movimentos artísticos.
- História de vida do artista (experiências, formação, crenças, valores, etc).

É recomendável que essa tarefa possibilite encaminhar a análise sobre a obra artística, a partir dos elementos definidos. O objetivo é, com isso, possibilitar que você saiba reconhecer tanto a articulação dos códigos sociais, contextuais e linguísticos nas práticas de linguagem, bem como os mecanismos de funcionamento ideológico no discurso.

1. O fundador da Análise de Discurso, o filósofo francês Michel Pêcheux, desenvolveu sua teoria para compreender os efeitos de sentidos no encontro da linguagem com a história. Para dar conta desses dois constituintes é preciso remeter o interior do discurso ao seu exterior. Uma das formas de descrever esse exterior é pelas condições de produção. Como pode ser definido o conceito de condições de produção dos discursos?

Assinale a alternativa que responde corretamente à pergunta anterior:

- a) Um conjunto de determinações semânticas relativas ao contexto imediato dos discursos.
- b) Um conjunto de efeitos de sentidos da linguagem.
- c) Um conjunto de determinações históricas que afetam a produção dos discursos.
- d) Um conjunto de histórias particulares que linearizam os discursos.
- e) Um conjunto de determinações mecânicas que singularizam os discursos.

2. As divisões sociais são constituídas também pelas relações de poder, mas muitas vezes esse poder está implícito nas trocas simbólicas, como provocações, chantagens, ameaças e ironias. No entanto, a figura de autoridade é uma relação de poder explícita. É o caso da relação do editor de um jornal com os outros jornalistas, porque a palavra final supostamente é dada por ele.

De que modo as relações de autoridade afetam a produção discursiva?

Assinale a alternativa que responde corretamente à pergunta.

- a) As relações de autoridade formam o elemento mais importante das condições de produção.
- b) As relações de autoridade são formas do poder-dizer autorizado pela Instituição, um dos elementos das condições de produção.
- c) A produção discursiva é determinada, unicamente, pelas relações de autoridade.
- d) As relações de autoridade determinam os processos institucionais e, portanto, os discursos.
- e) Todo o discurso é autoritário.

3. Michel Foucault é importante pensador do século XX, conhecido por seus trabalhos sobre as relações de poder e as condições de emergência de uma verdade em distintos momentos históricos, abordando os processos institucionais como os vinculados à medicina e aos sistemas prisionais.

Como a instituição pode ser definida a partir do trabalho de Michel Foucault?

Assinale a alternativa que responde corretamente à pergunta.

- a) Formas de normatização e disciplinarização que transformam os poderes em um grande poder centralizado.
- b) Formas de normatização e disciplinarização que deslocam as relações de autoridade.
- c) Formas de normatização e disciplinarização que libertam o sujeito do discurso.
- d) Formas de normatização e disciplinarização que asseguram uma desordem dos discursos.
- e) Formas de normatização e disciplinarização que asseguram uma ordem das (im) possibilidades dos discursos.

Condições de produção: formações imaginárias

Diálogo aberto

Desde o início da unidade estamos acompanhando sua visita ao centro cultural onde acontece uma exposição de arte contemporânea. Sua curiosidade como leigo na área das artes, desde então, tem tido como foco a obra *Uma e três cadeiras*, de Joseph Kosuth. Você já fez duas análises da obra até agora envolvendo a questão da não transparência da linguagem e as condições de produção. Neste momento, você irá mobilizar os conhecimentos relativos às formações imaginárias e ao imaginário social. Reveja a obra *Uma e três cadeiras* a seguir:

Figura 1.2 | *One and three chairs* (Uma e três cadeiras). Joseph Kosuth, 1965. MoMA- The Museum of Modern Art, Nova Iorque, EUA



Fonte: Ferreira (2018, [s.d.]).

Imagine-se novamente na exposição. Em sua tentativa de construir os possíveis sentidos para a obra de arte, tendo já pensado em tudo o que envolve as condições de produção dessa obra, você deve então refletir sobre os jogos de imagens entre o visitante ou apreciador da obra e seu autor, considerando o ponto de vista de um e de outro. Este é o primeiro aspecto a ser explorado. Para isso, retome o quadro das formações imaginárias, logo a seguir.

Expressão das formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita
$I_A (A)$	Imagem do lugar de A para o locutor A	Quem sou eu para lhe falar assim?
$I_A (B)$	Imagem do lugar de B para o locutor A	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
$I_A (R)$	Imagem do referente para o locutor A	Do que eu estou falando?
$I_B (A)$	Imagem do lugar de A para o locutor B	Quem sou eu para que ele me fale assim?
$I_B (B)$	Imagem do lugar de B para o locutor B	Quem é ele para que me fale assim?
$I_B (R)$	Imagem do referente para o locutor A	Do que ele está falando?

Fonte: adaptado de Pêcheux (2010, p. 82-83).

Em seguida, considere a questão do imaginário, levando em conta que este é uma das faces da linguagem e, portanto, é uma das formas de mediar nossa relação não direta com o real. O imaginário social é um conjunto complexo de imagens que a sociedade tem sobre os objetos, os sujeitos, as práticas, em suma, sobre tudo aquilo que é passível de alguma simbolização. Assim:

- I. Como se estabelece a construção desse imaginário?
- II. Como esse imaginário funciona no processo de produção de sentidos da obra?

Para explorar de maneira suficiente esses conceitos mobilizados pela situação-problema, você aprenderá noções que permitem estudar outro aspecto das condições de produção dos discursos e desenvolver um olhar crítico sobre a relação imaginária dos sujeitos com o mundo. Trata-se de um lado das condições de produção que é mais ligado às situações do “aqui-agora”, porém, concomitantemente, com remissões a discursos outros. O conceito de “formação imaginária” será trabalhado junto aos conceitos de “antecipação”, “imaginário social” e “eficácia imaginária”. Vamos começar?

Não pode faltar

Depois de conhecer um pouco mais o conceito de discurso e sua diferença com perspectivas que reafirmam as transparências da linguagem, do sujeito e da história, você também viu como um discurso sempre está em relação com outros e com seu contexto sócio-histórico, particularmente mediante à relação com a autoridade, o poder e os processos institucionais. Nesta seção, você terá a oportunidade de olhar mais de perto alguns mecanismos em que essa história se atualiza, na própria formulação ou na situação discursiva do

"aqui-agora". É um exercício de observar o "aqui-agora" do discurso sem cair na evidência do imediatismo, ou seja, um trabalho sobre as condições de produção em sentido mais estrito.

Essa separação entre as duas formas de abordar as condições de produção, mais ampla ou mais estrita, é apenas uma distinção metodológica. Trata-se de uma tentativa de descrever de modo mais profícuo tanto as condições históricas quanto as situações contemporâneas, porém as duas afetam igualmente a produção discursiva. Não há uma distinção rigorosa quanto às determinações do discurso, porque mesmo o aparentemente "contemporâneo" do "aqui-agora" também é uma construção histórica, como veremos.

Por exemplo, na seção anterior, vimos alguns sentidos que determinam as práticas jornalísticas, mas esses sentidos podem ter mais ou menos peso em um veículo de comunicação do que em outro, na década de 1980 ou na década de 2010, ou seja, o espaço-tempo faz parte das condições de produção. É nessa direção que o sentido de "liberdade de imprensa" pode ser diferente em uma redação de jornal paulista em plena Ditadura Militar entre 1964 e 1984 e em outra, situada nos dias atuais, apesar de as duas situações se relacionarem com um modo de organização institucional e uma prática que foi se estabelecendo regularmente na história. A atualidade de uma situação é compreendida pelo batimento entre a regularização/repetição e o deslocamento/transformação. No entanto, os dois movimentos só fazem sentido na relação com outros: repete e/ou transforma em relação a quê? É preciso, portanto, remeter o espaço-tempo em questão ao seu funcionamento histórico. Você pode imaginar como?

Para estudar o "aqui-agora" como uma construção também histórica, Michel Pêcheux propôs analisar o que ele denominou como as formações imaginárias. Sem ceder a uma concepção idealista da consciência humana, isto é, sem ignorar os efeitos inconscientes, o autor mostrou o modo como os locutores projetam imagens uns dos outros e dos objetos de seu dizer no discurso.



Refleta

Você já parou para pensar como estamos o tempo todo imaginando quem seja nosso interlocutor ou qual é a melhor forma de dizer sobre um assunto?

Alguns exemplos do que se passa em nossa cabeça enquanto estamos em um diálogo: "O que ele está pensando enquanto eu digo isso?"; "Será que estou falando bobagens?"; "Será que ela foi com a minha cara?"; "Eu acho que não vou dizer isso para não assustar"; "Vou ressaltar aquilo para ver se ela me olha diferente"; "Vou explicar desse modo, porque eles vão me entender melhor".

Observe se você conhece alguma das seguintes estratégias: tentar adivinhar o que o outro está pensando; escolher a melhor tática para convencer alguém e responder a prova de acordo com o que imagina ser o esperado pelo professor. Todas essas são formas de imaginar, isto é, produzir imagens do outro, de sua relação com o outro, de você mesmo e dos assuntos envolvidos. Pêcheux denominou essas imagens como **formações imaginárias**, um dos componentes principais das condições de produção em sentido mais estrito.

Brandão (2012) explica que os protagonistas do discurso ocupam diferentes lugares na estrutura social. O pastor ou padre de uma comunidade, o delegado de polícia e o diretor de uma escola, por exemplo, ocupam lugares reconhecidos institucionalmente, cada um deles marcado por propriedades diferenciais:

“No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de ‘formações imaginárias’ que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (BRANDÃO, 2012, p. 44)

Vejamos a seguir o esquema exposto por Pêcheux (2010) em seu texto *Análise automática do discurso*. Apenas para fins de formalização, vamos padronizar “A” como um locutor, “B” como um segundo locutor, “R” como um referente (objeto do qual se fala) e “I” como uma formação imaginária específica. Utilizando essas convenções:

Quadro 1.1 | Formações imaginárias

Expressão das formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita
$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o locutor A	Quem sou eu para lhe falar assim?
$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o locutor A	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
$I_A(R)$	Imagem do referente para o locutor A	Do que eu estou falando?
$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o locutor B	Quem sou eu para que ele me fale assim?
$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o locutor B	Quem é ele para que me fale assim?
$I_B(R)$	Imagem do referente para o locutor A	Do que ele está falando?

Fonte: adaptado de Pêcheux (2010, p. 82-83).

Pêcheux (2010) indica um outro modo de olhar para a relação dos interlocutores: já não se trata de uma relação direta com o outro, mas uma relação atravessada por formações imaginárias, tornando mais complexas as trocas simbólicas. Esse jogo de imagens representado de modo esquemático não deve conduzir você a uma aparente evidência: as imagens não são uma projeção apenas consciente dos interlocutores. Como você já está introduzido às problemáticas da análise de discurso, deve presumir o motivo de não ser um mecanismo controlado pelos sujeitos.

Brandão observa como ajustamos nosso discurso em função desse jogo de imagens: “[...] em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do ‘imaginário’ do outro, fundar estratégias de discurso” (BRANDÃO, 2012, p. 44). Nesse sentido, é importante destacar que, para a Análise do Discurso (AD), não existe a possibilidade de controlar as imagens que o outro tem de “quem fala”, ou seja, do “eu”.

Apesar de sempre tentarmos controlar, as imagens que colocamos em funcionamento estão baseadas em outras imagens que já fazem sentido. Segundo Pêcheux (2010, p. 85), as diversas formações imaginárias resultam, elas mesmas, “de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco”. O já dito, o já ouvido, o já visto, isto é, aquilo que já faz sentido é a matéria-prima das formações imaginárias, atravessando o que é possível para os locutores.



Faça você mesmo

Escolha uma edição de um jornal impresso e analise algumas matérias jornalísticas, buscando as formações imaginárias sobre os assuntos abordados.

A antecipação é uma das matrizes que acionam as formações imaginárias. Processo constitutivo de se colocar imaginariamente no lugar do outro, a antecipação é o mecanismo que busca prever respostas e reações possíveis, modificando, por sua vez, a sequencialidade de um diálogo. Você já deve ter antecipado muito a reação de um interlocutor quando ensaiava para uma discussão com o(a) namorado(a) ou com os pais, por exemplo. E antes da conversa realmente acontecer, era quase sempre você que ganhava, não? No entanto, quando é chegado o momento da discussão efetiva, nem sempre acontecia o previsto, certo? Isso acontece porque lidar com o outro real implica complexidades que são apagadas no imaginário. Ainda que as

formações imaginárias sejam constitutivas de toda situação de interlocução, elas são desconcertadas pela escuta real do outro, que possivelmente frustra nossas expectativas.



Exemplificando

No filme brasileiro *Se eu fosse você*, comédia romântica estrelada por Glória Pires e Tony Ramos, dirigida por Daniel Filho e produzida pela Globo Filmes, temos uma troca de papéis em uma narrativa fantasiosa de troca de corpos entre marido e mulher.

O enunciado “Se eu fosse você, eu faria x” faz parte do nosso cotidiano, porque é o modo como os interlocutores se relacionam em suas práticas discursivas. No caso do filme, o casal sempre brigava porque ambos consideravam a vida do outro mais fácil do que a sua própria. No entanto, quando trocam de corpos, eles precisam lidar com situações inesperadas. Há uma descontinuidade entre o esperado e o realmente vivido.

SE eu fosse você. Direção: Daniel Filho. Produção: Iafa Britz, Marcos Didonet, Vilma Lustosa, Walkiria Barbosa, Daniel Filho. Realização: Daniel Filho. Intérpretes: Tony Ramos; Glória Pires. Roteiro: Adriana Falcão, Daniel Filho, Renê Belmonte, Carlos Gregório. Rio de Janeiro: Globo Filmes, Total Filmes, Lereby Produções, Fox Film do Brasil, 2006. (95 min.), son., color. (Trailer oficial).

Essas formações imaginárias sustentadas por outras não extinguem, no entanto, o fato de haver uma relação desigual na sua circulação que pode afetar os discursos. Vimos, na seção anterior, como as relações de poder autorizam que certos discursos circulem mais do que outros. O mesmo vale para as formações imaginárias. Há a predominância de algumas imagens. Chamaremos a circulação do conjunto das formações imaginárias dominantes como o **imaginário social**. Importante ressaltar que esse imaginário não é homogêneo, pois as imagens dominantes não apagam o funcionamento das subordinadas ou resistentes.

Utilizamos o conceito de imaginário social para delimitar as imagens – mais ou menos compartilhadas em condições de produção específicas – do que é ser mulher, do que é ser estudante, do que é ser jornalista, do que é informação, do que é o conhecimento, do que é trabalho, do que é estudar, do que é aprender, enfim, sobre objetos discursivos variados. O imaginário social é um conjunto complexo de imagens que a sociedade tem sobre os

objetos, os sujeitos, as práticas, em suma, sobre tudo aquilo que é passível de alguma simbolização. Ele não é homogêneo, porque, como explica Pêcheux (2009, p. 74), “tais ‘condições reais de existência’ são ‘distribuídas’ pelas relações de produção econômicas, com os diferentes tipos de contradições políticas e ideológicas resultantes dessas relações”.

Em AD, imaginário não é uma ficção ou uma mentira, mas um modo de olhar para aquilo que faz parte de um processo estabilizado(r). Em unidades posteriores, vamos mostrar como o imaginário é uma condição para analisar os processos discursivos mais amplos, porque o imaginário é uma das faces da linguagem e, portanto, é uma das formas de mediar nossa relação não direta com o real. O próprio processo simbólico é atravessado pela relação imaginária dos sujeitos com suas condições reais de existência. É também pelo imaginário que nos identificamos como sujeitos, entre outros constituintes.



Pesquise mais

O artigo *Discurso, imaginário social e conhecimento*, de Eni Orlandi, é uma referência importante para desvendar outras características do funcionamento do imaginário em nossa sociedade, desbravando os entrelaçamentos com as práticas discursivas e com os outros conceitos da Análise do Discurso, como o simbólico e o real.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. Em **Aberto**, Brasília, n. 61, 1994.

Como parte da linguagem, não escapamos da ordem do imaginário. Ele tem uma eficácia própria. Pensemos, por exemplo, em uma das imagens existentes sobre o Brasil e do que é ser brasileiro: Brasil é o país do samba, do futebol, do jeitinho, da malandragem, do açaí e de flora e fauna ricas. Algumas pessoas dirão que é isso mesmo, e outras podem questionar essa imagem estereotipada



Refleta

Você acha que o Brasil ou o brasileiro se resume a essas poucas características? Que outros modos de ver o brasileiro existem? De que outras maneiras poderíamos defini-lo?

No caso de você ter pensado em outras imagens para o “brasileiro”, a busca de alternativas é justamente uma boa demonstração da eficácia imaginária. O questionamento ou a tentativa de definir o brasileiro é supor que se trata

de um projeto viável, verossímil, legítimo e exequível. Você pode questionar o sentido do que é ser brasileiro, mas é provável que você não conheça todo e qualquer brasileiro e, por isso, não chegará a uma definição que contemple todas as características possíveis.

A eficácia imaginária não se dá na definição do brasileiro como X ou Y, mas é no próprio fato de se tentar definir o brasileiro de algum modo, ou ainda, de não existir a possibilidade de não se identificar como um brasileiro. A eficácia imaginária não é negar uma forma de ser brasileiro, mas se identificar como brasileiro, ainda que lutando por outros sentidos. É imaginário, e não uma condição diretamente real, porque em outros tempos os sujeitos não se identificavam necessariamente como sujeitos e cidadãos de uma nação (brasileira), mas poderia ser por outras vias. Você poderia perguntar: mas não é óbvio que quem nasce no Brasil é brasileiro? Eu responderia com outra pergunta: na época do império português, quem nascia no Brasil era cidadão brasileiro ou português? E os indígenas não reconhecidos, ainda hoje, pelo Estado nacional são brasileiros? E as pessoas que se identificam como judeus, a que nação elas pertencem?

Não se deixar levar pelo efeito de obviedade dos discursos administrativos e jurídicos – esta é uma tarefa do analista de discurso, sendo fundamental compreender a dinamicidade dos processos de identificação. O imaginário, conseqüentemente, é um dos constituintes de nossa relação com o mundo, porém pode passar por vias não oficiais de uma identificação com a nação, mas da identificação com um grupo, uma identidade cultural, uma memória histórica, um coletivo religioso e tantos outros modos de se reconhecer imaginariamente como pertencente a um povo.



Assimile

Para fins conceituais, reservamos “formação imaginária” para a análise de cada situação discursiva específica e “imaginário social” quando estamos falando dessas imagens que já circulam de modo dominante na sociedade. Os dois conceitos estão atravessados pela eficácia material do imaginário.

Durante toda esta unidade, buscamos percorrer um caminho que questiona as transparências do discurso, trazendo conceitos que mostrem o funcionamento histórico da linguagem e a relação constitutiva com as condições de produção. O próximo passo é avançar sobre uma especificidade da nossa perspectiva discursiva, citada algumas vezes, mas ainda não conceituada: a interpretação. Avante!

Você deve pensar nas formações imaginárias envolvidas na análise da obra. Considere o locutor A como o expectador da obra, o locutor B como o artista, e a obra como o referente (R). Como não se trata de fala ou escrita, mas de recepção de uma obra de arte, podemos pensar, partindo da 1ª linha: quem sou eu como expectador, que imagem tenho de mim mesmo? A segunda linha do quadro permite a questão: que imagem tenho do artista para interpretá-lo desta ou daquela forma? A terceira linha diz respeito à imagem que o expectador tem da obra. Agora, a partir da 4ª linha, invertemos a relação. Que imagem o artista tem do expectador de sua obra para que a faça desta ou daquela maneira? Em seguida, que imagem o artista tem de si mesmo ao construir sua obra? E, por último, que imagem o artista tem de sua própria obra?

Tais questões abrem outros questionamentos acessórios para ajudá-lo a construir os sentidos envolvidos na interação expectador-obra-artista.

Em nosso imaginário de leigos, podemos destacar, por exemplo, as concepções que temos sobre o que pode ou não ser considerado arte. Segundo esse imaginário, que geralmente apresenta uma visão mais tradicional de arte, uma obra artística segue um padrão estético definido, em geral, como “feio”, “bonito”, “interessante”, “profundo”, “impactante”, “harmônico”, dentre outros adjetivos. Também faz parte do imaginário considerar que o artista quis dizer alguma coisa ao construir a obra, e ficamos tentando adivinhar a “interpretação pretendida” por ele.

Em função desse imaginário, a obra *Uma e três cadeiras* provavelmente causará certa estranheza, pois estaria fora do padrão que faz parte desse imaginário, que espera um objeto único, mais tradicional – um quadro, uma escultura, um objeto –, e não uma composição (objeto cadeira, fotografia da cadeira e texto de definição sobre a cadeira) ou instalação, típica de movimentos artísticos mais contemporâneos. Essa nova experiência com uma obra de arte assim composta, pertencente ao movimento da arte conceitual, pode ocasionar mudanças nesse imaginário inicial, que poderá passar a incluir obras não tradicionais.

Use sua memória e imaginação e pense em outros aspectos que podem compor o imaginário sobre obras de arte.

1. A separação entre duas formas de abordar as condições de produção, mais ampla ou mais estrita, é uma distinção puramente metodológica. Trata-se de uma tentativa de dar relevo para a descrição tanto das condições anteriores quanto das condições contemporâneas do discurso.

A distinção entre condições de produção ampla e estrita é apenas uma diferença metodológica, porque os dois conceitos demandam:

Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmação apresentada:

- a) A relação com o “já dito” e o “já ouvido” na história.
- b) A descrição do sentido pelo analista de discurso.
- c) Os mesmos fatos de linguagem.
- d) A mesma produção discursiva.
- e) Efeitos de sentido entre interlocutores.

2. A linguagem como mediação da relação do sujeito com o mundo (o real) é constituída por diferentes determinações, entre elas o imaginário. As formações imaginárias, por exemplo, atravessam a relação entre interlocutores, deixando de ser uma relação direta. O mecanismo de antecipação é uma manifestação específica das formações imaginárias.

Assim, o mecanismo de antecipação é caracterizado por:

Assinale a alternativa que responde corretamente a afirmação apresentada:

- a) Transformar o interlocutor em um objeto imaginário.
- b) Antecipar a mensagem real do outro.
- c) Produzir imagens do outro a quem é destinado o discurso.
- d) Buscar antever as respostas ao tentar colocar-se no lugar do outro.
- e) Formar imagens antecipadas sobre o objeto real.

3. Na mídia em geral, existe certo imaginário social que rege a produção discursiva em diferentes textualidades, desde as mais reconhecidas pelo valor informativo, como os jornalísticos, até as mais reconhecidas pelo valor de entretenimento, como as telenovelas. Segundo a análise de discurso, como podemos definir o imaginário social?

Assinale a alternativa que responde corretamente à pergunta apresentada:

- a) A produção de formações imaginárias no espaço intervalar entre locutores.
- b) A circulação dominante de certas formações imaginárias e a tentativa de silenciamento de outras.
- c) O conjunto de todas as formações imaginárias produzidas na história.
- d) O conjunto de formações imaginárias produzidas por um grupo de interlocutores.
- e) A produção imaginária dos discursos sociais que transitam nos diferentes espaços discursivos.

Referências

- ARTE Conceitual. *In*: ENCICLOPÉDIA **Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3187/arte-conceitual>. Acesso em: 5 set. 2018.
- BARROS, J. D. Arte e conceito em Joseph Kosuth. **Revista Digital Art&**, [S.l.], ano VI, n. 10, nov. 2008. Disponível em: http://www.revista.art.br/site-numero-10/trabalhos/32.htm#_ftn1. Acesso em: 25 set. 2018.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2012.
- BRANDÃO, H. H. N.. Analisando o discurso. **Museu da Língua Portuguesa** – Estação da Luz, [s.d]. Disponível em: <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/cfernandes/analise-do-discurso/textos/analisandoodiscursosagaminebrandao.pdf/view>. Acesso em: 17 set. 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 nov. 2018.
- CADEIRA. *In*: MICHAELIS - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Melhoramentos, 2018. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cadeira/>. Acesso em: 11 set. 2018.
- CONHEÇA uma e três cadeiras, de Joseph Kosuth. **Universia Brasil**, [S.l.], 24 abr. 2012. Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2012/04/24/925235/conheca-uma-e-tres-cadeiras-joseph-kosuth.html>. Acesso em: 10 set. 2018.
- FERREIRA, R. Chairs, Neon Lights and Philosophy: The Conceptual Art of Joseph Kosuth. **DailyArt Magazine**, [S.l.], 28 jul. 2018. Disponível em: <http://www.dailyartmagazine.com/conceptual-art-of-joseph-kosuth/>. Acesso em: 10 set. 2018.
- FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação** - Folha de São Paulo. São Paulo: PubliFolha, 2005.
- LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.
- MARIANI, B. Discurso e instituição: a imprensa. **Rua**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 47-62, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651>. Acesso em: 9 out. 2018.
- MARIANI, B. (Org.). **Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em análise do discursos e áreas afins: investigação, inovação, divulgação**. Rio de Janeiro: Edições Makunaima/FAPERJ/CNPq, 2016. Disponível em: http://edicoesmakunaima.com.br/images/livros/ebook_encyclopedia_audiovisual_virtual_em_ad.pdf. Acesso em: 9 nov. 2018.
- ORLANDI, E. P. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, n. 61, 1994. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1943/1912>. Acesso em: 29 set. 2016.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M.. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

PIMENTEL, R. M. L. A inscrição de gestos de interpretação em um “texto-bilhete”: significando(-se) em meio a um processo institucional(izante). **Rua**, Campinas, v. 11, n. 1, mar. 2005.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

SE eu fosse você. Direção: Daniel Filho. Produção: Iafá Britz, Marcos Didonet, Vilma Lustosa, Walkiria Barbosa, Daniel Filho. Realização: Daniel Filho. Intérpretes: Tony Ramos; Glória Pires. Roteiro: Adriana Falcão, Daniel Filho, Renê Belmonte, Carlos Gregório. Rio de Janeiro: Globo Filmes, Total Filmes, Lereby Produções, Fox Film do Brasil, 2006. (95 min.), son., color. (Trailer oficial). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tVaxVQb_0oE. Acesso em: 23 out. 2018.

UNIVERSIA BRASIL. Conheça Uma e Três Cadeiras, de Joseph Kosuth. **Universia Brasil**, [S.l.], 24 abr. 2012. Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2012/04/24/925235/conheca-uma-e-tres-caadeiras-joseph-kosuth.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

Unidade 2

A interpretação entre não ditos

Convite ao estudo

Nesta unidade vamos trabalhar noções da Análise do Discurso que permitirão compreender de que modo os profissionais que lidam com a linguagem oral ou escrita acabam endossando justamente o que parecem estar criticando, e sem perceber! É justamente o dispositivo de leitura/interpretação trabalhado discursivamente que permite a esse tipo de profissional ocupar um lugar mais crítico e perceber o que está colocando em circulação quando publica seus textos. Nem sempre o dizer é colocado de modo evidente, o que não o impede de produzir seus efeitos (ou até mesmo os potencializar!). É por isso que trabalharemos com a interpretação entre não ditos: frequentemente eles são negligenciados, tratados como secundários (ou mesmo neutros) no processo de significação. Como veremos, há uma relação entre o dizer e o não-dizer com diferentes implicações.

Na primeira seção vamos abordar o silêncio na perspectiva discursiva, que é bem diferente do que geralmente se pensa sobre ele. Recusamos a ideia de que o silêncio não produz sentidos, porque o consideramos como horizonte, respiro e recuo da significação: “Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um,’ para o que permite o movimento do sujeito” (ORLANDI, 2007b, p. 13). Isto é curioso, não?

“Pré-construídos do discurso” é o tema da seção subsequente: o “pré-construído” designa um dizer outro que não é explicitado no aqui- agora do enunciado, mas está ali presente para que o “construído” funcione. Você já trabalhou com algumas determinações históricas do discurso enquanto condições de produção, mas agora vai olhar um outro modo do funcionamento histórico da linguagem materializado no próprio enunciado. Apesar de ser construído anteriormente, ele se mostra na sua atualidade: uma exterioridade constitutiva no e do enunciado. Muitas vezes o sujeito acaba reforçando o que pensa estar rompendo, justamente por não compreender o funcionamento do pré-construído e seu papel essencial no discurso, enquanto força e constrói realidades e impõe verdades sobre os sentidos.

Na última seção discutiremos, finalmente, de modo mais específico, a noção discursiva de interpretação, explicitando outros aspectos da relação entre sujeito, sentido, língua e história. Você compreenderá por que não é

possível ser indiferente à interpretação e quais as consequências para estudar os meandros da linguagem nos distintos dispositivos comunicacionais.

Vamos agora ao contexto de aprendizagem desta unidade:

No dia 1º de abril de 1964, um golpe civil-militar afastou João Goulart da presidência da República, iniciando uma nova era política no país. O alto comando do exército construiu um sistema político em que as garantias constitucionais foram suspensas e substituídas pelos Atos Institucionais. Estavam findadas também as eleições diretas para a Presidência da República (até 1989) e o pluripartidarismo: apenas ARENA, o partido do Regime, e MDB, a “oposição consentida”, eram permitidos pelos militares. Todos os demais partidos foram cassados. Além disso, sobretudo após 1968 e o Ato Institucional nº 5, toda forma de oposição direta passou a ser duramente perseguida pelos militares. Os próprios jornais que apoiaram o Golpe – como *O Globo* e o *Estado de São Paulo* – passaram a ter suas notícias censuradas pelo Regime. Cinema, TV, gravadoras e editoras passaram a ser submetidas à censura prévia, que avaliaria a existência de mensagens subversivas ou simplesmente dissonantes do ideário dos militares. No meio artístico, aqueles que eram vistos como ameaça à ditadura que se instaurava tornaram-se alvos célebres, fosse por meio do exílio, como aconteceu com os músicos Caetano Veloso e Gilberto Gil, ou por meio da tortura e do assassinato, como aconteceu com o jornalista Vladimir Herzog (1937-1975).

Nesse contexto, foram produzidas várias canções que, de forma velada, criticavam, denunciavam e se opunham ao regime. O uso de figuras de linguagem como metáforas, metonímias, hipérboles, eufemismos, comparação, comum em poemas, quando presentes nas letras de música, cumpriam um papel de comunicar “sem falar”, silenciando para significar. Dessa forma, analisar as letras das músicas produzidas nessa época e ver como seus compositores trabalhavam com a língua, para que os ouvintes da música – seus interlocutores – fossem capazes de “ler o que não estava escrito”, interpretar o não dito, será seu desafio nesta unidade.

Silêncio

Diálogo aberto

Você já se perguntou como o silêncio funciona e se ele produz sentidos? Estudar o silêncio é importante para sua prática profissional, para seus relacionamentos interpessoais e para sua “leitura de mundo”. Vamos então à nossa situação-problema:

A música *Cálice* foi escrita em 1973 por Chico Buarque e Gilberto Gil, mas foi censurada pela ditadura devido ao seu conteúdo de denúncia e crítica social. Lançada apenas em 1978, cinco anos depois de sua criação, *Cálice* tornou-se um dos mais conhecidos hinos de resistência ao regime militar e exemplo de canção de protesto, ilustrando, por meio de metáforas e duplos sentidos, a repressão e a violência do governo autoritário.

Você deverá agora fazer a análise de duas estrofes e do refrão da música, levando em consideração a política do silêncio e suas duas subdivisões: o constitutivo e o local. O silêncio constitutivo é o que se dá quando a opção por um dizer cala, necessariamente, algum outro sentido; e o local tem a ver com a censura, a interdição de um determinado dizer. Tendo isso em mente, bem como toda a questão do silêncio discutida nesta seção, ao realizar a análise da música, pense nas seguintes questões:

- Como se estabelece o movimento entre dizer e calar?
- O que a opção por esta ou aquela palavra – ao mesmo tempo que cala outras que poderiam ter sido ditas – significa?
- O que a censura cala, mas as palavras não ditas falam? Ou mesmo, o que o silêncio da censura cala, mas as palavras falam?
- Qual é o jogo de sentidos presente na palavra “Cálice”?

Pense nos dizeres que provavelmente seriam proibidos em um sistema opressor, mas que podem estar sendo “ditos em silêncio” na música.

Confira a letra da canção:

“Cálice – Chico Buarque/Gilberto Gil
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue

Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta

Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoou
Atordoado eu permaneço atento
Na arquibancada pra a qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa

Fonte: BUARQUE, Chico; GIL, Gilberto. Cálice. Milton Nascimento, Chico Buarque. In: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque**. [S.l.]: Philips/ PolyGram, 6349 398, 1978. 1 LP, lado A, faixa 2.

Não pode faltar

Você pode se perguntar: qual é a pertinência de se estudar o silêncio? O interesse pelo silêncio tem movido as artes, a política, a música e diversas formas de interlocução social. Para citar alguns casos: Helena Blavatsky (1831-1891), escritora russa, escreveu *The voice of the silence* (A voz do silêncio), que depois foi traduzido pelo português Fernando Pessoa (1888-1935), um dos maiores poetas de língua portuguesa; Lenine, cantor e compositor brasileiro, cantou *O silêncio das estrelas*; o cineasta alemão Werner Herzog já anunciava o poder do silêncio logo no prólogo de *O enigma de Kaspar Hauser*, em 1974: “Vocês não ouvem os assustadores gritos ao nosso redor, que habitualmente chamamos de silêncio?” (O ENIGMA..., 1974). Carlos Drummond de Andrade disse sobre o diálogo, no *Discurso da primavera*, no e com o silêncio (ANDRADE, 1977).



Pesquise mais

O filme *Silêncio*, de Martin Scorsese, conta a história de dois padres jesuítas portugueses, Sebastião Rodrigues e Francisco Garupe, que, no século XVII, viajam até o Japão, para procurar seu mentor, Padre Ferreira. Os jesuítas enfrentam a violência e a perseguição de um

governo que deseja expurgar todas as influências externas, principalmente as religiosas.

Veja o trailer do filme em:

IMAGEM FILMES. *Silêncio* – Trailer Oficial. Direção: Martin Scorsese. EUA, México, Taiwan: Paramount Pictures, 2006. Drama, 2'17".

A seguir uma crítica na qual se explica o nome do filme:

“O ‘*Silêncio*’ a que o filme se refere – infere-se a partir de certo momento – seria o silêncio de Deus. Lá estão, nas profundezas do Japão – às voltas com uma cultura que não os compreende, assim como eles não a compreendem – seus mais fiéis seguidores, aqueles que saíram pelo mundo dispostos a propagar a ‘fé verdadeira’. No entanto, Deus não os escuta. Suas preces são como que jogadas no vazio. (ARAÚJO, 2017, [s.p])

Vejamos como Chinua Achebe mostra, em uma pequena história, a dificuldade de compreender o silêncio:

“– Certa vez, a Mãe-Gavião mandou a filha ir buscar comida. Ela foi e trouxe um patinho. “Você se saiu muito bem”, disse a Mãe-Gavião à filha, “mas eu gostaria de saber uma coisa: o que foi que a mãe desse patinho disse, quando você arremeteu sobre o filho dela e o levou para longe?”. “Não disse nada”, replicou a jovem gavião.

“Simplesmente se afastou dali”. “Então, você vai já devolver o patinho”, falou a Mãe-Gavião, “pois há algo de agourento detrás do silêncio”. A gavião obedeceu e voltou novamente, dessa vez trazendo um pintinho. “Qual foi a reação da mãe desse pintinho?”, perguntou a Velha-Gavião. “Ela gritou e berrou como uma doida, rogando-me pragas”, respondeu a gavião mais moça. “Nesse caso, podemos comer o pintinho”, falou a mãe. “Não há nada a temer dos que gritam”. (ACHEBE, 2009, p. 160)

No plano político, Mahatma Gandhi (1869-1948), líder pacifista indiano, praticava o silêncio como forma de autoconhecimento:

“O silêncio já se tornou para mim uma necessidade física espiritual. Inicialmente escolhi-o para aliviar-me da depressão. A seguir precisei de tempo para escrever. Após havê-lo praticado por certo tempo descobri, todavia, seu valor espiritual. E de repente dei conta de que eram esses momentos em que melhor podia comunicar-me com Deus. Agora sinto-me como se tivesse sido feito para o silêncio. (GANDHI, 2004, [s.p.]”

Martin Luther King (1929-1968), pastor protestante, ativista político norte-americano e um dos mais importantes líderes do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos também disse algo sobre o silêncio: “O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons” (VILLAR, 2014, p. 63).



Pesquise mais

Eni Orlandi, uma das fundadoras da Análise do Discurso, escreveu um artigo que inaugura suas reflexões sobre o silêncio e suas condições de produção.

ORLANDI, Eni. A fala de muitos gumes: as formas do silêncio. *In: A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987.

Como você pode ver, muitas pessoas já abordaram de algum modo a relação dos sujeitos com o silêncio. Por outro lado, o modo de pensar o silêncio não é suficiente para a sua compreensão. Muitas vezes pensamos que só as palavras dizem, aprendemos que só elas significam e que o silêncio seria sua ausência material. É comum a ideia de que o silêncio não diz, não significa, é como um vácuo na comunicação, um espaço vazio ou, no mínimo, de pouca importância. Também é bem frequente relacioná-lo ao implícito que, “segundo O. Ducrot [...], ‘aparece – e algumas vezes se dá – como sobreposto a uma outra significação’” (ORLANDI, 2007b, p. 12). Não é assim: o silêncio é essencial na linguagem. Sem silêncio, não há dizer. A palavra (que existe apesar do silêncio) não é algo que existe para eliminá-lo, ocupar seu espaço: ela existe graças ao silêncio, ou seja, palavra e silêncio se relacionam de modo fundamental (fundador).



Refleta

Se o silêncio significa, imagine o que deixamos de entender ao considerar apenas as palavras no processo de significação. Lembre-se de situações em que você se calou durante uma conversa ou seu interlocutor se calou? O que isso significou? Que sentidos foram construídos a partir de seu silêncio ou do silêncio do outro?

Aprendemos com Orlandi (2007b, p. 102) que:

1. O silêncio não fala, ele significa, pois é inútil traduzir o silêncio em palavras: é possível, no entanto, compreender o sentido do silêncio por métodos de observação discursivos.
2. Considero pelo menos duas grandes divisões nas formas do silêncio: a) o silêncio fundador; e b) a política do silêncio. O fundador é aquele que torna toda significação possível, e a política do silêncio dispõe as cisões entre o dizer e o não-dizer. A política do silêncio distingue por sua vez duas subdivisões: a) o constitutivo (todo dizer cala algum sentido necessariamente); e b) o local (a censura).
3. O silêncio não é a ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s).
4. O silêncio e o implícito não são a mesma coisa (...) O implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer, mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído.

“As palavras que digo escondem outras”, coloca Clarice Lispector ao dizer do seu medo de escrever (1978, p. 6). Não diríamos que escondem, mas pensamos que “uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras” (ORLANDI, 2007b, p. 24). Esta é uma das dimensões do silêncio: dizer algo é também não dizer outras coisas. Por exemplo, ao dizer “moreno”, “escurinho” ou outra palavra em vez de “negro”, tenta-se evitar sentidos que seriam considerados racistas, preconceituosos (na verdade, é na interdição da palavra que está o racismo: é justamente ao evitar seus sentidos que se evita, ao mesmo tempo, a possibilidade de rompê-los).

Tal como as palavras, o silêncio também não é transparente. “Ele é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar”, diz Orlandi (2007b, p. 103).



Assimile

De modo conciso, Orlandi (2007b, p. 14) apresenta a importância de considerar o silêncio quando estamos estudando a produção de sentidos no discurso: O “silêncio [...] atravessa as palavras, [...] existe entre elas, ou [...] indica que o sentido pode ser outro, ou ainda que aquilo que é importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é ‘fundante’”.

Um outro exemplo: quando estudantes reagem às propostas de mudanças de leis que vão interferir no processo de escolarização, seja no ensino básico ou no ensino superior. Além das manifestações dos professores, mediante greves consideradas já tradicionais e pauta da luta política, os alunos aparecem com novas formas de manifestação dentro da Educação. Eles têm feito da escola seu local de luta, e isto é significado de diferentes modos: ao dizer “ocupação”, apaga-se “invasão” (e vice-versa), o que inscreve o dizer em memórias históricas distintas.



Exemplificando

Século XIX: Brasil colonial, escravidão. Um dos lugares em que a abolição foi discutida foi na mídia impressa: jornais publicaram artigos sobre isso. Quantos deles você acha que se manifestaram de modo contrário à abolição? Pasmem: nenhum! Todos se posicionavam a seu favor. Em sua tese *As cores da Nação: um estudo discursivo de artigos colocados em circulação pela mídia impressa sobre o novo lugar do “negro” no conjunto da sociedade nacional*, Fabiane Jesus (2014) analisa artigos que foram publicados entre 1873 e 1895 em: (a) duas províncias com diferentes condições de produção (incluindo: ter uma mídia impressa significativa e ter recebido escravos de diferentes sociedades africanas); e (b) jornais representativos, que conseguiram se manter a despeito das condições adversas: país agrário, poucos sabiam ler, o jornalismo era desvalorizado, os custos de impressão eram altíssimos.

Ora, se ninguém era contra a abolição séculos atrás, por que nos dias de hoje ainda há problemas relacionados ao racismo? O ponto é: o modo como o “negro” era discutido. Ou melhor dizendo: o lugar que ele ocupava nas discussões. Ser favorável à abolição funciona de modo indissociável com ser favorável ao “negro”. Essa relação automática silencia o fato de que “negro”

pode ser significado de modo a endossar justamente aquilo que o coloca em uma posição "inferior". Mais do que isso: o fato de parecer que está defendendo seus interesses permite mantê-lo como objeto de discurso, evitando que ele ocupe o lugar de sujeito da enunciação. Ou seja: todo esse mecanismo funciona silenciando o fato de que ele não fala (é mantido fora das discussões), é falado (tematizado, discutido).



Pesquise mais

Fabiane Jesus investiga “processos de subjetivação por silenciamento, em que sujeitos são despidos de sua historicidade e ‘vestidos’ em pele escura” (JESUS, 2014, p. 6) e analisa artigos de jornal e verbetes de dicionários para investigar suas questões de pesquisa: “ao deixar de atender pelo nome escravo e passar a ser chamado de liberto, o “negro” ocupa um novo (ou outro) lugar? Entre uma posição e outra, que sentidos deslizam? O que é preciso esquecer (silenciar/apagar) para que novos sentidos irrompam? São novos?” (JESUS, 2014, p. 25)

JESUS, Fabiane Teixeira de. **As cores da Nação**: um estudo discursivo de artigos colocados em circulação pela mídia impressa sobre o novo lugar do “negro” no conjunto da sociedade nacional. 2014. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) – IEL, Unicamp, Campinas, 2014.

Há várias experiências que nos levam a entender a importância do silêncio no processo de significação. Orlandi (2007b, p. 41) aponta algumas – e você talvez conheça uma dessas obras:

“Na poesia (a leitura de Mallarmé, de M. Bandeira ou de Carlos Drummond de Andrade, entre outros), na literatura em geral, o silêncio é fundamental. Na música, compositores como P. Geist, J. Cage, Webern, E. Gismonti, E. Satie e o intérprete C. Arrau, em particular. Ou seja, também a música em geral, em suas diferentes expressões, propõe-nos uma relação com o silêncio. No campo das imagens, há filmes que nos trazem a reflexão sobre o silêncio de modo particular: *Pai Patrão*.”

Por outro lado, pela observação dos diferentes discursos, podemos reconhecer fatos que nos remetem à importância do silêncio: o discurso religioso, em que Deus representa a onipotência do silêncio; o jurídico, em que o discurso liberal (“todos os homens são iguais perante a lei”), produzindo o apagamento das diferenças constitutivas dos lugares distintos, reduz o interlocutor ao silêncio; o científico, do qual é bem conhecido o fato de que

há teorias que não deixamos significar; o discurso amoroso, em que a onipotência avizinha o impossível, é um discurso voltado ao silêncio.

A hipótese formulada por Orlandi (2007b) é a de que o silêncio é matéria significante; é, pois, o real do discurso. O homem sempre busca significar, fazendo ou não uso de palavras. “No início é o silêncio. A linguagem vem depois”, diz a autora. E prossegue: “quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo” (ORLANDI, 2007b, p. 27).

Falar com palavras já é uma forma de tentar controlar o silêncio como deriva possível, como horizonte, como potencialidade para a diferença. Quando você escolhe uma formulação com palavras, acaba por produzir limites no dizer. Já o silêncio abre para muitas possibilidades, porque esse limite ainda não está marcado. Também é importante atentar para o fato de que “o silêncio recorta o dizer. Esta é sua dimensão política” (ORLANDI, 2007b, p. 55).

Como podemos perceber, “o silêncio não é imediatamente visível e interpretável. É a historicidade inscrita no tecido textual que pode ‘devolvê-lo’, torná-lo apreensível, compreensível. Desse modo, o trabalho com o silêncio implica a consideração dessas suas características” (ORLANDI, 2007b, p. 60). Outro desafio que a compreensão do silêncio impõe é o fato de que ele não fala, significa. Ele não é interpretável, é compreensível (ou seja, conhecer seus modos de significar). Há sentido nas palavras e há sentido no silêncio, mas são sentidos diferentes. Então, se tentarmos fazer o silêncio falar, ele vai significar diferentemente. Só é possível atingir sua instância de significação por meio de seus efeitos.

A reflexão sobre o silêncio permite compreender melhor um aspecto linguageiro fundamental: a incompletude da linguagem. Embora seja comum a ideia de que é possível dizer tudo, ou seja, que podemos/devemos produzir textos completos, perfeitos, acabados, a linguagem não se sustenta. E a incompletude é fundamental na linguagem: é a base da polissemia, é o que torna possível o múltiplo, diferentes (novos/outros) sentidos. É importante entender que a incompletude não tem a ver com ser inteiro, mas com fechar a significação, isto é, dar a “palavra final”. Os efeitos provisórios de fechamento (completude) também se dão por relações de poder. No entanto, o dizer é sempre aberto, sempre passível de outros sentidos. Silêncio, incompletude e interpretação se inter-relacionam.

Vamos então à análise da música *Cálice* (BUARQUE; GIL, 1978)?

Em primeiro lugar, devemos perguntar a que silenciamento a música como um todo se refere? O que precisava ser silenciado e por quê? Considerando o contexto da ditadura, para manter o controle sobre a população e manter-se no poder, os atores do regime precisam calar qualquer oposição que ameace esse poder. Daí veio a censura dos jornais, a vigilância sobre professores nas escolas, sobre funcionários nas repartições públicas, sobre os operários das fábricas. Quem ousava “falar”, isto é, opor-se ao autoritarismo reinante, podia ser preso e até torturado. O silêncio era uma forma de proteger-se de ser pego pelo regime.

“*Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue*”

Já no refrão transcrito acima, temos a referência à cena bíblica relatada nos evangelhos que remete aos momentos anteriores à captura de Jesus Cristo pelos soldados romanos, quando ele estava orando a Deus Pai, em intenso sofrimento, por saber que dentro de pouco tempo iria ser crucificado. Diz o relato bíblico que, durante sua oração, ele teria dito “Pai, afasta de mim esse cálice” – Marcos, 14:36 (BÍBLIA, [s.d., s.p.]); cálice, tipo de taça para beber vinho, cuja cor remete a sangue, prenunciando o sofrimento ao qual ele iria ser submetido. Porém, quando cantada ou falada, a palavra “cálice” tem a mesma pronúncia de “cale-se”, imperativo do verbo calar, decorrente da ambiguidade da segmentação da palavra. A apropriação de um discurso da esfera religiosa deu voz a um pedido de basta ao sofrimento causado pela opressão da ditadura.

“*Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta*”

Na primeira estrofe, os versos 3 e 4 remetem ao silenciamento a que as pessoas foram submetidas na época da ditadura, por não poderem protestar abertamente em relação às injustiças impostas pelo sistema. “Calada a boca” pela opressão. “Resta o peito” faz referência ao movimento causado pelo ato de suspirar, mostrando o sentimento de quem suspira, seja de indignação, seja de resignação ou de tristeza. O suspiro em substituição à palavra, que é silenciada pela ditadura, adquire sentido.

Ao dizer “silêncio na cidade não se escuta”, mostra-se que, apesar de o sistema tentar calar, muitos na cidade percebem o sofrimento e suspiram por causa dele. A frase também pode estar fazendo referência aos gritos dos que foram torturados durante o regime, que impediriam o silêncio imposto. Em vez de dizer diretamente, por exemplo, “ouve-se na cidade os gritos dos que são torturados”, isso é silenciado e aparece em seu lugar “silêncio na cidade não se escuta”.

“*Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoa
Atordoadado eu permaneço atento
Na arquibancada pra a qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa*

Mais uma vez, a música faz referência ao silêncio, porém traz um elemento novo: a quebra desse silêncio. “Grito desumano”, “ser escutado”, são antíteses de silenciar, calar. Ao dizer “Como é difícil acordar calado”, silencia-se algo que poderia ser dito como “O sistema opressor não me deixa falar”, pois as pessoas não podiam reclamar, protestar e se mostrar contrárias ao sistema. Ao dizer “Esse silêncio todo me atordoa”, cria-se um paradoxo, pois como pode o silêncio atordoar? O barulho é o que costuma ser atordoante. O verso mostra o que foi silenciado: o fato de não se estar aguentando mais não poder falar, denunciar, protestar. Mas, em silêncio, ele permanece “atento”. Em silêncio, ele aguarda o momento certo para se libertar de tudo o que o oprime. No silêncio está a expectativa de mudança.

Caro aluno, a análise aqui realizada é apenas um parâmetro, não é absoluta ou a única possível. Discuta com seus colegas e seu professor e veja como eles analisaram a questão do silêncio na música.

1. O silêncio trabalha no movimento dos sentidos: atravessa as palavras, fica entre elas, sinaliza que o sentido pode ser outro e indica que o mais importante nunca é dito. Silêncio e sentido existem de diferentes modos.

Quais são as formas do silêncio trabalhadas na Análise do Discurso?

Assinale a alternativa que responde corretamente à questão apresentada:

- a) Silêncio fundador, política do silêncio, silêncio constitutivo e silêncio local.
- b) Silêncio fundador e política do silêncio (que se divide em silêncio constitutivo e silêncio local).
- c) Silenciamento e política do silêncio.
- d) Silêncio local, silêncio geral e silêncio político.
- e) Silenciamento, política do silêncio e apagamento.

2. Leia o texto a seguir:

O não dito é comumente estudado como “implícito”. Conforme nos aponta Orlandi, “a significação implícita, segundo O. Ducrot [...], ‘aparece – e algumas vezes se dá – como sobreposta a uma outra significação’”. A autora ainda diferencia o silêncio do implícito, apontando que o “sentido do silêncio não é algo juntado, sobreposto pela intenção do locutor: há um sentido no silêncio”. (ORLANDI, 2007b, p. 12)

Com base na diferença entre o implícito e o silêncio relatada no texto, assinale dentre as alternativas a seguir a que corresponde à dimensão do não dito abordada discursivamente.

- a) Segue a mesma linha proposta por Ducrot e mostra como a intenção do locutor determina quais significações podem ou não ser sobrepostas.
- b) Em vez de ser chamado de implícito, é denominado como silêncio, para destacar a ausência material de palavras ou sons que o caracteriza fundamentalmente.
- c) O silêncio não é caracterizado como algo negativo ou passivo: é essencial no processo de significação, é fundador de sentidos.
- d) O não dito não participa do processo de produção de sentidos, já que serve apenas para sobrepor uma significação à outra.
- e) Implícito e silêncio são noções diferentes, mas têm em comum o fato de ocuparem uma posição secundária no processo de significação.

3. Leia o texto a seguir:

“Em 1885, o jornal Diário da Bahia publicou um artigo em que comparava a mão de obra escrava à assalariada. Segue um trecho (com a grafia da época): “o trabalhador livre não serve, é verdade,

senão mediante salário; porém o escravo não podia igualmente servir, senão comprado, alimentado, tratado e vestido: era ainda o salário de outra forma. E pois o colono não seria prejudicado em sua fortuna pelo facto da emancipação, e não teria um direito rigoroso á ser indemnizado, a menos que pelo resultado, ainda desconhecido d'esta mesma emancipação, os negros não quizessem trabalhar, ou se o salário pedido pelo trabalho excedesse á somma que se pagava por sua cooperação forçada no tempo do captivoiro" (A tramoia da oposição. Diário da Bahia, 21/04/1885). No artigo não há um posicionamento manifestado de modo evidente em relação à abolição ... (BRAINLY, 2017, [s.p.]).

Assinale a alternativa que completa corretamente o argumento iniciado na frase acima.

- a) Mas ao interpretar o que é silenciado, podemos perceber que certamente é favorável a ela, como seria de se esperar naquele contexto.
- b) Mas entender a relação entre o que é dito e o que é silenciado nos mostra, por exemplo, que o que está em jogo é a situação financeira do "colono".
- c) Porque o autor está apenas descrevendo uma situação, é impossível saber o que pensa sobre ela.
- d) Mas ao interpretar o que é silenciado, podemos dizer que não se posiciona decisivamente so-bre o assunto.
- e) Porque o texto não diz, mas sabemos que está silenciando o fato de que o autor teria medo de dizer abertamente que é favorável à abolição.

Pré-construídos do discurso

Diálogo aberto

Conforme você já viu na seção anterior, o silêncio é uma das formas de trabalhar o não dito na análise de discurso. Vimos que há uma relação fundamental (intrínseca) entre o dizer e o não dizer, o que nos ajudou a compreender aspectos importantes da música *Cálice*, estudada na situação-problema anterior, que funcionou como uma forma de protesto e crítica ao sistema ditatorial imposto ao Brasil entre os anos 1960 e 1980, silenciando o que não podia ser dito de forma explícita, ao mesmo tempo em que “dizia” ao silenciar.

Essa música é uma das mais analisadas e citadas como exemplo de contestação dessa época. Agora, nesta seção, nosso foco é a relação que podemos estabelecer entre intertexto e interdiscurso e como essa relação pode ser pensada tendo como referência a música original, de Chico Buarque e Gilberto Gil, e uma versão criada pelo rapper paulistano Criolo, registrada em vídeo.

O vídeo foi gravado de maneira espontânea em um bar, à capela, sem playback ou qualquer condição técnica favorável. Criolo faz uma homenagem à canção *Cálice*, respeitando, em sua maior parte, a estrutura sintática e a melodia, sem ater-se muito à métrica. Confira também a letra a seguir:

“Cálice (rap) (Criolo)

Como ir pro trabalho sem levar um tiro
Voltar pra casa sem levar um tiro
Se as três da matina tem alguém que frita
E é capaz de tudo pra manter sua brisa

Os saraus tiveram que invadir os botecos
Pois biblioteca não era lugar de poesia
Biblioteca tinha que ter silêncio
E uma gente que se acha assim muito sabida

Há preconceito com o nordestino
Há preconceito com o homem negro
Há preconceito com o analfabeto
Mas não há preconceito se um dos três for rico, pai

A ditadura segue meu amigo Milton
A repressão segue meu amigo Chico
Me chamam Criolo e o meu berço é o rap
Mas não existe fronteira pra minha poesia, pai

Pai
Afasta de mim a biqueira, pai
Afasta de mim as biate, pai
Afasta de mim a coqueine, pai
Pois na quebrada escorre sangue. (CRIOLO, 2011)

Suponha que você tenha vivido sua juventude na época em que a música *Cálice* original foi divulgada. Você, então, além de conhecer a letra, a melodia, os compositores e intérpretes, conhece também o contexto sócio-histórico e ideológico em que ela foi criada. Por meio de seu filho adolescente, que curte rap, tem contato com o trabalho musical do rapper Criolo com a música *Cálice* e resolve fazer uma análise dessa nova versão, pois observa a existência de outros dizeres, de outros discursos que funcionam na produção de sentidos da música.

Como você explicaria as possibilidades de construção dos sentidos a seu filho, para ambas as versões da música, utilizando as noções de intertexto e interdiscurso?

Não pode faltar

Você já ouviu falar na série *As Aventuras do Barão de Münchhausen*? Suas histórias foram compiladas por Rudolf Erich Raspe e publicadas em Londres em 1785, divertindo os leitores com as aventuras inusitadas vividas pelo personagem central, que se equilibra entre a realidade e a fantasia. Em uma delas, o Barão de Münchhausen está em uma difícil situação: ele estava cavalgando, até que foi parar no meio do pântano e começou a chafurdar na lama com o seu cavalo. Como fazer para sair dessa enrascada? O herói não se deixa intimidar pelo perigo e encontra uma solução para o seu problema: puxa os próprios cabelos e, assim, tira a si próprio e o cavalo da lama.

O absurdo, o exagero e a fantasia dão a tônica da série. A história dessa espetacular fuga do pântano é uma das mais famosas e é a ela que Pêcheux (2009) alude para falar sobre a evidência do sujeito como causa de si, ou seja, o sujeito intencional como origem e criador do sentido. Ele diz:

“É preciso [...] compreender [...] de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto “sujeitos-falantes”: compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o “efeito Münchhausen”, colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso. (PÊCHEUX, 2009, p. 144)

É sobre isso que falaremos nesta seção. Vale a pena reforçar: “de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto ‘sujeitos falantes’” (PÊCHEUX, 2009, p. 144). Iremos além, na direção dos resultados esperados neste curso: avançaremos em uma análise teórica capaz de nos fazer entender melhor esse processo para não cair nessa ilusão referencial. O absurdo, o exagero e a fantasia também dão a tônica dessa ilusão, conforme veremos ao longo desta aula.



Pesquise mais

No livro *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Michel Pêcheux lança as bases para um novo modo de pensar a linguagem. É nele que o pesquisador chega à figura central da Análise do Discurso, que liga o campo da linguística ao campo da sociedade, do histórico, do político: o discurso. No segundo capítulo, ele trata especificamente da ilusão que temos de que as palavras e seus significados têm origem no sujeito que as enuncia.

PÊCHEUX, M. Ideologia, interpelação, “efeito Münchhausen”. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

Pêcheux mostra que é tão fantasioso achar que o sujeito tem total controle do seu dizer quanto tem de seu corpo, a ponto de bastar a si mesmo para demovê-lo da lama, como o fez o Barão de Münchhausen. Percebemos que é impossível suspender o corpo com o próprio corpo: precisamos também de algo de fora, algo exterior, para içá-lo e movê-lo pelo ar. É a combinação entre gestos do corpo e outros, externos, que fazem com que esse movimento possa ser realizado. E o que passamos a perceber, com Pêcheux, é que isso também vale para as palavras: é impossível significá-las por nós mesmos. Participamos do processo de significação (e de modo fundamental), mas o

que dizemos não tem o significado que queremos, escolhemos intencionalmente e controlamos completamente. Há toda uma relação entre o sujeito, a linguagem e o mundo em que vivemos, que determina o modo como os sentidos (e o próprio sujeito) são constituídos.



Pesquise mais

A pedido da *Revista Galileu*, Eni Orlandi analisa o discurso de Donald Trump e mostra que não basta “manipular as palavras do jeito certo”: ela discute o funcionamento social da linguagem.

VAIANO, Bruno. Pedimos a uma linguista para analisar o discurso de Donald Trump: há mais coisas entre o cérebro e a ponta da língua que votos para Hillary Clinton. **Revista Galileu**, Editora Globo, 10 nov. 2016.

“As palavras não são nossas”, diz Orlandi (2005, p. 32), “elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele”.

A relação entre o que é dito e o que não é dito pode ser compreendida discursivamente a partir do modo como o interdiscurso (o já dito) e o intradiscurso (o que se está dizendo) se articulam. Essas noções são fundamentais na Análise do Discurso. O intradiscurso está no eixo horizontal (o da formulação). O interdiscurso está no eixo vertical (que é o da constituição: representa o dizível, ou seja, todos os dizeres já ditos – e esquecidos, produzindo efeito de evidência). Em outras palavras: o interdiscurso (que é diferente de intertexto):

“[...] é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. (ORLANDI, 2005, p. 34)



Assimile

Para Pêcheux (2009), o interdiscurso abrange todo o complexo de dizeres já ditos e esquecidos, mas que determinam nosso dizer. Trata-se de um saber discursivo que torna possível às nossas palavras fazerem sentido, como se este fosse evidente. “Esse saber corresponde a palavras, expres-

sões, enunciados, etc., já ditos e esquecidos, mas que continuam a afetar os sujeitos” (MELLO, 2010, p. 60).

O intertexto, por sua vez, é a presença de outro(s) texto(s) em uma determinada materialidade (verbal e não verbal), que pode ser reconhecida pelos usuários da língua como proveniente de um texto já existente. De acordo com o *Dicionário de Análise do Discurso* (2004 *apud* MARCUSCHI, 2008, p. 129), a intertextualidade é uma “propriedade constitutiva de qualquer texto e o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros textos”.



Exemplificando

Um exemplo de intertextualidade é o poema *Canção do exílio*, de Murilo Mendes, no qual reconhecemos como texto-matriz, a *Canção do exílio*, de Gonçalves Dias. Veja a seguir:

“Canção do exílio

Minha terra tem macieiras da Califórnia
onde cantam gaturamos de Veneza.
Os poetas da minha terra
são pretos que vivem em torres de ametista,
os sargentos do exército são monistas, cubistas,
os filósofos são polacos vendendo a prestações.
A gente não pode dormir
com os oradores e os pernilongos.
Os sururus em família têm por testemunha a Gioconda.
Eu morro sufocado
em terra estrangeira.
Nossas flores são mais bonitas
nossas frutas mais gostosas
mas custam cem mil réis a dúzia.

Ai quem me dera chupar uma carambola de verdade
e ouvir um sabiá com certidão de idade! (MENDES, 1930)

Compare agora com o poema original, de Gonçalves Dias:

“Canção do exílio

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.
Nosso céu tem mais estrelas,

Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar - sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá. (DIAS, 1843)

O dizer se instala na confluência desses dois eixos – o vertical (constituição) e o horizontal (formulação) –, e é a partir desse lugar que o sentido é produzido. É no jogo entre memória (constituição) e atualidade (formulação) que sua significância é construída. Ao investigá-lo, conseguimos perceber como aspectos políticos, históricos e sociais se articulam com a linguagem e movimentam sentidos e sujeitos. É importante compreender esses aspectos para entender as especificidades do dispositivo discursivo de leitura e, no futuro, utilizá-lo para realizar um trabalho com a linguagem mais crítico e fundamentado – seja você um professor, um jornalista, um designer ou um profissional da fotografia, por exemplo. Sair da literalidade das palavras, do sentido único, fixo e imutável vai ajudar você a analisar devidamente as questões com as quais vai lidar, tais como as que têm sido trabalhadas nas situações-problema.



Refleta

Quando um anúncio publicitário diz algo do tipo: “compre o hidratante X, para sua pele ficar macia”, também está dizendo que a pele da pessoa está seca. Por que as pessoas não costumam se sentir ofendidas (pelo contrário, muitas vezes cedem ao apelo marqueteiro e adquirem o produto)?

Por que/como essa ilusão referencial, que nos faz pensar que somos donos das nossas palavras e de seus significados, é produzida? Para que elementos podemos olhar para não incorrer nessa ilusão? Explicamos.

O processo em que o indivíduo é interpelado em sujeito (processo de assujeitamento) se constitui a partir da identificação desse sujeito com determinada formação discursiva. Essa identificação funda uma unidade imaginária, apagando o fato de que o sujeito (e seu dizer) resulta de um processo histórico-social. Temos a impressão de que escolhemos nossas palavras e seus significados (como se fossem tudo uma coisa só, ou seja, como se houvesse uma relação termo a termo entre linguagem, pensamento e mundo). Os elementos que sustentam essa impressão, que a apoiam, são os do interdiscurso. Eles se apresentam sob uma dupla forma: **pré-construído e processo de sustentação**. Esses traços determinam o sujeito e são reinscritos em seu discurso, produzindo assim a ilusão referencial.



Assimile

Confira o trecho a seguir:

“O fato de que há um já dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso [...]. A observação do interdiscurso nos permite [...] remeter o dizer [...] a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-las em sua historicidade, em sua significância [...]. Há uma relação entre o já dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. (ORLANDI, 2005, p. 32)

Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 158), “o sujeito se ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa”. Ao investigar o processo de assujeitamento, isto é, o processo a partir do qual o indivíduo se constitui como sujeito, podemos identificar o funcionamento dessas determinações, que podem aparecer sob a forma de pré-construído (encaixe de dizeres da ordem do já dito no intradiscurso) ou de discurso transversal (a relação do sujeito com esses dizeres). Essas são duas noções muito importantes, pois é a partir delas que podemos passar do campo lógico-linguístico para o discursivo, o da teoria do discurso. São elas que explicam o fato de o sentido não estar na palavra: ele é construído em sua relação com as posições que o sujeito ocupa ao enunciar, nas formações discursivas.



Exemplificando

Quando você diz “direita” ou “esquerda”, por exemplo, não é você que está atribuindo o significado à palavra. Ela também não carrega seu sentido, como se fosse uma embalagem, e o significado, um rótulo grudado nela. Embora seja comum pensar que as palavras têm um sentido fixo, único, verdadeiro, seus significados variam conforme a posição ocupada por quem as enuncia/interpreta. Se existisse apenas uma “verdade”, um sentido “real”, a palavra “esquerda”, por exemplo, não teria significados diferentes. Você já percebeu que, dependendo da posição política da pessoa, varia o modo como essa palavra é entendida/interpretada?

O pré-construído e o discurso transversal são funcionamentos distintos do interdiscurso, são formas diferentes de repetição de dizeres que circulam socialmente. Veja bem: não estamos dizendo que repetimos dizeres como “papagaios”. Estamos falando da ressonância sócio-histórica, da repetição histórica que movimenta sentidos porque historiciza o dizer e o sujeito. Esse ponto será retomado e melhor discutido adiante. Nas próximas seções também vamos falar mais sobre algumas noções que estamos abordando: formação discursiva, posição-sujeito, interpelação, memória e interdiscurso. Por ora, o importante é saber que, quando dizemos algo, repetimos dizeres em circulação em outras práticas discursivas. Pode parecer estranho, mas aos poucos você vai entendendo o que isso significa e o diferencial dessa compreensão na sua carreira.

Focaremos agora no modo como o pré-construído (encaixe) e o discurso transversal (sustentação do dizer) trabalham. Vamos inicialmente ver como Pêcheux define essas noções? Ele nos diz que:

“o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito. (PÊCHEUX, 2009, p. 151)

O pré-construído designa aquilo que remete a uma construção anterior e exterior (mas sempre independente), que se opõe ao que é construído pelo enunciado. É o efeito do discurso ligado ao encaixe sintático. Uma característica essencial do pré-construído, diz Pêcheux (2009, p. 93):

“ é a separação entre o pensamento e o objeto do pensamento, com a pré-existência deste último [...]. Essa separação é, ao mesmo tempo, e paradoxalmente, o motor do processo pelo qual se pensa o pensamento, isto é, o processo pelo qual o pensamento funciona segundo a modalidade do conceito.



Pesquise mais

Paul Henry é quem usou o termo pré-construído pela primeira vez, em um artigo que escreveu em 1990. Pêcheux o toma como ponto de partida para desenvolver o conceito.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 43-64, nov. 2012.

Confira também um artigo acadêmico que analisa, a partir da abordagem dos estudos literários, a canção *Cálice*, na versão composta por Criolo, em comparação com outras canções elaboradas no período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1984.

VICELLI, K. K. Pai, aproxima de mim esses cálices: Criolo, Chico Buarque, Gilberto Gil, João Cabral de Melo Neto e os resquícios de Ditadura na literatura contemporânea. **Revista Estação Literária**, Londrina, v. 15, p. 115-129, jan. 2016.

O discurso-transverso é formado pelo assujeitamento do sujeito ao pré-construído, sob a forma de articulação ao intradiscurso. Quando falamos em pré-construído, estamos tratando do assujeitamento relacionado ao conjunto de já ditos, que estão no interdiscurso sob a forma de dizeres de um sujeito universal. Quando falamos em articulação, estamos nos referindo ao modo como esses dizeres retornam ao intradiscurso dando a ver, ao mesmo tempo, a posição-sujeito assumida por quem enuncia e sua formação discursiva. Isso significa que

“ o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. (PÊCHEUX, 2009, p. 154)



Assimile

Confira o trecho a seguir:

“O efeito de pré-construído, ligado ao encaixe sintático, é o de uma distância entre “o que foi pensado antes, em outro lugar e independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase” [...]. Seu efeito próprio é o de uma “espécie de retorno do saber ao pensamento” ou ainda é o de um “processo de sustentação”. Irredutíveis a funcionamentos lógico-linguísticos, o pré-construído, assim como a articulação de enunciados, são o resultado de efeitos propriamente discursivos. Sua teorização reveste-se de um duplo aspecto. De um lado, eles designam processos discursivos que se desenvolvem sob a base linguística. De outro – é o ponto decisivo para a teoria do discurso – eles são o traço de relações de distância entre o discurso atual e o discursivo já-lá. (MALDIDIER, 2003, p. 48)

Sem medo de errar

Se começarmos a pensar nas condições de produção em que a música *Cálice* foi originalmente composta – 1975 – e divulgada para o público – 1978 –, o contexto sociopolítico e ideológico era caracterizado pelo regime ditatorial, que impedia a livre expressão em relação a esse mesmo regime, limitava o ir e vir das pessoas, os locais que elas frequentavam, além de censurar a imprensa e controlar os meios de comunicação. Nessas condições, a manifestação dos que discordavam do sistema tinha que ser feita de forma velada, como que por meio de códigos, isto é, utilizando uma linguagem metafórica. Na época, sob a aparência do discurso religioso, a música mantinha uma relação de intertextualidade com o texto bíblico, como já explicado na seção anterior, principalmente na frase que se repete no refrão “Pai, afasta de mim esse cálice”, presente nos evangelhos de Mateus e Lucas (BÍBLIA, [s.d., s.p.]). Assim como Jesus, em grande sofrimento, pedia a Deus para livrá-lo, os autores da música também clamam para serem libertos da opressão e da falta de liberdade da ditadura. “De vinho tinto de sangue”, ao mesmo tempo em que remete ao texto bíblico – marcando um intertexto – para o sangue derramado por Cristo na cruz, também remete a dizeres sobre o sangue derramado durante a ditadura, em decorrência de opressão, tortura e morte. Há aí o funcionamento de duas memórias discursivas: o religioso e o referente à ditadura. Pelas condições de produção da canção, sabemos que a metáfora religiosa foi uma estratégia linguística para “disfarçar” o caráter de contestação da música, já que condizia com os já-ditos dos ouvintes, principalmente os de formação católica (ou cristã).

Já as condições de produção da música *Cálice* na versão do Criolo, produzida em 2011, têm a ver com um contexto político de democracia, em que os governantes são eleitos pelo povo, regido por uma Constituição Federal, promulgada em 1988, para garantia de direitos sociais e políticos fundamentais. Ainda assim, tais direitos não têm garantido paz, liberdade, qualidade de vida a todos os cidadãos. Na música, mantém-se o discurso da opressão, da falta de liberdade, do sofrimento, das privações, da violência que acontecem, principalmente, com a população pobre e negra do Brasil, e a canção ganha uma nova possibilidade de interpretação. O poeta quer distância da desigualdade social, do preconceito, da violência, das drogas, como pode ser visto nos versos “Afasta de mim a biqueira, pai / Afasta de mim as biate, pai / Afasta de mim a coqueine, pai / Pois na quebrada escorre sangue” (CRIOLO, 2011), problemas estes que fazem o poeta temer por sua vida (“levar um tiro”), como os autores da música original também temiam, sem se esquecer do que passaram (“A ditadura segue meu amigo Milton / A repressão segue meu amigo Chico”).

Avançando na prática

Dizer não dizendo, não dizer dizendo...

Descrição da situação-problema

Lilia Schwarcz, uma antropóloga que estuda questões tratadas como raciais, foi convidada pelo jornal *Folha de S. Paulo* para escrever um artigo na seção Tendências e Debates, publicada no caderno Opinião, em um momento em que discussões sobre ações afirmativas ganharam ênfase no cenário nacional. Ela deveria se posicionar em relação à adoção de cotas para negros em universidades públicas. E assim o fez, no artigo *Cotas na universidade*, publicado em 29 de agosto de 2001. Em seu texto, apontou e discutiu argumentos contrários e favoráveis sobre a questão. Chamamos a atenção para um dos pontos que ela coloca: a dificuldade de determinar quem pode ser considerado negro. “Quem é negro no Brasil?”, pergunta Schwarcz, questionando a possibilidade de classificar as pessoas como tal. Com base nessa questão, vamos pensar nos discursos que há sobre o ‘ser negro’ no Brasil.

Resolução da situação-problema

A palavra “negro” funciona como pré-construído: entra no fio do discurso como algo que todos já pensam saber do que se trata, ou seja, faz retornar

um saber já constituído – e que não entra na discussão. Seu significado não é questionado, é socialmente compartilhado de modo que, neste caso, o não dizer exclui da discussão justamente aquilo que a fundamenta. Explicamos de outro modo: não dizer (dispensar a discussão do termo ou mesmo sua explicação) faz com que a discussão movimente sentidos, mas não os que a sustentam. Vejamos. Se ela perguntasse “quem é ruivo / é magro / tem olhos azuis / etc.,” seu dizer seria significado em uma região discursiva que aciona sentidos relativos a atributos físicos. Mas não é nesse lugar que “negro” é significado: embora seja uma cor de pele (como “ruivo” é de cabelo, “azul” é dos olhos), esse atributo físico se mistura com questões sociais, políticas e históricas e se inscreve em uma região do interdiscurso distinta para significar. Como sua significância é excluída da discussão (ou: funciona como pré-construído), o sentido não pode ser movimentado; ele permanece nesse lugar. Em alguns casos, há mesmo a interdição – ou no mínimo o constrangimento – do próprio gesto de enunciar a palavra “negro”.

Portanto: pode parecer que o texto escrito por Schwarcz seja muito crítico e lide com pontos estruturais de um problema social insistente na história deste país, mas, no real dos sentidos, a discussão que promove não toca nas bases que a sustentam. Não estamos afirmando que essa seria uma obrigação da antropóloga (também pode não ser a da repórter), mas, sim, que se o propósito for esse, não foi atingido. Poderíamos analisar muitos outros pontos e compreender aspectos importantes da sociedade em que vivemos a partir desse enunciado (por exemplo: a pergunta dá a ver uma fissura, uma contradição: ora, se todos sabem o que significa “negro”, como é difícil – polêmico, no mínimo – identificar sujeitos que o sejam?).

1. O interdiscurso, base do dizível, é o conjunto de dizeres (esquecidos) que circulam em determinada sociedade e em determinado momento histórico. Quando dizemos algo, é nessa memória (interdiscurso) que nosso dizer se inscreve para significar. Quais são os dois elementos interdiscursivos que produzem determinações para o sujeito (e seu dizer)?

Assinale a alternativa que responde corretamente à questão apresentada.

- a) Pré-constituído e processo de sustentação.
- b) Pré-construído e processo de sustentação.
- c) Intertexto e intradiscurso.
- d) Eixo vertical e eixo horizontal.
- e) Formulação e circulação.

2. Analise as afirmações a seguir e, a partir de sua leitura e conhecimentos, marque (V) para verdadeiro e (F) para falso:

- () Interdiscurso e intradiscurso são noções fundamentais na Análise do Discurso, porque entendê-las ajuda a manipular as palavras do jeito certo.
- () A noção de pré-construído permite passar do campo da sociedade, da história, da política, para o da linguística formal, lógica.
- () Correção gramatical não é importante em um texto, porque as regras gramaticais não ajudam a gente a entender questões sociais que atravessam (e determinam) nosso dizer.

Assinale a alternativa com a sequência correta.

- a) V – V – V.
- b) F – F – F.
- c) V – F – F.
- d) V – V – F.
- e) F – V – F.

3. Tanto em situações formais (em provas, por exemplo) quanto em conversas informais, é comum que se façam perguntas do tipo: “o que fulano quis dizer com isso?”, “o que você quer dizer?”...

Do ponto de vista discursivo, essas perguntas são úteis?

Assinale a alternativa que responde corretamente à pergunta apresentada.

- a) Sim, porque ajuda a entender corretamente o que foi dito.
- b) Sim, porque oferece a oportunidade de o sujeito esclarecer possíveis equívocos.
- c) Depende da credibilidade do sujeito em questão.

- d) Não, porque o sujeito não tem o poder de controlar todo o processo de produção de sentidos.
- e) Não, porque o sujeito nem sempre sabe o que quer dizer.

Interpretação

Diálogo aberto

Já trabalhamos noções essenciais da teoria do discurso, para você se relacionar com a linguagem de um outro modo: menos ingênuo, mais crítico, mais produtivo. O curso está tomando forma! Até agora vocês já passaram por dois pontos fundamentais:

- 1) a relação entre o dito e o não dito (sendo o silêncio uma das formas de trabalhá-la);
- 2) a impossibilidade de o sujeito controlar completamente o que diz e seus sentidos (o que tem a ver também com a incompletude da linguagem).

Agora vamos retomá-los sob a perspectiva desta aula, e articulá-los ao ponto central desta seção: a interpretação.

Voltemos à canção *Cálice*, produzida na época da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Já trabalhamos com as condições de produção da música e como elas possibilitam a construção dos sentidos e estudamos também como o funcionamento do silêncio constitutivo e local compõe os ditos e não ditos em sua relação com o interdiscurso ao comparar a versão original de Cálice (Chico Buarque e Gilberto Gil) com a recriada pelo rapper Criolo.

Nosso foco agora será o processo de interpretação. Vamos verificar duas interpretações da música, retiradas de diferentes fontes, com foco no refrão e nos quatro primeiros versos da primeira estrofe. Vamos relembra os trechos:

“ Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue

Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta

Interpretação 1, de Carolina Marcello:

“ A música começa com a referência de uma passagem bíblica: ‘Pai, se queres, afasta de mim este cálice’ (Marcos 14:36). Lembrando Jesus antes do calvário, a citação convoca também as ideias de perseguição, sofrimento e traição.

Usada como forma de pedir que algo ou alguém permaneça longe de nós, a frase ganha um significado ainda mais forte quando reparamos na semelhança de sonoridade entre ‘cálice’ e ‘cale-se’. Como se suplicasse ‘Pai, afasta de mim esse cale-se’, o sujeito lírico pede o fim da censura, essa mordaza que o silencia.

Assim, o tema usa a paixão de Cristo como analogia do tormento do povo brasileiro nas mãos de um regime repressor e violento. Se, na Bíblia, o cálice estava repleto do sangue de Jesus, nesta realidade, o sangue que transborda é o das vítimas torturadas e mortas pela ditadura.

Infiltrada em todos os aspectos da vida, a repressão se fazia sentir, pairando no ar e atemorizando os indivíduos. O sujeito expressa a sua dificuldade em beber essa ‘bebida amarga’ que lhe oferecem, ‘tragar a dor’, ou seja, banalizar o seu martírio, aceitá-lo como se fosse natural.

Refere também que tem que “engolir a labuta”, o trabalho pesado e mal remunerado, a exaustão que é obrigado a aceitar calado, a opressão que já se tornou rotina. No entanto, ‘mesmo calada a boca, resta o peito’ e tudo o que ele continua sentindo, ainda que não possa se expressar livremente. (MARCELLO, [s.d., s.p.]

Interpretação 2, de Ana Luíza Palumbo Gerodetti:

“ [...] A palavra “cálice” é escolhida propositalmente por causa de sua sonoridade, que nos lembra, além do significado do substantivo, a forma verbal “cale-se”. Este verso é um pedido ao Pai (Deus), para afastar o silêncio causado pela ditadura. “Cálice” é um objeto que pode ter algo em seu interior e, no caso, o que há dentro desse silêncio ditatorial é o preço da vida de pessoas e o sangue das vítimas das repressões e das torturas. É importante ressaltar que toda a música faz uma analogia entre a Paixão de Cristo e a situação das vítimas da ditadura.

A metáfora remete à dificuldade de “beber dessa bebida amarga”, ou seja, à dificuldade de viver nessa situação, presenciar toda a repressão e não poder fazer nada. O “engolir a labuta” significa ter que aceitar uma condição de trabalho desumana, como se fosse algo normal. Representa o ideário de esquerda, o desejo de mudança estancado no peito e, por conta da censura, calado na boca. Já o silêncio na cidade seria o silêncio causado pela censura, que, como não se podia falar nada contra o governo, parecia até que não existiam opiniões contrárias, pessoas contrárias ao regime militar. (GERODETTI, 2012, [s.p.]

Como já vimos nesta seção, não é possível interpretarmos qualquer fala ou escrita sem considerar as condições de produção, uma vez que os sentidos produzidos pelo texto não têm significado fixo, mas são constituídos a partir de suas determinações históricas e ideológicas. Considerando que ambas as interpretações da música consideram o contexto da ditadura no Brasil, compare as duas interpretações, buscando compreender os efeitos de sentidos produzidos em cada uma delas.

Não pode faltar

Nesta seção serão explorados o caráter simbólico da linguagem, o fenômeno da paráfrase e da polissemia e o funcionamento da interpretação. Também vamos questionar evidências humanas, que estão na base de uma relação (equivocada) com a linguagem, identificar o percurso guiado pela criatividade (e não pela produtividade), além de trabalhar a relação entre o silêncio, a incompletude e a interpretação. Para começarmos a examinar o caráter simbólico da linguagem, atentemos para o seguinte exemplo.

Azur é um dos protagonistas do filme *As aventuras de Azur e Asmar* (2006). É um rapaz loiro, de olhos azuis, filho de um nobre, que passa a infância ouvindo sobre a fada dos Djins. Quando cresce, resolve procurá-la, mesmo contrariando o pai. E segue com esse propósito. Chega a um lugar onde não é “bem-visto”: as pessoas acreditam que olhos azuis são amaldiçoados, dão azar. Por onde passa, Azur causa pânico e chega até mesmo a ser agredido por quem pensa estar se defendendo de um grande mal. Por outro lado, Azur não gostava daquele lugar: por ser diferente do “seu mundo”, achava feio. Resultado: decidiu fechar os olhos, fingir-se de cego. Tem muito mais no filme (aliás, até chegar a essa parte, muita história foi contada!), mas paramos por aqui: chegamos onde precisávamos para iniciar esta seção.



Pesquise mais

Vale a pena assistir a este filme na íntegra: o olhar arguto de Ocelot é muito interessante a quem está começando a trilhar o percurso proposto pela Análise do Discurso. Ele dá uma “mexida” em ideias fixadas, faz a gente pensar, refletir. Confira:

AS AVENTURAS de Azur e Asmar [trailer]. França, Bélgica, Espanha, Itália. Direção de Michel Ocelot. Produção de Christophe Rossignon e Phillip Böeffard. Intérpretes: Hiam Abbass, Patrick Timsit, Sofia Boutella. Roteiro: Michel Ocelot. Música: Gabriel Yared (compositor); Souad Massi (intérprete). França: Noud-ouest Films; Wild Bunch., 2006. (99 min.), son., color. Legendado. Animação.

Na sociedade em que vivemos, geralmente consideramos bonitos olhos da cor azul, não é mesmo? São tão desejáveis que há até pessoas que usam lentes de contato coloridas! Mas não é o que acontece na história roteirizada e dirigida por Michel Ocelot: são associados a mau-olhado e, por isso, causam medo e provocam agressividade.

Inverter padrões estéticos foi o jeito que Ocelot encontrou de fazer uma forte crítica social, e começar esta seção aludindo a esse filme é uma maneira de colocar em xeque a ideia de que o significado é como um rótulo grudado à palavra. Esta pode assumir determinado significado em um lugar e, em outro, significar outra coisa.

O exemplo de Azur mostra que mesmo atributos físicos não são significados naturalmente: são interpretados conforme o contexto social. E é assim que começamos esta seção: como é possível que algo que vemos, que enxergamos claramente, possa assumir determinado significado em um lugar e um diferente em outro?

Uma primeira aproximação dessa questão implica em marcar este ponto: tudo é interpretado conforme o contexto. Não existe nada, digamos, empírico: tudo é simbólico, ou seja, interpretado com base em processos histórico-sociais.



Exemplificando

Se digo “vaca”, por exemplo, algumas pessoas vão dizer “Ah, entendi, é aquele animal que pasta, dá leite, etc.” Outras pessoas vão pensar: “Sim, é um animal sagrado, que deve ser reverenciado”. Há ainda quem o entenda de outro modo: “é um jeito pejorativo de se referir a certo tipo de mulher”. E por aí vai.

Nada tem uma realidade natural, já dada, fixada: tudo é resultado de interpretação. Como nos diz Eni Orlandi (2007c, p.10),

“[...] o homem não pode [...] evitar a interpretação, ou ser indiferente a ela. Mesmo que ele nem perceba que está interpretando – e como está interpretando – é esse um trabalho contínuo na sua relação com o simbólico. [...] do ponto de vista da significação, não há uma relação direta do homem com o mundo, ou melhor, a relação do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo não é direta assim como a relação entre linguagem e pensamento, e linguagem e mundo tem também suas mediações. (ORLANDI, 2007c, p.12)



Assimile

Dizemos que há uma injunção à interpretação, o que significa que somos “obrigados” a interpretar: não existe sentido sem interpretação.

É muito importante o que Paul Henry (2010, p. 47) diz sobre isso:

“ não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso.

Para Orlandi (2007c, p. 100), “Todo gesto de interpretação é caracterizado pela inscrição do sujeito (e de seu dizer) em uma posição [...], configurando uma região particular no interdiscurso, na memória do dizer”. Ora, isso não é nenhuma novidade: na aula passada vimos que, quando dizemos algo, nosso dizer se inscreve em determinado espaço do dizível para significar. Então, enunciamos a partir de determinada posição. Lembra? Pois bem: “o gesto de interpretação é o lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua. Esta é a marca da ‘subjatividade’, o traço da relação da língua com a exterioridade” (2007c, p. 46).

E veja bem esta palavra: gesto. Gesto de interpretação. Por que a interpretação é considerada um gesto? Eni Orlandi nos explica: “a interpretação é um gesto, ou seja, ela intervém no real do sentido” (2007c, p. 84). A interpretação é um ato simbólico que intervém no mundo, na nossa “realidade”. Sentido e interpretação se constituem em via de mão dupla!



Exemplificando

Figura 2.1 | Interpretação



Fonte: adaptada de <https://bit.ly/2CdB0Qf>. Acesso em: 14 dez. 2018.

Aparentemente os copinhos são iguais: mesmo formato, conteúdo (e quantidade), tamanho, partes do corpo. Mas os gestos de interpretação interferem no modo como são entendidos. Você nota como as expressões deles têm a ver com o que interpretam? Veja: quem se considera “meio cheio” tem uma expressão feliz; o que se acha “meio vazio” parece estar triste ou insatisfeito; o que acha que “isso é xixi” tem um ar de espanto. A figura ilustra bem o que chamamos de gesto de interpretação, que, reforçamos, “intervém no real do sentido” (ORLANDI, 2007c, p. 84): ao mesmo tempo em que interpretam, o próprio sentido é (re) significado. Percebe?

Para um analista de discurso, a interpretação não basta: é preciso **compreender** a questão que está investigando. E qual é a diferença entre compreender e interpretar? Explicamos: compreender é “saber que o sentido pode ser outro” (ORLANDI, 1988, p. 12); interpretar é, de certo modo, escolher um sentido. Vamos ver isso com calma.

Embora **sempre** seja possível mais de um sentido, um efeito do interdiscurso é apagar essa possibilidade. Quando o sentido é produzido, parece que só existe aquele. Interpretar é, portanto, “escolher” um sentido, ou seja, dizer a partir de determinada posição (e não de outra, também possível, ainda que muitas vezes a gente não perceba isso). O que ocorre é um processo de identificação: “o sujeito se inscreve em uma formação (e não em outra) para que

as suas palavras tenham um sentido e isto lhe aparece como ‘natural’, como o sentido lá, transparente” (ORLANDI, 2007c, p. 85).

Colocamos aspas em “escolher” porque isso não depende da intenção do sujeito. Nas próximas aulas, discutiremos mais detidamente como funciona a interpelação do sujeito (e sua articulação com o inconsciente). Por ora, o importante é você saber que: 1) compreender e interpretar são diferentes; e 2) a interpretação não depende da intenção do sujeito de inscrever seu dizer em determinada região do interdiscurso para construir seu sentido.



Pesquise mais

Eni Orlandi, em entrevista a uma revista do Rio de Janeiro, fala sobre a análise do discurso de um jeito bem simples (embora não seja fácil: a perspectiva discursiva é sempre desafiadora!). É interessante tanto para quem já é experiente na área (cada vez que retomamos o que “já sabemos”, compreendemos pontos que não havíamos percebido antes), quanto para você, que está começando a trilhar os rumos da teoria do discurso.

Dentre outros aspectos linguageiros ela fala sobre a diferença entre compreensão e interpretação. Vamos dar uma olhada? Segue a referência:

BARRETO, Raquel Goulart. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez. 2006.

Compreender parece simples, mas não é fácil. E esse é, por exemplo, o trabalho do analista de discurso: não basta interpretar, é preciso construir um dispositivo analítico de interpretação para mediar a relação com os sentidos. É desse modo que se pode compreendê-los ao invés de ficar simplesmente repetindo já-ditos, prendendo-se (percebendo ou não) a sentidos já construídos.



Assimile

“O que há são versões”, diz Orlandi na epígrafe de um de seus livros, *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos* (2008), e é esse o ponto: compreender significa saber que há diferentes versões, ou seja, diferentes jeitos de significar o mundo em que vivemos, as pessoas e os conhecimentos.

Compreender tem a ver com sair da dicotomia relação certo versus errado! Ao invés disso, voltamos nosso olhar para a identificação de diferentes pontos de vista. Assim, o mundo fica mais desafiador, mais instigante!

Diferentes pontos de vista. Quem negaria sua importância na profissão de um jornalista ou de um comunicador social, por exemplo? Mesmo que ele decida defender algum lado da questão que está abordando, ele não faria isso com mais propriedade, mais eficiência, se conseguisse identificar (compreender!) as diferentes “versões” sobre o tema? Pois é! Mas... cuidado com esta palavra: diferente. É diferente mesmo?

Como já dissemos – e vamos continuar colocando durante este curso, de diversos modos – é mais comum do que se imagina a pessoa endossar o que está criticando, justamente por não atingir os fundamentos, a base da questão. Ela pensa que está discordando, ou seja, assumindo uma posição diferente, mas no real dos sentidos sua crítica é apenas superficial, não toca o âmago da questão. Movimenta sentidos, mas em círculos, ao invés de avançar para outra(s) direção(ões), fazer irromper novos e outros sentidos. E pode mesmo reforçar sentidos com os quais não concorda, mas... querendo ou não, endossa essa prática.

Não é nada fácil delimitar fronteiras entre o mesmo e o diferente. Quando dizemos, há sempre algo que se mantém, falamos palavras já-ditas. Ao mesmo tempo, “produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos” (ORLANDI, 2007a, p. 36). Dizemos que a linguagem funciona na tensão entre processos parafrásticos e processos polissemicos. Vamos lá:

“os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2007a, p. 36).

É nesse jogo entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia) que o dizer é trabalhado, que o discurso é constituído.



Refleta

É muito comum no discurso humorístico brincar justamente com a tensão entre o mesmo e o diferente para produzir seus efeitos. Em que outros discursos você identifica esse jogo entre paráfrase e polissemia? Aliás: em que discursos você não o identificaria?

Você já viu que os sujeitos (e os sentidos) se movimentam nesse duplo campo em que há estabilização e transformação ao mesmo tempo, ou seja, se movimentam na estabilização (paráfrase) e na transformação (polissemia) ao mesmo tempo. Agora fica a pergunta: como isso acontece? Por que isso é possível? Nas palavras de Orlandi (2007a, p. 37):

“se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. [...] Dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia. Daí dizermos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Todavia nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história. Depende de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia.

Isso significa que o “gesto da interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível” (ORLANDI, 2007a, p. 18). E isso muito interessa nas práticas profissionais cuja ferramenta de trabalho principal é a linguagem: o modo como a teoria do discurso trabalha a produção dos sentidos não banaliza a noção de *criatividade*. Diferentemente da *produtividade*, que se firma no eixo parafrástico e, pois, ata o sujeito a um constante retorno aos já-ditos – “produz a variedade do mesmo” (ORLANDI, 2007c, p. 37) –, a *criatividade* faz intervir o diferente, desloca sentidos, fazendo irromper novos jeitos de significar.

Como profissional da área da linguagem ou do ensino, você quer se sujeitar a dizer mais do mesmo ou gostaria de conseguir criar outro(s) jeito(s) de entender os assuntos que aborda, confrontando diferentes pontos de vista para fazer irromper novos sentidos?



Refleta

“Há uma relação importante entre o silêncio, a incompletude [da linguagem] e a interpretação” (ORLANDI, 2007c, p. 11).

O que você acha disso? Como explicaria essa relação?

Pedro de Souza é um analista de discurso que escreveu um artigo sobre entrevistas. Chama-se *As enquetes como discurso: um caso de acesso às palavras do racismo* e está no livro *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso* (SOUZA, 1999). Sabia que, em uma pesquisa feita pelo Datafolha para saber se o brasileiro é racista, Pedro de Souza percebe que o entrevistado já tinha um lugar predeterminado para responder? Sabe qual foi o problema? O questionário permitia diferentes possibilidades de resposta (claro!), mas o modo como foi formulado fazia com que todas elas fossem racistas. Se quiser dar uma olhada, está disponível na internet (DATAFOLHA..., 1995).

Não era possível responder de outro lugar, de outra posição, que não a racista! E certamente não foi de propósito, viu? Esse problema não é evidente, poucos perceberiam. Nem sempre o racismo se manifesta de modo tão aberto. Até mesmo o jornalista, por mais bem preparado e competente que seja, também pode “escorregar” e acabar fazendo um trabalho de reprodução (e não de produção!) de ideias.

O risco? Um deles é justamente o de ter um trabalho enorme para investigar algo e nem perceber que já tinha a resposta de antemão. Como no caso do Datafolha: tanto investimento de tempo, dinheiro e todas as condições necessárias para fazer uma pesquisa, quando em seu ponto de partida (o questionário) os resultados já estavam dados. E, como dissemos, duvidamos que tenha sido de propósito: assim como a maioria das pessoas que leem não percebem, provavelmente o jornalista também não notou que os sentidos estavam fechados em uma mesma direção. O que houve foi que racismo é uma questão tão entranhada na nossa sociedade, que nem sempre as pessoas o percebem. Lá vem o “efeito Münchhausen” de novo: pensam que só é racismo quando alguém se manifesta de forma evidente com algum gesto ou palavra, mas existem muitas outras formas de ele se inscrever em nossas práticas e pensamentos.

Sem medo de errar

Chegamos ao momento de resolvermos a situação apresentada no início desta seção. Para isso, vamos observar os gestos de interpretação de cada leitura da música *Cálice* a partir do percurso interpretativo apresentado por Marcello ([s.d.]) e Gerodetti (2012):

Ambos associaram sentidos muito semelhantes aos versos da música, como era de se esperar, já que, como dito, o contexto comum que eles tinham em mente, por ocasião da produção da música, é o da ditadura. O título é visto em suas duas possibilidades, remetendo tanto ao martírio de Cristo relatado na Bíblia, explicitado na interpretação 1, quanto ao sofrimento causado pelo regime ditatorial. Ambos também remetem à ambiguidade da

pronúncia de cálice: “cale-se”. A primeira análise associa o afastar do cálice ao sofrimento, à perseguição, à traição, à censura, à mordada, enquanto a segunda interpretação o relaciona à repressão, à tortura, ao sangue derramado pelos opressores, ligado ao vermelho do cálice.

Na segunda estrofe (quatro primeiros versos), “bebida amarga” e “tragar a dor”, as duas análises apresentam convergência, embora a segunda explore mais o simbólico dessas expressões. Enquanto a interpretação 1 fala apenas da dificuldade de “beber dessa bebida amarga”, a interpretação 2 vai mais além e diz não só da dificuldade de viver nessa situação, como também de presenciar toda a repressão e não poder fazer nada. “Tragar a dor” não foi mencionado na interpretação 2; na 1 é interpretada como banalização do martírio, como se tivessem que aceitá-lo como “natural”.

O “engolir a labuta” apresenta interpretações um pouco distintas. Na interpretação 1, remete ao trabalho pesado, mal remunerado, exaustivo, ao qual o trabalhador tem que se submeter calado. A interpretação 2 remete à condição desumana de trabalho, e não ao trabalho em si.

“Mesmo calada a boca, resta o peito”, na interpretação 1, refere-se ao fato de os sentimentos, pensamentos e emoções não poderem ser podados, mesmo que não possam ser verbalizados livremente. Já, na interpretação 2, esse verso é significado como representando o “ideário de esquerda” e o “desejo de mudança”, ambos calados pelo regime.

“Silêncio na cidade não se escuta”, o último verso, não foi interpretado na análise 1. Na interpretação 2, o silêncio remete à própria censura, falseando a realidade, como se não existissem opiniões contrárias ao regime ditatorial.

Essas diferenças nos modos de interpretar a música *Cálice* nos mostram que a interpretação está articulada a determinados processos de identificação. Ao interpretar, o sujeito se identifica com determinados sentidos e não outros, devido ao fato de se inscrever em uma formação discursiva (e não outras), conforme vimos já nesta aula, e, assim, participa do próprio processo de significação. Esse ponto sempre deve ser levado em conta quando analisamos um texto e buscamos compreender os gestos de interpretação ali inscritos.

Dizer não dizendo, não dizer dizendo

Descrição da situação-problema

O questionário aplicado pelo Datafolha (DATAFOLHA..., 1995, [s.p.]) era este:

- “1. “Negro bom é negro de alma branca?”
a. Concorda totalmente b. Concorda em parte c. Discorda em parte d. Discorda totalmente

2. “As únicas coisas que os negros sabem fazer bem são música e esportes?”
a. Concorda totalmente b. Concorda em parte c. Discorda em parte d. Discorda totalmente

3. “Se Deus fez raças diferentes, é para que elas não se misturem?”
a. Concorda totalmente b. Concorda em parte c. Discorda em parte d. Discorda totalmente

4. “Negro, quando não faz besteira na entrada, faz na saída?”
a. Concorda totalmente b. Concorda em parte c. Discorda em parte d. Discorda totalmente

5. “Se pudessem comer bem e estudar, os negros teriam sucesso em qualquer profissão?”
a. Concorda totalmente b. Concorda em parte c. Discorda em parte d. Discorda totalmente

6. “Uma coisa boa do povo brasileiro é a mistura de raças?”
a. Concorda totalmente b. Concorda em parte c. Discorda em parte d. Discorda totalmente

7. “Toda raça tem gente boa e ruim, isso não depende da cor da pele?”
a. Concorda totalmente b. Concorda em parte c. Discorda em parte d. Discorda totalmente

8. Quem são mais inteligentes, os brancos ou os negros?
a. Não existem diferenças b. Os brancos c. Os negros

9. Você já votou ou votaria em algum político negro?
a. Já votou b. Não votou, mas votaria c. Não votou e não votaria
10. O que faria se tivesse um chefe negro?
a. Não se importaria b. Ficaria contrariado, mas procuraria aceitar c. Não aceitaria e mudaria de trabalho
11. O que você faria se várias famílias negras viessem morar na vizinhança?
a. Não se importaria b. Ficaria contrariado, mas procuraria aceitar c. Não aceitaria e mudaria de casa
12. O que você faria se um filho ou uma filha se casasse com uma pessoa negra?
a. Não se importaria b. Ficaria contrariado, mas procuraria aceitar c. Não aceitaria o casamento

O que você achou das perguntas? Elas são capazes de realmente “medir” o racismo? Existem não ditos nessas perguntas?

Resolução da situação-problema

As perguntas se assentam em pré-construídos, ou seja, em elementos que se inscrevem no fio do discurso, mas não na discussão. Esses pré-construídos fazem com que, independentemente da resposta dada pelo entrevistado, o espaço do dizível em que será significada já está determinado. Quando analisamos a relação entre o dito e o não dito, compreendemos o funcionamento do questionário: ele interpela o inquirido de um modo que não pode escapar de uma posição já-dada (que é justamente a racista).

Por exemplo: dizer “negro bom é [...]” (pergunta 1) também é dizer (“não dizendo”) que existe “negro ruim” ou que “quase todo negro é ruim”. Ou ainda: ao dizer “se pudessem comer bem e estudar”, afirma-se que os negros não comem bem e não estudam. A divisão dos homens em raças também aparece fortemente em várias perguntas: “Deus fez raças diferentes”, “toda raça tem gente boa e ruim”, “mistura de raças” – para mencionar as mais notáveis; no entanto, essa classificação sustenta todas as questões.

1. O funcionamento da linguagem se assenta no jogo, na tensão entre o mesmo e o diferente: ao dizer, ao mesmo tempo em que se “repete” palavras já-ditas, já significadas, também se movimentam sentidos.

Quais são os dois eixos que constituem essa tensão?

Assinale a alternativa que responde corretamente a essa questão.

- a) Eixo parafrástico e eixo polissêmico.
- b) Eixo discursivo e eixo textual.
- c) Eixo correto e eixo errado.
- d) Eixo interdiscursivo e eixo intradiscursivo.
- e) Eixo pré-construído e eixo transverso.

2. “Todo gesto de interpretação é caracterizado pela inscrição do sujeito (e de seu dizer) em uma posição [...], configurando uma região particular no interdiscurso, na memória do dizer” (ORLANDI, 2007c, p. 100).

Por que a interpretação é considerada um gesto?

Assinale a alternativa que responde corretamente a essa questão.

- a) Porque é o ato de determinar a intenção do sujeito.
- b) Porque ela atrapalha as certezas já prontas e nos obriga a construir outras certezas.
- c) Porque ela interfere no processo de significação: interpretação e sentidos se movimentam em via de mão dupla.
- d) Porque gesto significa a atitude de escolher a interpretação certa e evitar a errada.
- e) Porque a interpretação envolve um pré-julgamento, em que se adota o gesto de julgar algo como falso ou verdadeiro.

3. Leia os títulos de notícias a seguir:

- “**BBC:** “Ex-presidente cubano morre”
NYT: “Líder cubano morre”
The Telegraph: “Ícone revolucionário cubano morre”
The Independent: “Líder revolucionário cubano morre”
Reuters: “Líder da Revolução Cubana morre”
The Guardian: “Líder revolucionário cubano morre”
Die Zeit: “Líder revolucionário cubano morre”
Le Figaro: “Pai da Revolução cubana morre”

Time Magazine: “Ex-presidente cubano morre”

Deutsche Welle: “Herói cubano morre”

Folha de São Paulo: “Ditador cubano morre” (RABELO, 2016, [s.p.])

O que podemos dizer sobre a diferença entre compreender e interpretar, ao analisar os títulos de notícias dos jornais acima?

Assinale a alternativa que responde corretamente a essa questão.

- a) Os termos escolhidos são sinônimos, portanto não há diferença.
- b) Os jornalistas compreendem que só há um jeito certo de se referir a Fidel Castro.
- c) Os jornalistas ficam julgando a opinião dos outros ao invés de formar a sua, e isso é interpretar.
- d) Cada jornalista interpreta a seu modo e nem sempre percebe (compreende) que mais de um sentido é possível.
- e) Os jornalistas ficam julgando a opinião dos outros ao invés de formar a sua, e isso é compreender.

- ACHEBE, C. **O mundo se despedaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDRADE, C. D. O constante diálogo. *In*: ANDRADE, C. D. **Discurso da Primavera & Algumas Sombras**. [S.l.]: José Olympio, 1977.
- ARAÚJO, I. Em 'Silêncio', de Scorsese, questão linguística se esvai. **Folha de S. Paulo**, 9 mar. 2017. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/03/1864682-em-filme-sobre-silencio-da-fe-questao-linguistica-se-esvai.shtml>. Acesso em 10 out. 2018.
- AS AVENTURAS de Azur e Asmar [trailer]. França, Bélgica, Espanha, Itália. Direção de Michel Ocelot. Produção de Christophe Rossignon e Phillip Bœffard. Intérpretes: Hiam Abbass, Patrick Timsit, Sofia Boutella. Roteiro: Michel Ocelot. Música: Gabriel Yared (compositor). Souad Massi (intérprete). França: Noud-ouest Films; Wild Bunch., 2006. (99 min.), son., color. Legendado. Animação. Trailer original. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-57417/trailer-18795935/>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- BARRETO, R. G. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/qBzxK3>. Acesso em: 14 dez. 2018.
- BIBLIA, N.T. Marcos 14. *In*: BIBLIA. Portugues. **Bíblia Online**, cap. 14, vers. 36, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/mc/14>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- BRAINLY. 2017. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/11330224>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- BUARQUE, C.; GIL, G. Cálice. Intérpretes: Milton Nascimento, Chico Buarque. *In*: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque**. [S.l.]: Philips/ PolyGram, 6349 398, 1978. 1 LP, lado A, faixa 2.
- CRIOLO. Cálice [letra]. 2011a. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/criolo/1807067/>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- CRIOLO - versão Cálice / Chico Buarque - homenagem ao Criolo. 10 nov. 2011b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=utJENUg2Nj4>. Acesso em: 14 nov. 2018. (**Video do Youtube**)
- DATAFOLHA revela o brasileiro. **Folha de S. Paulo**, 25 jun. 1995. Disponível em: <https://goo.gl/OmJlw8>. Acesso em: 10 dez. 2018
- GANDHI, M. **A única revolução possível é dentro de nós**. E-books Brasil, 2004. Disponível em: <https://goo.gl/g2WEF8>. Acesso em: 31 out. 2016.
- GERODETTI, A. L. P. **As canções de Chico Buarque no contexto da ditadura militar brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso (orientação da Professora Cristiane Bastos Ferreira). São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/as-cancoes-de-chico-buarque-no-contexto-da-ditadura-militar/>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- GONÇALVES DIAS, A. (1843). Canção do Exílio. *In*: GONCALVES DIAS, A. **Primeiros cantos**, [1846]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000100.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- HENRY, P. (1984). A história não existe? *In*: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

HENRY, P. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 43-64, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636825/4546>. Acesso em: 14 nov. 2018.

JESUS, F. T. **As cores da nação**: um estudo discursivo de artigos colocados em circulação pela mídia impressa sobre o novo lugar do “negro” no conjunto da sociedade nacional. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2014.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re) ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARCELLO, C. Música *Cálice* de Chico Buarque. **Cultura genial**, [s.d.]. Música. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/musica-calice-de-chico-buarque/>. Acesso em: 5 nov. 2018.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELLO, G. C. C. de. **Assimilação e resistência sob uma perspectiva discursiva**: o caso de Monteiro Lobato. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio de Janeiro, 2010. 371p. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=21577@1. Acesso em: 14 nov. 2018.

MENDES, M. Canção do exílio. In: MENDES, M. **Poemas**, 1930. Disponível em: <http://www.horizonte.unam.mx/brasil/murilo1.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

LISPECTOR, C. **Um sopro de vida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

O ENIGMA de Kaspar Hauser [trailer]. Direção de Werner Herzog. Realização de Werner Herzog. Intérpretes: Bruno S., Walter Ladengast, Brigitte Mira, Willy Semmelrogge. Roteiro: Werner Herzog, Jakob Wassermann. Alemanha: Zdf Produções, 1974. (110 min.), son., color. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-10082/trailer-19547299/>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez e Editora da UNICAMP, 1988.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007a.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2007c.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes editores, 2008.

PÊCHEUX, M. Ideologia, interpelação, “efeito Münchhausen”. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

RABELO, R. Tratamento da mídia e a morte de Fidel. **Conexão Jornalismo**, 26 nov. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/gP4Mwp>. Acesso em 29/11/2016.

SCHWARCZ, L. M. Cotas na universidade. **Folha de S. Paulo**, 29 ago. 2001. Opinião, Tendências/Debates. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2908200110.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SILÊNCIO [trailer]. Direção: Martin Scorsese. EUA, México, Taiwan: Paramount Pictures, 2006. Drama, 2'17". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PgGZbD7wUIQ>. Acesso em: 30 out. 2018. (**Vídeo do Youtube**)

SOUZA, P. As enquetes como discurso: um caso de acesso às palavras do racismo. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, C. L. (Orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.

VICELLI, K. K. Pai, aproxima de mim esses cálices: Criolo, Chico Buarque, Gilberto Gil, João Cabral de Melo Neto e os resquícios de Ditadura na literatura contemporânea. **Revista Estação Literária**, Londrina, v. 15, p. 115-129, jan. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL15-Art8.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

VILLAR, A. **É a vida**. Portugal: Vida Econômica Editorial S.A., 2014. p. 63.

Unidade 3

Sujeito, autoria e as materialidades significantes

Convite ao estudo

Você já percorreu um bom caminho na trajetória dos estudos discursivos: começamos abordando o modo como pode ser compreendida a relação da linguagem com o sujeito e com a história; passando por aspectos relacionados às instituições, ao poder e ao silêncio; chegando às especificidades da interpretação e suas consequências para se refletir sobre as práticas discursivas. Nesta unidade, vamos avançar e abordar a forma como a Análise de Discurso pode ajudar a compreender e desenvolver um novo olhar sobre uma importante prática da sociedade letrada: a produção textual.

Você já deve saber a esta altura que a própria concepção de texto não passa apenas pela língua (materialidade verbal), mas também por diferentes formas da textualidade, como a imagem, a sonoridade e os gestos. Vamos analisar de que modo essas materialidades podem compor uma produção discursiva e interferir na produção de sentidos, estudando o enlaçamento específico do texto com a autoria, uma outra maneira de compreender a relação entre linguagem, sujeito e história. Assim, você terá mais elementos para conhecer os mecanismos de reconhecimento ideológico no discurso.

Para continuar esse percurso de aprendizagem, vamos trabalhar, nesta unidade, com o seguinte contexto: imagine que você começou a participar de uma ONG que desenvolve um trabalho de promoção da cidadania em comunidades mais pobres e desamparadas pelo Estado. Nesses lugares, devido à precariedade de infraestrutura e ao acesso mais restrito a práticas letradas e à escola, muitas vezes seus moradores têm poucas oportunidades de refletir sobre si mesmos, sobre sua comunidade, suas condições de vida, sobre como melhorá-la, etc. É nesse sentido que a ONG atua. Por meio de encontros, leituras, palestras, debates sobre filmes, etc., é desenvolvido com os moradores um trabalho de reflexão sobre como eles podem exercer sua cidadania e como podem alcançar condições melhores de vida.

Uma das formas adotadas pela ONG é a leitura de textos variados que contemplem temas relevantes para a comunidade. Nesse sentido, o texto, aqui, é tomado como ferramenta essencial para a reflexão e discussão na comunidade. Certamente você tem alguma familiaridade com esse objeto chamado texto, uma vez que ele esteve presente em todo o seu percurso escolar; porém, nesta unidade, você verá esse objeto de uma outra perspectiva, a perspectiva

da Análise do Discurso. Será que texto é o mesmo que discurso ou eles se diferenciam? Quem se responsabiliza pelas ideias apresentadas em um texto? Um texto tem sempre um único autor? As ideias de um autor são sempre originais, frutos de sua inspiração? O que é autoria e qual é o seu lugar na produção de um texto?

Nas três seções desta unidade, você terá contato com formas de analisar o texto, além de compreender a constituição de regiões de sentido pela determinação das formações discursivas e das posições-sujeito, a autoria em diferentes práticas institucionais e não institucionais, o discurso constituído por distintas vozes e a composição material de diferentes materialidades discursivas. Pronto para aprender sobre esse conjunto de possibilidades?

Texto, formação discursiva e posição-sujeito

Diálogo aberto

Nesta seção, vamos continuar nosso percurso de estudos na Análise do Discurso, trabalhando com conceitos fundamentais para a teoria: texto, formação discursiva, posição-sujeito e heterogeneidade. Para que você possa começar a refletir sobre isso, pense nas seguintes situações: como você explicaria que uma mulher defenda que homens devem ganhar salários maiores que as mulheres (em um mesmo cargo) ou que uma pessoa muito pobre diga que quem tem dinheiro é melhor e mais “sabido” das coisas? Parece incoerente que essas figuras defendam tais ideias, não? A princípio, sim, mas os conceitos que trabalharemos nesta seção nos ajudarão a compreender essas e outras “incoerências”.

Para refletir sobre esses pontos, vamos trabalhar com a seguinte situação-problema: imagine que você está trabalhando em uma ONG que realiza atividades em comunidades carentes para promoção da cidadania. Em um desses encontros, um dos moradores inicia uma discussão sobre se considerar ou não negro. Nessa comunidade, há um número grande de moradores negros e muitos deles afirmam não se considerarem negros, o que gera uma grande discussão no encontro. Pensando em trabalhar essa questão na reunião seguinte, você propõe a leitura do texto *Me descobri negra aos 67 anos: uma crônica sobre identidade*, de Rafaella Martinez, cuja referência completa encontra-se ao final da Seção 3 desta unidade.

Considerando tal situação, pense em como você pode trabalhar com a comunidade a leitura desse texto por meio de uma análise de seu funcionamento discursivo. Você pode se guiar pelas seguintes questões: esse texto é constituído por um ou mais discursos sobre a questão do negro no Brasil e o preconceito racial? Ele é constituído por diferentes heterogeneidades? Quais imaginários sobre negro e racismo estão em jogo? Como se dá a produção de sentido no texto?

Para que você possa resolver a situação-problema desta seção, vamos estudar o conceito de texto e suas implicações para o funcionamento discursivo, a noção discursiva de heterogeneidade e a materialização das diferenças de posições e regiões de sentido na composição textual. Essas abordagens vão ajudá-lo a diferenciar os possíveis efeitos de sentido na hora de textualizar um assunto.

Como o objetivo da seção é ajudá-lo a compreender o deslocamento discursivo para o conceito de texto e a explicitar as heterogeneidades do texto

em relação às formações discursivas e posições de sujeito, você vai precisar ficar atento a essas novas palavrinhas para se tornar um profissional atento ao funcionamento complexo do texto.

Não pode faltar

Como o texto é algo trabalhado exaustivamente desde os primeiros anos escolares, inicialmente, pode parecer óbvio o que seja um texto, não é mesmo? Porém, como não poderia deixar de ser, a partir de uma perspectiva discursiva, é preciso problematizar a concepção tradicional do que seja um texto, ao mesmo tempo em que não negamos a importância dessa tradição no trabalho analítico. Complicado? Para o analista de discurso, o texto é considerado uma unidade analítica enquanto formulação produzida com efeitos de fechamento, ou seja, como produto histórico, ele se apresenta por sua unidade empírica. No entanto, se você olhar as condições mais amplas, o texto pode ser visto como uma materialização de processos complexos que se encontram em um espaço específico de circulação.

É também no mesmo momento do nascimento da Análise de Discurso (AD) na França, final da década de 1960, que o texto e sua contraparte, o autor, passam a ser pensados de outra maneira em diferentes correntes filosóficas e teóricas. Nomes como Roland Barthes, Jacques Derrida, Michel Foucault e Jacques Lacan trouxeram novas formas de olhar para o texto. Já distantes do conceito de linguagem como expressão do pensamento e das ideias, esses autores investigaram formas do equívoco, do deslizamento e da incompletude do texto, desfazendo as verdades de uma abordagem conteudística em voga nas décadas anteriores a 1960. O que essas perspectivas têm em comum é também uma outra concepção de sujeito: um sujeito descentrado que não controla os efeitos de sentidos, ponto tão reiterado nessa nossa aventura teórica desde o começo do livro.



Pesquise mais

Para saber mais sobre as diferentes concepções de texto, consulte o didático capítulo O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites da pesquisadora brasileira, do Rio Grande do Sul, Freda Indursky. A autora mostra as principais correntes dos estudos da linguagem e o modo como elas trabalham o texto. É uma forma de você ter mais elementos para diferenciar as perspectivas textuais, semânticas, semióticas e discursivas.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

Para a AD, a relação entre texto e discurso não é biunívoca, porque um texto não corresponde a um discurso, isto é, diferentes discursos, até mesmo contraditórios, podem estar em funcionamento dentro de um mesmo texto. No entanto, o discurso não existe sem um suporte material, ele sempre está relacionado com o texto. Nessa direção, o analista de discurso toma o texto como unidade analítica para compreender os funcionamentos discursivos aí materializados. Quando se recorta um enunciado para análise, ele “tem de ser referido ao texto para poder ser apreendido no processo de construção do discurso” (ORLANDI, 2008, p. 58).

Mesmo sendo uma prática escolar comum ainda hoje, perguntas como “O que o texto quer dizer?” são rechaçadas pelas perspectivas mais críticas sobre o texto, não sendo uma exclusividade da Análise do Discurso. Como explica Lagazzi-Rodrigues (2006, p. 94), em resposta às teorias que reduzem o texto ao conteúdo, começa a se pensar o texto como “um espaço de possibilidades relacionais, a escrita como um processo envolvendo a sociedade e o autor deixa de ser considerado como uma figura constituída por inspiração”. Essas possibilidades relacionais estão ligadas diretamente com o que temos trabalhado desde a primeira unidade deste livro, o modo como a Análise de Discurso busca explicitar as relações que um texto tem com outros, com as outras práticas sociais e com as posições históricas que os sujeitos ocupam. Desse modo, apesar de trabalhar com o texto, a AD mostra o processo mais amplo no qual ele está imbuído.



Reflita

Você já parou para pensar sobre as formas como o texto era trabalhado em sala de aula na sua época de aluno da educação básica? Quais perguntas eram recorrentes nos livros? Quais eram as exigências dos professores? Existia diferença entre professores ou todos adotavam a mesma perspectiva?

Além das problematizações iniciadas na França, aqui no Brasil, o conceito de texto tem avançado em direção às heterogeneidades do corpo textual, tanto por sua materialização em diferentes textualidades quanto pela materialidade histórica. Para a AD desenvolvida no Brasil desde a década de 1980, principalmente a partir do trabalho precursor de Eni Orlandi, a concepção de texto abrange também outras materialidades que não apenas a linguística.

Como veremos no decorrer desta unidade, o texto pode assumir a forma do verbal, da imagem, do som, do gesto, enfim, de diferentes suportes significantes e, mais comum ainda, uma composição dessas diferentes materialidades. Como bem assevera Lagazzi-Rodrigues (2006, p. 109), trata-se do “texto tomado como delimitação em diferentes formulações significantes, sempre sob a determinação da produção dos efeitos de desfecho, unidade, coesão, coerência e responsabilidade”.

Segundo Eni Orlandi (2005), o texto é heterogêneo em diferentes ordens:

- “1. **O texto pode ser composto por diferentes suportes de materiais simbólicos**, como a imagem estática, a imagem em movimento, a grafia, a musicalidade, o gestual, o corporal, etc.
2. **O texto pode assumir diferentes formas históricas da linguagem**: oral, escrita, científica, literária, dissertativa, descritiva, narrativa, etc. (sobre esse ponto, é importante lembrar que a Análise de Discurso que temos trabalhado neste livro não assume o mesmo ponto de vista de quem estuda os gêneros discursivos como dados a priori, com formas bem limitadas e sem falhas, visto que o que é considerado literário para uma posição discursiva, por exemplo, pode não ser o mesmo para outra posição).
3. **Um mesmo texto pode conter diferentes posições históricas até mesmo contraditórias entre si.**

Este terceiro ponto será objeto de estudo mais detalhado nesta seção, para definirmos do que se trata; afinal, posição-sujeito e formação discursiva já foram pinceladas em outras seções das unidades anteriores, mas nem sempre de maneira explícita. Antes, ainda é preciso compreender do que se trata quando falamos de heterogeneidade.

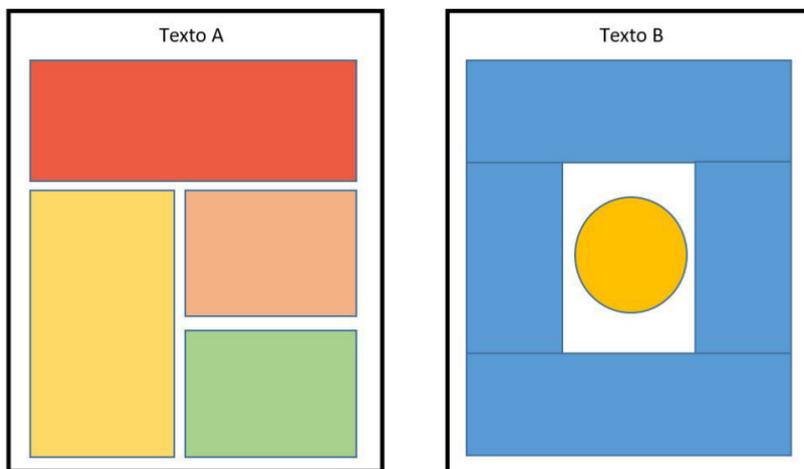
Você já deve ter escutado essa palavra algumas vezes, porém, na Análise de Discurso, a heterogeneidade ganha um aparato teórico específico com os trabalhos da pesquisadora francesa Jacqueline Authier-Revuz. Para a autora, existe a **heterogeneidade enunciativa**, que pode ser marcada explicitamente no discurso, como a introdução de uma fala por aspas, ou não marcada, como são os casos de ironia, e existe a **heterogeneidade constitutiva**, aquela da memória histórica, de que sempre falamos com sentidos que vem de outros discursos e não são originários no falante. Grande parte dos trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz tem sido mostrar as formas da heterogeneidade enunciativa.

É Solange Gallo, uma analista de discurso brasileira, que propôs um conceito específico para a *heterogeneidade discursiva*. Para Gallo (2001), a **heterogeneidade discursiva**, distintamente da heterogeneidade enunciativa, diz respeito especificamente ao funcionamento de diferentes posições históricas, na forma do discurso, por exemplo, o pré-construído e o discurso transversal, presentes no texto, e não as diferentes vozes de enunciadores. É uma conceituação consequente com a distinção entre o efeito do conteúdo e o processo discursivo.

Agora que você já conhece um pouco mais sobre o conceito de heterogeneidade, vamos observar como isso funciona no texto? Como explica Eni Orlandi (2008, p. 59), “um texto, tal como ele se apresenta enquanto unidade (empírica) de análise, é uma superfície linguística fechada nela mesma: tem começo, meio e fim”. O analista toma, então, o texto em sua discursividade, isto é, quebrando esta unidade fechada em si mesma ao buscar a relação com outros discursos, com a história, com as condições de produção.

Para efeitos de ilustração, veja os seguintes esquemas visuais de um texto:

Figura 3.1 | Esquemas visuais de um texto



Fonte: elaborada pela autora.

Veja cada uma das tonalidades do Texto A da Figura 3.1 como diferentes regiões de sentido, isto é, cada tonalidade está representando uma posição histórica diferente da outra. Ainda que o texto esteja organizado e com uma delimitação (representado pelo retângulo maior onde as figuras estão inseridas), algumas partes do texto podem não confluir para a mesma região de sentidos, para a mesma posição histórica. Algumas vezes, quase todo o texto pode estar identificado a uma única região, como é o caso do Texto B da figura, mas dificilmente haverá homogeneidade - a outra região de sentido

está representada, neste caso, pelo círculo. É mais comum encontrar uma heterogeneidade múltipla de regiões de sentido, como representado no Texto A. É essa região de sentidos que a Análise de Discurso chama de formação discursiva.

Há uma definição de formação discursiva já considerada clássica pelos estudiosos da área que trazemos aqui em sua integridade devido à sua importância:

“[...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). (PÊCHEUX, 2009, p. 146-147).

Uma citação e tanto, não? Não se preocupe! Vamos trabalhar pouco a pouco e desmembrá-la para que você possa compreendê-la. O mais importante é assimilar como Michel Pêcheux (2009) vai contra qualquer possibilidade de compreender a produção de sentidos nas palavras em si, porque as palavras e frases só possuem sentido pelo emprego delas por uma posição de sujeito. Por sua vez, essas mesmas posições de sujeito estão referidas a processos históricos mais amplos, nomeado na citação de Pêcheux como formações ideológicas.

Não desdobraremos aqui o conceito de formação ideológica, pois basta, para o momento, que você saiba que a história humana sempre foi e sempre será uma história de luta pelos sentidos, pelas práticas, pelas representações políticas e pelo modo de condução do mundo. Como nunca houve consenso, existem certas regiões de sentido que estão sempre em disputa para estabelecer para qual direção um grupo, uma comunidade, um país ou uma sociedade deve se dirigir. Lembrando que são essas regiões de sentido em disputa que chamamos formação discursiva.

É pela formação discursiva que o sujeito se reconhece, isto é, como veremos mais à frente, trata-se da própria relação de identificação (do sujeito consigo, com outros e com os objetos do discurso). As palavras recebem os sentidos das formações discursivas, elas mudam de sentido segundo as

posições, relacionadas com as formações ideológicas em que estão inscritas essas posições. Veja que não há um sujeito ou um grupo que direciona os sentidos, porque todos nós podemos ocupar uma dessas regiões ao assumir uma certa posição, sem nos darmos conta disso.



Assimile

Observe que a formação discursiva e a posição-sujeito foram conceituadas de modo semelhante, porque uma está diretamente ligada à outra. Na definição de Pêcheux, a formação discursiva é sustentada por uma posição. Aqui, falaremos de formação discursiva para se referir à região de sentidos ao discurso e posição-sujeito para se referir à região de sentidos do sujeito. Ficou mais simples, não?

É importante ainda distinguir a posição discursiva da posição ou lugar institucional. Visto que “conceber o sujeito como posição significa pensá-lo em seus processos de identificação e no reconhecimento que constitui essa identificação” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2015, p. 242), é preciso remeter os processos de identificação à produção de sentido. O sujeito se identifica, se reconhece, (n)os e pelos sentidos, o que vimos em termos de pré-construído, aquilo dito antes em algum (outro) lugar e acessado (identificado) pelo sujeito. Portanto, podemos estabelecer “a diferença entre a posição institucional, definida pelo lugar institucionalmente ocupado pelo sujeito, e a posição de sujeito, constituída ideologicamente e determinada pelo pré-construído” (LAGAZZI, 2015, p. 248).



Exemplificando

Um exemplo interessante para se pensar a diferença entre o lugar institucional e a posição de sujeito é a própria sala de aula. Professores e alunos são lugares institucionais bem definidos em que o professor é considerado o detentor e a autoridade do saber e o aluno, o aprendiz. No entanto, em diferentes situações discursivas, professor e aluno podem ocupar a mesma posição ou estabelecer outras relações não reduzidas à designação institucional de professor e aluno. Uma análise discursiva que pergunte pela relação com o desejo de saber pode mostrar que professor e aluno estão presos à comanda institucional, não mostrando uma identificação com o saber. Portanto, pode acontecer que, nessa situação hipotética, eles ocupem a mesma posição.

Um texto é construído imaginariamente a partir de uma unidade, mas ele é constitutivamente heterogêneo, pois é atravessado por diferentes regiões de sentido, que aqui chamamos de formação discursiva, isto é, a possibilidade de o sujeito assumir o que vimos chamando de diferentes posições-sujeito. Podemos elencar outra definição: as posições são justamente a contraparte do sujeito dessas regiões do sentido recortadas nos sentidos de uma determinada formação social, um recorte da memória, o que é possível e deve ser dito a partir de uma posição na formação social.

Se o texto é constitutivamente heterogêneo, seja pela natureza dos materiais simbólicos, seja pelas formas históricas da linguagem, seja ainda pelas diferentes posições-sujeito, por que ainda trabalhar com a noção de texto? O analista de discurso precisa trabalhar com essa contradição entre unidade e dispersão do texto, porque historicamente somos demandados a construir essa unidade. Ao lado da injunção a interpretar, de sempre produzir sentidos, também há, ao menos nas condições de produção da formação social em que vivemos, “a injunção à textualização como uma demanda sempre presente: devemos textualizar, devemos significar na unidade. Imaginariamente, essa é uma busca que nos coage e seduz!” afirma Lagazzi-Rodrigues (2006, p. 109).

Essa prática nos é cobrada inicialmente como uma tarefa escolar, mas depois se transforma em uma tarefa cotidiana, seja no trabalho, na discussão entre familiares ou na argumentação com os amigos. Ao mesmo tempo em que há a cobrança por mostrar uma coerência entre argumentos, ideias e posições, também somos pegos pelo desejo de sustentarmos uma posição, mostrar domínio de um assunto, estarmos em sintonia com as regras sociais. Historicamente essa prática está diretamente relacionada com a autoria, mas isso já é um assunto para a próxima seção.

Sem medo de errar

Nesta unidade, você está atuando como um participante voluntário de uma ONG que trabalha com comunidades carentes para a promoção da cidadania. No último encontro do qual você participou, surgiu uma discussão entre moradores sobre se identificar ou não como negro. Para tratar da questão, você propôs a leitura do texto de *Martinez, Me descobri negra aos 67 anos*, para o encontro seguinte. Colocamos quatro questões norteadoras para você conduzir a discussão:

1. Esse texto é constituído por um ou mais discursos sobre a questão do negro no Brasil e o preconceito racial?
2. Ele é constituído por diferentes heterogeneidades?

3. Quais imaginários sobre negro e racismo estão em jogo nesse texto?
4. Como se dá a produção de sentido nesse texto?

O problema que se coloca é: como trabalhar com esse processo de identificação na comunidade, uma vez que parte dela, mesmo sendo negra, não se identifica dessa maneira? Uma possibilidade é ler e interpretar o texto, mostrando, pela sua própria materialidade (palavras, termos, construções sintáticas) como funcionam os discursos ali presentes. Você pode fazer isso a partir das questões norteadoras que apresentamos.

O texto conta a história de uma mulher que, mesmo sofrendo, ao longo de toda a sua vida, atitudes preconceituosas destinadas a pessoas negras, não conseguia entender por que sofria tais ofensas, uma vez que não se considerava negra, mas sim branca. Isso porque há um discurso no Brasil de que o que identifica o negro seria o tom mais escuro da pele, e não uma série de características sociais e históricas que, como conjunto, definem uma identidade negra, ainda que mesmo esta não possa ser considerada homogênea.

Pensando então na descoberta de dona Edileuza, personagem retratada, podemos encontrar mais de uma formação discursiva funcionando no texto: temos uma disputa entre o discurso do indivíduo que **se reconhece** como negro, sendo parte desse grupo, e do indivíduo que, mesmo sendo negro, **não se reconhece** como tal. Nesse caso, ele pode se inscrever na formação discursiva que sustenta a identidade de brancos ou naquela que sustenta um meio termo ou gradação, que por muito tempo se colocou em nossa história social: o lugar de pardos, mulatos e morenos, que parece funcionar como um não lugar (nem branco nem negro). Há ainda outras duas formações discursivas quanto à presença ou ausência da **consciência de ser negro**. Especificamente nesse texto, o discurso sobre a consciência e reconhecimento de ser negro aparece como uma verdade revelada, inclusive necessária à emancipação da mulher retratada. Podemos compreender isso nos seguintes trechos: “Era como se esse tempo todo eu estivesse em uma névoa [algo em encobre, esconde] na minha frente e agora tudo está **claro** [descoberto, à mostra].”; “[...] que passou a investigar sua própria história após a **descoberta**.” (MARTINEZ, 2018, [s.p.]). Produz-se aqui o sentido de que se reconhecer negro não é algo trivial, lógico ou natural, mas sim um processo social, que passa por um processo de identificação do sujeito.

Outra disputa diz respeito às formações discursivas sobre a forma como o negro é visto socialmente: como grupo étnico **que constitui** a formação social brasileira ou **que não constitui** essa formação social e, por isso, é tratado com ofensa e discriminação. Perceba essa disputa a partir de trechos

do texto: “Na feira, um senhor de outra banca me chamava de **macaca**. Eu ficava brava, brigava com ele e não entendia porque ele falava isso, pois **eu era branca**”; “Em outras palavras, **quanto mais escuro** o tom de pele de uma pessoa for, **mais racismo** ela irá sofrer e quanto **mais claro, mais privilégios** ela terá” (MARTINEZ, 2018, [s.p.]). Considerando que a formação discursiva de reconhecimento de si próprio como branco é privilegiada nas condições socio-históricas em que vivemos, é possível compreender porque mesmo pessoas de origem negra acabam se inscrevendo nessa matriz privilegiada e não em outra, podendo, inclusive, reproduzir frases racistas, por exemplo. Observe que dona Edileuza não questiona a ofensa “macaca”, mas apenas o fato de essa ofensa ter sido dirigida a ela, seria este o equívoco.

Assim, na sociedade em que vivemos, percebemos que, em relação a ser e se reconhecer negro, há discursos que se inscrevem em duas formações discursivas (FD) diferentes: (1) trata desse reconhecimento como algo positivo, valoroso, emancipatório; e (2) trata dele como algo negativo, discriminatório e pejorativo. Dessas duas formações discursivas, percebemos que um mesmo indivíduo pode assumir posições-sujeito distintas: por um processo de identificação, dona Edileuza passou a maior parte da vida inscrita na segunda FD (2) e só recentemente, depois de ter contato com outros discursos sobre negritude, passou a se identificar com os sentidos que circulam na FD (1). A própria personagem reconhece essa mudança: “*Eu dei um pulo de um lugar para o outro, porque agora eu sei quem eu sou*” (MARTINEZ, 2018, [s.p.]). Isso explica a aparente incoerência que apontamos no início da seção e nos mostra a relação intrínseca entre as formações discursivas e as posições-sujeito.

Por fim, podemos também observar nesse texto que, apesar de se constituir como unidade, na medida em que se caracteriza como uma crônica, com tema, personagem e desenvolvimento definidos, condições de produção, autoria, etc., ele não é um objeto homogêneo, uma vez que apresenta heterogeneidade:

a) Enunciativa (aparecem aqui as vozes da personagem, de seu filho, do feirante e de um colega):

“*Era como se esse tempo todo eu estivesse em uma névoa na minha frente e agora tudo está claro. Eu dei um pulo de um lugar para o outro, porque agora eu sei quem eu sou e isso me emociona, me deixa muito feliz*” (MARTINEZ, 2018, [s.p.]) (dona Edileuza).

“*Foi um processo meu que reverberou nela. Há alguns anos eu fiz uma peça onde uma das minhas falas era ‘preto não pode’*” (MARTINEZ, 2018, [s.p.]) (filho de dona Edileuza).

“Na feira, um senhor de outra banca me chamava de macaca” (MARTINEZ, 2018, [s.p.]) (feirante).

“Outro colega cantava aquela música ‘Preta, fala pra mim/ Fala o que você sente por mim’, quando eu passava” (MARTINEZ, 2018, [s.p.]) (colega de dona Edileuza).

b) Constitutiva:

- “Discurso de preconceito ao negro: *“Na feira, um senhor de outra banca me chamava de macaca. Eu ficava brava, brigava com ele e não entendia porque ele falava isso, pois eu era branca. Outro colega cantava aquela música ‘Preta, fala pra mim/ Fala o que você sente por mim’, quando eu passava”* (MARTINEZ, 2018, [s.p.]).
- Discurso de reconhecimento de uma identidade negra: “Em tempos onde discursos de ódio e preconceito ocupam o noticiário, dona Edileuza é enfática: tem orgulho de ser negra e acredita que só o amor pode quebrar barreiras, como a que sua família está quebrando aos poucos”.
- Discurso da desigualdade entre brancos e negros: “O colorismo consiste no fato de que, ainda que uma pessoa seja reconhecida como afrodescendente, a tonalidade da sua pele será decisiva no tratamento que a sociedade dará a ela. Em outras palavras, quanto mais escuro o tom de pele de uma pessoa for, mais racismo ela irá sofrer e quanto mais claro, mais privilégios ela terá” (MARTINEZ, 2018, [s.p.]).

Concluindo, você pode perceber que este é um ótimo texto para tratar da questão de identificação e reconhecimento de ser negro, pois, apesar de sua aparente unidade, é possível enxergar, utilizando os dispositivos de análise do discurso, as contradições que marcam os discursos que circulam socialmente e aparecem nesse texto. Por meio dessa análise, você conseguirá explicitar essas diferenças e os discursos que as sustentam, mostrando que a questão de ser ou de se reconhecer negro não é natural, lógica ou óbvia, mas um processo sociocultural complexo, envolvendo diferentes matrizes ideológicas. No caso do trabalho com os moradores da comunidade, você poderia tratar dessas questões com uma linguagem leiga, sem utilizar os termos técnicos que utilizamos aqui, como formação discursiva e posição-sujeito, por exemplo.

Novas possibilidades para o texto jornalístico

Descrição da situação-problema

A Revista Polêmica, que tenta ficar à frente do restante do mercado editorial, está procurando novos gêneros de texto, outras possibilidades para lançar uma nova ideia para a escrita entre jornalistas. Para isso, ela escolhe alguns jornalistas experientes e, mesmo dentre os mais novos, aqueles que buscam trabalhar para além do já determinado pelas práticas tradicionais dentro do jornalismo. A revista pede para esse grupo fazer uma proposta de pequenas mudanças ou mesmo propor um novo gênero textual para ser testado e melhorado até o próximo ano.

Resolução da situação-problema

Propor um novo gênero de texto pode ser algo muito ousado, mas não impossível para quem tem a oportunidade e aceita o desafio de não cumprir apenas as tarefas usuais. Além disso, um profissional que conhece Análise de Discurso pode ser um diferencial no trabalho jornalístico de hoje. Nem todos tiveram a mesma oportunidade de ter esse conhecimento. Sabendo que a escrita mais usual no jornalismo contemporâneo não mudou muito desde meados do século XX, certamente há aberturas para se trabalhar fora dos padrões.

Uma dica é você não aceitar a dicotomia objetividade-opinião, não apagando que todo sujeito de linguagem é um sujeito interpretante. Que mudanças para a proposição de um outro tipo de texto jornalístico esse conhecimento pode trazer? Como explicitar o jogo interpretativo no texto jornalístico, incluindo aí a interpretação também de quem escreve? Como não reduzir a interpretação a uma opinião? Essas são questões que podem guiar você a problematizar o que já está dado no jornalismo brasileiro e encontrar formas distintas de textualização.

Faça valer a pena

1. Leia o excerto a seguir sobre a relação entre os conceitos de texto e discurso:

“Se o texto é unidade de análise, só pode sê-lo porque representa uma contrapartida à unidade teórica, o discurso, definido como efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2003, p. 69).

No que diz respeito à relação entre texto e discurso, considere as seguintes afirmativas:

- I. Trata-se de uma relação biunívoca, pois para cada texto existe um discurso correspondente.
- II. Não se trata de uma relação biunívoca, porque o discurso não tem ligação com o texto.
- III. Não se trata de uma relação biunívoca, porque um texto pode conter mais de um discurso.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmações corretas:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) II e III.

2. Os diferentes meios de comunicação exigem diferentes formas de textualidade, como quando se utilizam fotografias, imagens em movimento, sonoridade, infográficos, legendas, efeitos gráficos e efeitos especiais. Esses elementos podem ser considerados como formas da heterogeneidade do texto.

Que tipo de heterogeneidade é essa?

Assinale a alternativa que responda corretamente a pergunta acima:

- a) Heterogeneidade linguística.
- b) Heterogeneidade dos suportes simbólicos.
- c) Heterogeneidade das formas históricas da linguagem.
- d) Heterogeneidade enunciativa.
- e) Heterogeneidade discursiva.

3. Sobre o lugar institucional e a posição de sujeito, é possível afirmar que:

- I. O lugar institucional é definido pelo jogo de sentidos em uma situação específica.
- II. A posição de sujeito é o resultado de percursos tradicionais na sociedade.
- III. A posição de sujeito é determinada pela região de sentidos recortada no momento da interpretação.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmações corretas:

- a) I e II.
- b) Apenas I.
- c) Apenas II.
- d) Apenas III.
- e) II e III.

Autoria: diferentes lugares e o efeito de um sujeito

Diálogo aberto

A noção de autoria, à primeira vista, pode não parecer muito problemática ou complexa, uma vez que se alguém perguntar “quem é o autor do texto X?”, certamente você responderá com o nome de quem assina o texto, certo? E no caso de textos como os editoriais jornalísticos, que não têm a assinatura de uma pessoa específica? Ou ainda os textos que são produzidos a muitas mãos, com interferência de várias pessoas, como os roteiros de filmes e séries? Como atribuir autoria a esses materiais? Parece, então, que a noção de autoria não é tão simples como parece, certo? Para que você possa refletir sobre essas e outras questões muito importantes para os profissionais que trabalham com a linguagem, nesta seção vamos discutir a noção de autoria, tal como conceituada pela análise de discurso.

Lembre-se de que, nesta unidade, você está atuando como voluntário em uma ONG que trabalha com comunidades carentes para promoção da cidadania. Seu trabalho, em geral, consiste em ler textos e trabalhar com outros materiais que permitam certas reflexões e discussões na comunidade. No último encontro em uma das comunidades em que atua, você vivenciou uma situação curiosa: os participantes do encontro relataram que gostariam de escrever uma carta à prefeitura da cidade solicitando a instalação de rede de abastecimento e esgoto na comunidade. Porém, por conta da baixa escolaridade do grupo, chegaram à conclusão de que o autor da carta precisaria ser alguém que “escrevesse bem”, pois eles “não sabem escrever” e, por isso, talvez a solicitação não fosse ouvida. Então, pensaram que você poderia escrever a carta para eles. Surpreso com a situação, você disse que pensaria a respeito e que no próximo encontro poderiam tratar disso.

A partir desse relato e da solicitação da comunidade, você começa a refletir sobre o conceito de autoria. Afinal, por que a comunidade não se sentia legitimada a escrever a carta? O que a impedia? O que constitui um autor? Não seria interessante desenvolver com eles a apropriação tanto dos processos discursivos como dos textuais, justamente para contribuir com a promoção da cidadania dessa comunidade? De que forma você poderia encaminhar a questão?

Ao final da seção, você deverá analisar a situação-problema, assimilar o conceito e expandi-lo para diferentes práticas de textualização. Para isso,

apresentaremos as especificidades da noção da autoria mediante conceitos como função-autor, efeito-autor, legitimação e composição autoral. Desvende o motivo de haver tantos conceitos diferentes para se falar sobre algo que pode ser tão evidente como a autoria.

Não pode faltar

Em uma busca rápida no *Google* sobre “autoria”, não é difícil chegar à regularidade que relaciona a autoria ao estilo, à narrativa inovadora e ao uso especial da linguagem, geralmente associado a autores experientes ou com talento reconhecido. Pouco se fala, por exemplo, da autoria como forma de responsabilização do texto. Este, apesar de discutido em alguns círculos do meio acadêmico da Comunicação Social, parece ser ainda um ponto cego. O engraçado é que esse ponto cego se desdobra em uma contradição interessante: há um efeito de evidência de quem seja o responsável pelo texto e, a um só tempo, as respostas podem ser múltiplas: é o próprio autor, é o editor, é o jornal/ a editora/ o site como pessoa jurídica, é a fonte da informação, etc. Deixa-se de discutir como isso funciona em termos jurídicos e discursivos. Não se trata de falar especificamente do texto da lei, dos artigos constitucionais ou da lei de direitos autorais, mas do funcionamento do jurídico enquanto formador de discursos.



Pesquise mais

A tese de doutorado de Renata Marcelle Lara Pimentel traz uma discussão sobre o funcionamento da (não) autoria no telejornalismo a partir de um ponto de vista discursivo, dando densidade a uma discussão pouco realizada.

PIMENTEL, R. M. L. **Versões de um ritual de linguagem telejornalístico**. 2008. Tese (Doutorado) - IEL/Universidade Estadual de Campinas, 2008, p. 49-105.

Para tratar da noção de autoria, é importante situar como a função-autor é datada historicamente. Michel Foucault, na conferência *O que é um autor*, realizada na Sociedade Francesa de Filosofia, em 1969, acompanha boa parte das discussões daquele momento histórico, quando se falava da morte do autor (Roland Barthes), da escritura (Jacques Derrida) e da evanescência do sujeito (Jacques Lacan). O que Foucault apresenta nessa conferência é um percurso histórico pela noção de autoria na Formação Social Capitalista.

Para Foucault (2006), o século XVIII é um marco para que a noção moderna de autoria pudesse advir. Segundo ele, a autoria deve ser considerada como uma função do sujeito, pois esta é apenas uma entre as várias funções que o sujeito pode ocupar. Com esse gesto, Foucault desnaturaliza a autoria e a localiza historicamente, ao mesmo tempo mostrando que também faz parte da divisão social, pois nem todo sujeito poderia preencher essa função. Ele mostra, portanto, as condições de emergência e os domínios que essa função exerce, ligada principalmente ao regulamento da circulação do dizer em uma sociedade em que não é possível dizer “não importa quem fala”, mas o contrário, porque importa muito.

Destacamos dois funcionamentos característicos da função-autor, de acordo com Foucault (2006), sendo que os dois estão ligados aos processos de jurisdição do sujeito (direito e dever de se responsabilizar por seu dizer): por um lado, a função-autor traz o controle da circulação do dizer, ao tornar o sujeito que ocupa essa função visível, identificável e, portanto, controlável; por outro, a função-autor apresenta um caráter restritivo, porque os sujeitos que ocupariam essa função teriam uma legitimação específica, com valor especial e um estatuto superior e institucional(izado).

Eni Orlandi (2008) realiza uma leitura discursiva de Michel Foucault, produzindo os deslocamentos necessários para uma apropriação discursiva desse conceito de função-autor. Reconhecendo a demanda histórica de responsabilização dos sujeitos, Orlandi argumenta que esta é uma demanda de todos os sujeitos e não apenas dos considerados escritores ou literatos (lugar social analisado especificamente por Foucault). Nessa formação social, “o autor é o lugar em que se constrói a unidade do sujeito” (ORLANDI, 2008, p. 56).

A preocupação de Orlandi também é situada em relação às práticas escolares, porque está ligada a um aprendizado de se colocar, de se representar como autor e assumir, diante da instituição-escola e fora dela (nas outras instâncias institucionais), “esse papel social em sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor” (ORLANDI, 2008, p. 79). Para ser autor, explica a pesquisadora, é necessário experimentar práticas em que haja um exercício de apropriação de certos mecanismos quando se insere na prática de autoria: do processo discursivo ligado às regras institucionais e dos processos textuais aceitos pelo imaginário de um uso padrão da língua. “Assim, do autor se exige: coerência; respeito aos padrões estabelecidos, tanto quanto à forma do discurso como às formas gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento das regras textuais; originalidade; relevância e, entre várias coisas, ‘unidade, ‘não-contradição’, ‘progressão’ e ‘duração’ do seu discurso” (ORLANDI, 2008, p. 78-79).

No Brasil, o trabalho de Solange Gallo trouxe grandes contribuições para se pensar a função-autor. Mediante uma experiência realizada e analisada por

ela na sua dissertação de mestrado, com alunos de uma escola de Educação Básica, na cidade de Campinas (no estado de São Paulo), Gallo (1995) demonstra como a assunção da autoria é um processo que demanda mais do que exercícios de redação, prática predominante das cadeiras colegiais. Gallo (1995) nos fornece um exemplo muito interessante para pensar essa prática. Pense na seguinte situação: o professor está ensinando os alunos a fazerem crochê. Primeiro, ele ensina a fazer pequenas formas quadriláteras com o crochê. Depois, ele ensina a fazer formas retangulares, triangulares e circulares. Ao final do curso, os alunos dominaram todas as formas geométricas e o professor diz: “pronto, já os ensinei!”. Será que esses alunos estarão prontos para fazer uma blusa com mangas, golas, bolso, dobras especiais? Solange Gallo sustenta, então, que não basta fazer parte de um processo muito mais amplo. Os alunos podem sair da escola alfabetizados e sabendo fazer uma boa redação, mas isso é suficiente para torná-los autores?



Pesquise mais

Na dissertação de Claudia Pfeiffer **Que autor é este?** há uma discussão sobre as (im)possibilidades oferecidas pelo espaço escolar para o trabalho com a autoria entre professores e alunos.

PFEIFFER, C. C. **Que autor é este?** Dissertação (Mestrado em Linguística) - IEL/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995, p. 19-62.

Orlandi (2008) argumenta sobre como a função-autor coloca em funcionamento a vigilância dos discursos que é própria dos sujeitos, visto que é a função que está “mais submetida às regras das instituições. Nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares” (ORLANDI, 2008, p. 77). A analista de discurso afirma que o autor é a dimensão do sujeito que “está mais determinada pela exterioridade (contexto sócio-histórico) e mais afetada pelas exigências de coerência, não-contradição, responsabilidade etc.” (ORLANDI, 2008, p. 61)

Como pensar tais funcionamentos no cotidiano? Esta é, de alguma maneira, uma paráfrase de uma das perguntas de Lagazzi-Rodrigues (2006). Essa pesquisadora fez o investimento de abrir o campo de questões sobre a autoria para discursividades que não se realizassem apenas em aparatos institucionais demarcados, como a escola ou o mercado editorial. Como pode ser possível pensar a autoria para os considerados “sujeitos comuns” em atividades como andar pela cidade, cozinhar, tomar decisões? Certamente, não é o caso de banalizar o conceito de autoria, mas explorar as possibilidades fora dos espaços reiterados como clássicos, próprios, verdadeiros.

Segundo Lagazzi-Rodrigues (2006, p. 93), a autoria “está ligada ao trabalho com a equivocidade da linguagem”, porque “discutir a equivocidade é abrir espaço para tornar visível a contradição de diferentes interpretações, é

se expor às diferentes formas significantes e, no caso específico da linguagem verbal, se expor às palavras”.



Refleta

Você já pensou em relacionar a autoria a outras práticas consideradas mais banais? Que fazeres do cotidiano você relacionaria com a autoria?

Para não diluir ou perder práticas específicas, Gallo (2001), em momento posterior da sua reflexão, faz uma diferenciação entre a função-autor e o efeito-autor. A função-autor está mais dimensionada pelo nível enunciativo, na relação que o sujeito tem com sua formulação, com a tentativa de controle da articulação textual, enfim, com o imaginário sentido de unidade, não contradição e autenticidade do texto (e do sujeito). Já o efeito-autor é definido pela pesquisadora para descrever o processo de legitimação de um discurso a partir de uma instituição e de um discurso já legitimado, com rituais específicos, como é o caso de um escritor de livros.

No entendimento discursivo de Gallo (2008, p. 59), a legitimação é o processo que “dá conta do movimento de fixação do sujeito entre paráfrases de uma mesma formação discursiva” no batimento entre a produção do (efeito-)texto e a produção do (efeito-)autor em um acontecimento discursivo específico, quando a legitimação se dá na própria textualização. Para um escritor ser considerado um autor, ele precisa passar ou ser aprovado por outros lugares institucionais e outros discursos já legitimados, por exemplo, por meio do processo editorial com revisores, curadores, editores. Ele é coroado como legítimo por um discurso investido desse poder específico de designar quem é ou não um autor.

Um ponto pouco discutido, mesmo dentre os autores contemporâneos da análise do discurso, é a relação entre a autoria realizada no entremeio de diferentes lugares sociais ou institucionais. Os exemplos são inúmeros, até mesmo predominantes, mesmo em termos clássicos: no mercado editorial, por exemplo, algumas vezes é o editor que escolhe o título de um livro, além das interferências do ilustrador, do design de capa, do diagramador, do tradutor, enfim, cabe perguntar: quando o livro chega às prateleiras, até que ponto aquele que assina o livro é o verdadeiro autor daquele produto apresentado?



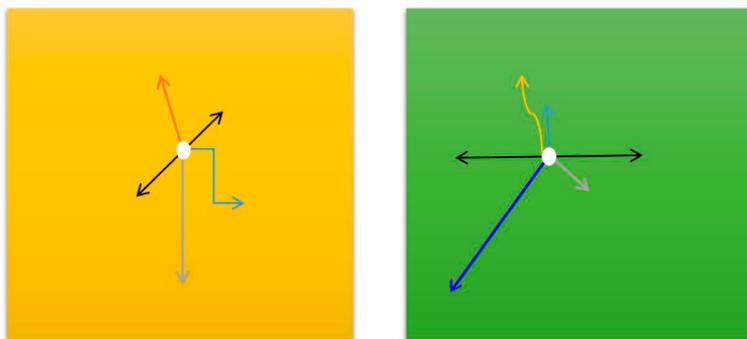
Exemplificando

Como exemplo do que estamos tratando aqui, vamos pensar sobre a autoria no cinema. Muito se fala, entre cineastas, historiadores e críticos, que o “cinema de autor” seria aquele em que o diretor do filme tem uma marca de estilo tão forte que poderia ser reconhecido por sua autoria. Mesmo fora desse gênero de “cinema de autor”, o diretor geralmente é considerado como o autor do filme, pois caberia a ele as decisões finais de como seria a realização das filmagens e da edição final. No entanto, essa não seria uma forma de apagar o processo constituído por uma dispersão da autoria a muitas mãos, cabeças e discursos?

Já existe, em diferentes âmbitos profissionais, a discussão sobre a autoria coletiva. Porém, essa determinação linguística da autoria por “coletiva” não apagaria o funcionamento desigual de cada uma das partes que a compõe? Inclusive, muitas vezes, os elementos postos em jogo por cada uma das partes dessa “autoria coletiva” pode se sobrepor a outros, contradizer, se opor ou simplesmente “somar”. Além disso, nas autorias que não são reconhecidas como “coletivas”, mas “individuais”, não podemos falar de traços do outro no discurso e do discurso outro?

Para não apagar esse funcionamento desigual, podemos trabalhar em termos de contradição discursiva, tal como conceituado por Adorno (2015). A contradição, na análise do discurso, não significa necessariamente a oposição de elementos, mas nos ajuda justamente a designar teórica e analiticamente as múltiplas direções que os sentidos podem tomar. Se, na seção anterior utilizamos uma metáfora matemática-geométrica para falar do funcionamento das distintas regiões de sentido, agora vamos recorrer a uma metáfora físico-matemática dos vetores para ilustrar o conceito de contradição. Veja:

Figura 3.2 | Esquema visual do funcionamento da contradição discursiva em uma unidade do sentido



Fonte: elaborada pela autora.

Não esquecendo que se trata de apenas uma ilustração, as imagens nos permitem visualizar, de outra forma, quando falamos da contradição como esse funcionamento desigual dos sentidos. Cada um dos vetores, representados pelas flechas, possui uma dimensão (algumas são maiores, outras médias e outras menores), uma direção (horizontal, vertical, inclinada por alguma angulação), um sentido (espacial para onde a flecha aponta), espessuras e tonalidades. Os vetores representam uma força que busca puxar a unidade material do sentido, um texto (representado pelo ponto em branco), para uma direção.

Não necessariamente as flechas são opostas, porque isso significaria um funcionamento espelhado e simples, com mesma dimensão e direção e apenas os sentidos estariam opostos. A contradição abarca também aquelas flechas sobrepostas, com dimensões distintas, com dimensões iguais, com direções e sentidos próximos, enfim, possibilidades que podem variar de muitos modos. A partir da proposta de Adorno (2015, p. 96), podemos definir a contradição discursiva como: “os efeitos de sentido que apontam para distintos, porém concomitantes, processos históricos, isto é, a composição de tendências históricas diferentes, irredutíveis umas às outras, em uma unidade material do sentido. Uma unidade que não cessa de se dividir em dois”.

A noção de irredutibilidade de um processo histórico a outro, isto é, a impossibilidade de uma síntese, de uma redução ou de uma simplificação, é a base para compreender o que é uma contradição e não a confundir com uma oposição. Trata-se de um complexo em relações de desigualdade, contradição, dominação, subordinação, resistência e diferença.



Assimile

O conceito de contradição discursiva é uma recusa radical de uma contradição simples que poderia ser sintetizada ou resumida. Apagar qualquer elemento é mudar a configuração discursiva do sentido. Pensar a contradição como uma composição, e não uma somatória, é uma tentativa de olhar para a especificidade de cada um dos elementos e o seu funcionamento na produção dos sentidos, sabendo que alguns podem ter força predominante em relação a outros.

Apresentada a definição de contradição discursiva, é possível ser um pouco mais consequente com o que você leu anteriormente como “composição autoral”. A composição autoral referida ao gesto de textualização é o entremeio contraditório da relação autoral estabelecida entre os diferentes lugares sociais, apesar do efeito de responsabilização de um único sujeito.

Expliquemos: as pequenas interferências no texto podem (ou não) interferir na produção dos sentidos. Apesar de existirem assinaturas quase sempre bem definidas do texto, não podemos dizer que, ao menos discursivamente, há uma assinatura definida e delimitada do sentido.

Assim, não só os trabalhos das áreas de cinema e jornalismo podem ser considerados composições autorais, como, a partir do que foi exposto, as produções vistas como individuais também são composições. No entanto, é preciso tomar o cuidado de não justapor o sujeito empírico ao trabalho das composições. Como visto na seção anterior, um lugar social pode ocupar mais de uma posição-sujeito e uma posição-sujeito pode ser ocupada por vários lugares sociais, dependendo das condições de produção e do encontro das discursividades.

Sem medo de errar

Para resolver a situação-problema proposta nesta seção, você pode mobilizar os conceitos de função-autor e de efeito-autor, que foram apresentados na seção sob diferentes perspectivas.

A noção de autoria pode ser tomada de uma perspectiva institucionalizada, a partir da qual só podem assumir a função-autor os sujeitos que foram legitimados institucionalmente, como um autor de livros ou um articulista de jornal. Nesse sentido, a autoria promoveria o controle do dizer, uma vez que se restringe o número daqueles que podem dizer e se colocarem como autor. Refletindo, entretanto, sobre nossas práticas de linguagem cotidianas, podemos nos questionar se, de fato, apenas esses sujeitos podem ser considerados autores ou se cada um de nós, nas práticas de linguagem, somos também autores do nosso dizer.

Pensando sob a primeira perspectiva, é natural que a comunidade não se sinta à vontade para escrever a carta de solicitação para a prefeitura, uma vez que estão pouco habituados a práticas letradas, especialmente as formais. Essa ideia se sustenta no discurso de que, para dizer algo, é preciso saber utilizar a norma padrão da língua, pois as variedades que destoam dessa norma geralmente são deslegitimadas. Nesse sentido, seria importante realizar um trabalho capaz de fazer com que as pessoas dessa comunidade se apropriassem dos mecanismos que promovem a autoria, que são o domínio discursivo (o que querem dizer e de que forma) e o domínio textual (coesão, coerência, regras linguísticas, progressão, etc.). Por não terem esses domínios, essas pessoas não conseguiam se ver como autoras do seu dizer.

Nesse sentido, também cabe a você, como mediador das discussões e reflexões no grupo, questionar esse discurso que bloqueia os processos de

apropriação, colocando em xeque noções já consolidadas que impedem a comunidade de se posicionar e se relacionar com o poder público. É claro que você não precisa entrar em detalhes e abordar os conceitos que estudou aqui. Cabe a você pensar em como abordar essa questão com pessoas leigas, de modo que elas possam entender que todo sujeito pode ser autor, pois a função de autoria se dá no momento em que o sujeito transforma seu discurso em uma unidade com começo, meio e fim, chamada texto. Assim, na produção da carta de solicitação da prefeitura, as pessoas dessa comunidade organizam o seu discurso representando-o em um texto, tornando-se, portanto, autores.

Considerando esses aspectos, você poderia encaminhar a questão da seguinte forma: inicialmente, você poderia elencar com o grupo quais são os problemas e como eles poderiam ser resolvidos, destacando quais serão as demandas que constituirão a carta. Em seguida, você pode iniciar um processo de escrita conjunta da carta, realizando, assim, um trabalho de composição autoral a muitas mãos. Por fim, você pode revisar a carta, de modo a corrigir erros gramaticais, e verificar com o grupo se tudo o que eles gostariam de dizer está no texto.

Avançando na prática

Quem fez o filme?

Descrição da situação-problema

Como jornalista responsável por uma coluna sobre cinema em uma revista, você deve fazer textos críticos semanais sobre os bastidores da produção fílmica mundial, apresentando aspectos que outros meios de comunicação não costumam abordar. Como iniciar esse trabalho?

Resolução da situação-problema

Um primeiro ponto discursivo a ser pensado: por que, quando publicamos uma crítica de cinema em um veículo de comunicação, começamos, geralmente, falando sobre quem é o diretor do filme e os atores e atrizes principais?

Como o cinema tem um casamento sem igual com o mercado, nomes de atores e atrizes podem ser (não necessariamente) um chamativo para movimentar as bilheterias. Mas o nome do diretor funciona do mesmo modo? Essa é uma questão não tão simples assim.

Continuando a problematização: e os outros profissionais envolvidos? Por que raramente são citados? Poderia ser diferente? Em que condições? Já vimos que, discursivamente, os outros profissionais envolvidos também podem ser autores, enquanto sujeitos “responsáveis” pela produção dos sentidos. Pensemos nos casos de *blockbusters* americanos com forte apelo aos efeitos especiais. Na maior parte das vezes, os profissionais responsáveis pela edição gráfica não são reconhecidos (nem como celebridades, nem como grandes profissionais) nem tão bem remunerados quanto atores e atrizes, apesar de poderem ser o principal atrativo do filme. Considere também as condições históricas que sustentam essas discursividades.

Faça valer a pena

1. De acordo com Michel Foucault, no que diz respeito à função-autor, é possível afirmar que:

- I. A função-autor é uma função ocupada por todo sujeito no cotidiano.
- II. A função-autor é uma função restrita ocupada por alguns sujeitos.
- III. A função-autor produz o controle da circulação do dizer dos sujeitos.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas corretas:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

2. Pensando na questão da composição autoral, considere as seguintes afirmações:

- I. A composição autoral está presente não só no jornalismo e no cinema, mas também nas produções vistas como individuais.
- II. A composição autoral no jornalismo é o resultado de um processo trabalhado por diferentes posições de sujeito.
- III. O jornalismo e o cinema são as únicas áreas em que é possível observar a composição autoral.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas corretas:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

3. Solange Gallo estudou o processo de assunção da autoria a partir de uma experiência, em sala de aula, com alunos da educação básica de uma escola de Campinas/SP, buscando mostrar o processo mais complexo de se tornar autor para além da tarefa de redação.

Como esse processo de assunção da autoria poderia ser ou é pensado na formação de um jornalista, por exemplo?

- a) Com o aperfeiçoamento da prática técnica de leitura e escrita.
- b) Com um trabalho de dissertação prática sobre autoria.
- c) Com a prática do processo de produção jornalística.
- d) Com o desenvolvimento de estilo na prática textual.
- e) Com a prática de análise autoral na análise de discurso.

Autoria: diferentes materialidades e o efeito de um texto

Diálogo aberto

Você já deu grandes passos em direção a uma visão que problematiza a relação das múltiplas linguagens com suas condições históricas. Agora, estamos chegando ao final de mais uma etapa.

Depois de ter iniciado esta unidade trazendo outra maneira de olhar para o texto, na articulação contraditória entre unidade e dispersão, assim como um questionamento de qual seria o lugar da autoria nas práticas conduzidas por diferentes lugares sociais. Nesta seção vamos explorar mais propriamente as possibilidades analíticas do texto e da autoria em composição.

Lembre-se de que, nesta unidade, você está atuando como voluntário de uma ONG que desenvolve trabalhos de promoção da cidadania em comunidades desassistidas pelo Estado. No último encontro, uma das mulheres da comunidade leu uma reportagem tratando do protagonismo feminino na mobilização da resistência e preservação da comunidade quilombola. Após essa leitura, a mulher percebeu que em sua comunidade havia certa resistência por parte dos homens em relação à participação das mulheres como líderes em momentos decisivos. Por isso, ela achou que seria interessante tratar dessa questão, para sensibilizar a comunidade para a importância do papel da mulher na luta por seus direitos. Para tratar dessa questão, você propôs a leitura de um excerto da reportagem intitulada *Após 130 anos da abolição, mulheres quilombolas se colocam à frente da luta por direitos*, que foi publicada no caderno *Ela* do site do jornal *O Globo*. A Figura 3.2 traz o título, o lide e a imagem que compõem a matéria jornalística.

Figura 3.3 | Reportagem de *O Globo* sobre as mulheres quilombolas

Após 130 anos da abolição, mulheres quilombolas se colocam à frente da luta por direitos

Vozes femininas lideram luta por titularidade de terras de quilombos

Eduardo Vasini
13/05/2018 - 09:38



Da esquerda para a direita: Luciana Adriano da Silva, Lucimara Muniz, Marcia Amada e Rafaela Fernandes Foto: Thiago Branco

Fonte: Captura de tela do site *O Globo* – Caderno *Ela*, elaborada pelo autor.

Trecho a ser lido junto com a comunidade para direcionar a discussão:

“Ser mulher negra quilombola é ser mulher de coragem”. A frase dita pela avó soou como um presságio aos ouvidos de Rafaela Fernandes. Aos 21 anos, a jovem moradora do Quilombo Botafogo, em Cabo Frio, já entendeu o peso da luta que carrega em nome da sua ancestralidade. Também está nas mãos da sua geração manter vivas a memória e a resistência das 120 famílias que vivem ali. (VANINI, 2010, [s.p.]

Considerando, então, as materialidades linguística e imagética desse texto, procure trabalhar as seguintes questões: podemos dizer que há unidade nessa composição textual? Que vozes estão presentes nela? Essas vozes estão em conflito? O que caracteriza a materialidade linguística? E a materialidade imagética? Principalmente, como você pode abordar essas questões de forma leiga com a comunidade?

Para poder refletir sobre os funcionamentos dos textos em geral na mídia, você vai explorar um pouco mais o conceito de composição autoral na relação não apenas com a contradição de diferentes lugares sociais, mas com a contradição das diferentes posições-sujeito no texto, conhecendo as noções de entremeio, imbricação material e materialidade significante.

Assim, você poderá compreender a relação composicional entre as diferentes materialidades significantes e as implicações para o estudo do texto e da autoria a partir de uma perspectiva discursiva, tendo, consequentemente, uma posição crítica sobre o funcionamento discursivo dos gêneros textuais de diferentes campos e esferas. Bons estudos!

Não pode faltar

Na seção anterior, trabalhamos diferentes aspectos da autoria por um viés discursivo, transitando pelas demarcações do que seja a função-autor, o efeito-autor, a legitimação, chegando à composição autoral. Em relação a esse último conceito, falamos especificamente como, apesar do efeito de assinatura de uma única pessoa, distintos produtos culturais, políticos e informativos da contemporaneidade são formados por diferentes lugares sociais.

Mostramos que há uma demanda histórica de localizar um sujeito que possa ser responsabilizado pelo dizer, característica de uma formação social em que o jurídico é uma discursividade dominante e que necessita controlar o **direito** e o **dever da** palavra, dependendo das condições dadas. No entanto,

quando diferentes indivíduos compõem essa autoria, essa mesma demanda é equívoca pelo processo de produção e circulação dos dizeres.

Apesar desse aspecto teórico, os lugares sociais são o resultado do processo de institucionalização dos sujeitos, mas não necessariamente significam as posições discursivas ocupadas por eles. Sendo a posição-sujeito o efeito do texto na relação com as condições de produção, vamos explorar nesta seção o modo como a composição autoral pode ser pensada especificamente no texto, tal como conceituado na análise de discurso, isto é, como a composição autoral também tem sua contraparte: a composição textual.

Como explica Adorno (2015) em sua tese de doutorado, o conceito de composição, ainda que não associado propriamente ao funcionamento da autoria, nasceu nos trabalhos anteriores de Suzy Lagazzi, pesquisadora brasileira e uma das pioneiras na análise discursiva de imagens em movimento. Abranger outras materialidades não verbais na análise de discurso (AD) foi um processo lento e ainda em desenvolvimento.

Você se recorda de que a AD é considerada uma teoria materialista? Isso significa que o material deve demandar o movimento da teoria e não se adequar a ela. Para construir novos horizontes teóricos e analíticos, como foi e ainda é o caso do trabalho com a imagem, a AD não faz um “puxadinho” de outras disciplinas para resolver o seu problema, mas é o material que deve comandar as formas de (des)apropriação teórica, problematizando novamente conceitos e procedimentos.

É preciso ressaltar que, para se chegar às formulações de Lagazzi, a AD percorreu um caminho longo para poder analisar outras materialidades como próprias do discursivo. Um dos primeiros trabalhos mais significativos é o de Eni Orlandi sobre *As formas do Silêncio*, quando o silêncio não pode ser reduzido ao linguístico.

No artigo *Efeitos do verbal sobre o não verbal*, Orlandi (1995) também explicita que a dependência das diferentes formas do não verbal ao verbal é um efeito ideológico, deslocando da posição teórica, que tenta submeter ou reduzir uma linguagem à outra. Para a autora, diferentes formas das linguagens podem apontar para modos distintos de significar, porque o sentido necessita de uma matéria simbólica específica que quase sempre não pode ser reduzida ao verbal, apesar de existirem intercambialidades possíveis.



Refleta

Como o jornalismo costuma pensar essa relação entre as diferentes formas de linguagens? Qual é o papel de uma fotografia no texto

impresso, por exemplo, ou da imagem em movimento no telejornal? Em um processo de interpretação textual, por exemplo, como podemos pensar o papel das imagens com o texto nas tirinhas?

Com os trabalhos de Suzy Lagazzi (2004, 2009), há a inauguração de um investimento específico no que diz respeito às linguagens não verbais. Por um lado, Lagazzi se dedica à compreensão analítica do funcionamento da imagem na formulação do social em filmes e documentários e, por outro, ela propõe o conceito de “composição de diferentes materialidades significantes” como forma de teorizar não uma forma particular de linguagem, mas uma maneira de olhar para o encontro dessas diferentes formas. Esse gesto acaba alargando, de modo explícito, o alcance do que é considerado discurso, que, mesmo já não sendo reduzido à relação entre elementos da língua desde os trabalhos de Eni Orlandi, não tinha a mesma dimensão teórico-analítica dada por Lagazzi.

Uma das análises que marcam a necessidade de deslocar o dispositivo discursivo para analisar outras materialidades, em Lagazzi, é o documentário *Boca de Lixo* de Eduardo Coutinho. Nessa produção audiovisual, são retratadas algumas atividades de catadores no lixão. A autora tenta operar o equívoco de a atividade do catador poder ser considerada ou não um trabalho e o equívoco do próprio lixo poder ser significado como comida. Lagazzi chega, então, a uma imagem produtiva para qualificar esse equívoco:

Figura 3.4 | Fotograma do documentário *Boca de Lixo*



Fonte: Lagazzi (2015, p. 181).

Essa imagem faz trabalhar a memória tanto do que seja considerado um trabalho e do que significa estar em meio ao lixo. Ao descrever essa imagem na relação com o conjunto do documentário, Lagazzi mostra a característica do corpo fletido separando, escolhendo, recolhendo e guardando o lixo. É possível que essa formulação visual retome a memória da imagem do trabalho quando remetemos o corpo fletido à lavoura, à colheita da terra e

ao uso da enxada. Para deixar de modo mais explícito, Lagazzi propõe considerar as três imagens a seguir como paráfrases umas das outras:

Figura 3.5 | Paráfrases visuais do “corpo fletido”



Fonte: Lagazzi (2015, p. 181).

Ao mesmo tempo em que existe uma memória discursiva do trabalho em funcionamento, cabe perguntar: qual é o lugar do catador de lixo em nossa sociedade? Ele é visto como um trabalhador? Catar lixo é um trabalho digno? Lançando essas questões, a pesquisadora problematiza a divisão social do sentido de trabalho e de lixo, compreendendo como o documentário *Boca de lixo* formula e historiciza essa divisão, dando “a ver” sentidos que, em outras condições, podem estar apagados.

Você pode estar se perguntando: afinal, o que essas considerações sobre a análise têm a ver com a noção de composição? Repare: ao remeter o corpo fletido a outras paisagens possíveis, e não somente o espaço físico do lixão (como a terra sendo arada e a colheita de frutas no pomar), Lagazzi mostra o equívoco do sentido de ser catador de lixo. Em outras formas de significar, como no discurso verbal, pode ser apenas reiterado o sentido de lixo como descartável e inutilizável. É na remissão da materialidade linguística à formulação visual que a contradição se expõe de um outro modo, trabalhando a incompletude entre as linguagens. As materialidades em composição não resultam, necessariamente, em um encontro harmonioso, mas, como vimos, pode resultar em um desencontro contraditório.

O investimento de Lagazzi se caracteriza por mostrar esse (des)encontro entre as materialidades produzindo efeitos tão diversos. Com vistas a uma generalização teórica, a materialidade significativa é definida como “o modo significativo pelo qual o sentido se formula” (LAGAZZI, 2011, p. 256) e o sentido como “efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significativa, na história” (LAGAZZI, 2011, p. 276). A pesquisadora (2009, p. 68) afirma que, no trabalho discursivo, “não temos materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra. Ou seja, a imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais”. Pode-se aferir que, sempre seguindo as palavras de Lagazzi (2009, p. 68), “na remissão de uma materialidade a outra, a não-saturação funcionando na interpretação

permite que novos sentidos sejam reclamados, num movimento de constante demanda”. Pode parecer complicado pela explicação teórica, porém, busque analisar materiais do seu cotidiano e logo essa teoria vai ter um lugar especial em suas reflexões e práticas profissionais.



Exemplificando

Algumas teorias do jornalismo reafirmam a necessária complementação entre as linguagens: a foto deve complementar o texto, as imagens em movimento devem complementar a voz em off (no caso da televisão). Essas teorias do jornalismo acabam por apagar a possibilidade de olhar para o funcionamento contraditório da composição entre as linguagens, uma vez que as tratam como complementares.

Adorno (2015), que estudou a discursividade sobre o “eu” (a individualidade, o “si mesmo”) em vlogs do *YouTube*, propôs trabalhar a noção lagazziana de composição para pensar a complexidade da autoria na imbricação material e, por isso, chamou de *composição autoral*. Como a proposta desta seção é refletir sobre o processo de textualização no encontro de linguagens, afirmamos que a composição autoral é também o *entremeio contraditório das materialidades na busca da produção de um efeito de unidade textual*.

Vamos retomar uma parte da análise de Adorno (2015) para dar sequência ao nosso estudo. O analista de discurso explicita as condições de produção do vlog quanto aos processos de formulação e circulação desse tipo de vídeo na plataforma de vídeos do *YouTube*. Ele descreve a constituição histórica do sujeito criador-autor do vlog seguindo também os rastros das transformações tecnológicas, passando pelas formas históricas do dizer “criativo e autoral” na imprensa, no rádio, na fotografia, no cinema e na televisão. Uma parte dessa história já foi discutida na seção anterior.

Vejamos um dos recortes trazidos na tese de Adorno (2015) para pensar o processo criativo e autoral do vlog: trata-se do canal de vídeos francês de Dany Caligula no qual estão publicados os vídeos de *Doxa*, o nome de uma série de vídeos sobre filosofia. Segundo a apresentação do próprio Dany Caligula, *Doxa* é uma “webcrônica dedicada à luta contra os preconceitos e os lugares comuns”, sem o intuito de falar sobre si ou sobre a vida cotidiana. É essencialmente um canal de vídeos de filosofia. No entanto, logo na segunda publicação do canal, nos deparamos com a imagem a seguir:

Figura 3.6 | Imagem do episódio 2 de Doxa



Fonte: Captura de tela do Youtube, elaborada por Adorno (2015).

Você não precisa se assustar caso não saiba francês, porque aqui vai a tradução das frases que estão na imagem: “Mude de corte de cabelo”, “Seu capacete de cabelo!”, “O cabelo parece feito de um capacete de Playmobil”, “Bonito corte de cabelo :-).” Observe o movimento contraditório: o dizer sobre o “eu” ou sobre a vida cotidiana é negado por Dany Caligula, porque seu objetivo é discutir filosofia, porém, as imagens – de seu corpo e de seu quarto, por exemplo – confrontam esse dizer.

As pequenas frases que são mostradas na cena, os comentários sobre os cabelos de Dany Caligula, foram escritos por utilizadores que já viram o vídeo anterior. O vlogueiro diz que essa é uma questão de pouca importância em relação às outras discussões do canal.

Figura 3.7 | Imagem do episódio 1 de Doxa



Fonte: Captura de tela do Youtube, elaborada por Adorno (2015).

Figura 3.8 | Imagem do episódio 10 de Doxa



Fonte: Captura de tela do Youtube, elaborada por Adorno (2015).

Entretanto, essa “pouca importância” é trazida de alguma forma para o vídeo, e, em outras produções, o corte de cabelo de Dany Caligula muda, como nas imagens anteriores, que foram capturadas do primeiro e do décimo vídeo da série *Doxa*. Mesmo que a mudança do corte de cabelo não tenha sido motivada pelo que diziam os internautas, os comentários sobre esse assunto foram cada vez menores depois da mudança visual. Outros sentidos, então, passaram a ser produzidos.

Esse é apenas um pequeno recorte da análise desenvolvida por Adorno (2015). O que nos interessa aqui, nesse exemplo, é como, apesar do dizer

linguístico apontar para um sentido, a imagem do corpo se sobrepõe, produzindo outras respostas não esperadas. Dany Caligula queria falar apenas sobre filosofia, mas seu público, pela produção visual dos sentidos, falou sobre seu cabelo. Há, portanto, ao menos duas regiões de sentido em disputa. Como Adorno (2015) sustenta em sua análise, elas são suscitadas pela contradição entre a materialidade linguística e a materialidade imagética do corpo, apesar de existir um efeito de colagem ou complementaridade entre as duas. Tendo que responder a essa demanda história pela unidade e não contradição, a autoria de Dany Caligula é balizada na medida em que sua composição autoral consegue produzir esse efeito de “controle e permanência” do(s) sentidos(s).

O que podemos aprender com esse caso? Adorno (2015) chama nossa atenção para duas características da composição autoral: 1) Ela produz um efeito de coincidência ou colagem de diferentes vozes (ou posições discursivas) a um único sujeito ou a um conjunto bem delimitado de sujeitos e 2) Ela produz o efeito de coincidência ou colagem de diferentes vozes (ou posições discursivas) a um único texto ou a um conjunto bem delimitado de textos. A diferença pode ser sutil, mas não deve ser confundida. Por isso, em relação à primeira característica, reserva-se o termo de “composição autoral” e, em relação à segunda característica, prefere-se o termo de “composição textual”.



Assimile

Assim como autoria e texto não devem ser confundidos como conceitos iguais, apesar de um ser a contraparte do outro, composição autoral e composição textual também não devem ser homogeneizados. Para a terminologia aqui adotada, *composição autoral* é utilizada para denominar os processos que dizem respeito aos *lugares definidos socialmente para os sujeitos no mundo* e *composição textual* é utilizada para denominar os processos que dizem respeito às *posições-sujeito definidas discursivamente para os sentidos no texto*.

Dito de outro modo por Adorno (2015), a junção da composição autoral e da composição textual pode ser definida como esse modo de textualizar no entremeio das materialidades, assumindo a responsabilidade de um dizer imaginariamente unificado, porém sempre tensionado pelas múltiplas contradições sobredeterminadas.

Quais as implicações de considerar a composição autoral para analisar as transformações históricas da relação entre autoria e texto? Para dar um único

exemplo, citamos os trabalhos recentes de Solange Gallo sobre o funcionamento nas mídias digitais, que não devem ser analisados a partir do sentido clássico de autoria e nem reduzidos a um discurso qualquer, sem nome ou sem valor. Para Gallo (2012, p. 5), os discursos das mídias digitais tendem a ser “materiais que têm seus sentidos abertos e fechados; legitimados para todo e qualquer leitor, e ao mesmo tempo, somente para alguns; são publicados de forma definitiva, mas ao mesmo tempo, fugaz”.



Pesquise mais

No texto *Novas fronteiras para a autoria*, Solange Gallo denomina como **discurso da escritorialidade** o que é nativo das redes sociais, pois essa discursividade se inscreveria, ao mesmo tempo, na tradição da escrita e da oralidade, ou seja, é constituído por processos de legitimação e, a um só tempo, afetado por uma certa provisoriedade dos sentidos.

GALLO, Solange Leda. *Novas fronteiras para a autoria*. **Organon**, Porto Alegre, v. 28, n. 53, p. 1-8, 2012.

Vamos finalizar esta seção deixando o breve comentário sobre o trabalho de Solange Gallo como uma provocação para você dimensionar a complexidade de se pensar sobre a autoria nas diferentes linguagens e formas de textualização. Há um campo aberto de pesquisa e investigação, que tal você ser um dos próximos que vai levar à frente essa discussão?

Sem medo de errar

Retomando a situação-problema desta unidade, a discussão sobre um trecho de reportagem jornalística, vamos apontar aqui possibilidades de respostas aos questionamentos colocados, orientando, assim, a sua posição na condução dessa discussão.

O trecho da reportagem traz o título, o lide, uma imagem e o parágrafo introdutório. Todos esses elementos compõem o texto e, mais do que isso, promovem um efeito de sentido de unidade da composição textual, uma vez que as diferentes vozes mobilizadas convergem para um efeito de coincidência nesse texto. Vejamos, então, cada um dos elementos: o título da reportagem apresenta a memória da escravidão, a partir da qual surgiram os quilombos, ancorando, assim, um fenômeno atual em acontecimentos históricos que o explicam. Considerando, então, essa memória, seria “natural” pensar em uma liderança masculina, uma vez que, no momento em que os quilombos surgiram, as mulheres não tinham voz na sociedade. No entanto, o título

já se opõe a esse discurso esperado dizendo que são as mulheres (e não os homens) que estão à frente da principal luta das comunidades quilombolas: a titularidade da terra em que habitam. O lide diz de novo, mas de outro modo, o que o título já dizia: nas comunidades quilombolas, são as mulheres que têm a liderança (e, mais uma vez, não os homens).

Em seguida, de forma complementar ao texto, apresenta-se uma foto de quatro mulheres, líderes quilombolas. É importante observar aqui que não se trata de um registro “neutro” dessas mulheres: há todo um efeito de sentido que se deseja promover. As quatro mulheres aparecem de roupa preta, que é uma cor associada culturalmente a momentos de gravidade, como luta e luto. Todas elas estão com “a cara fechada”, ou seja, com uma aparência séria, e não sorrindo, o que se opõe ao discurso de que a mulher seria sempre doce. A foto remete também às discursividades que circulam nas narrativas de super-heróis, uma vez que elas estão unidas, como uma espécie de esquadrão, com uma expressão facial de força e coragem. Nesse sentido, a foto complementa o título e o lide, produzindo o efeito de que as mulheres quilombolas são líderes, fortes e corajosas.

Parece, então, que temos uma unidade nessa composição textual. No entanto, essa composição se constrói, na verdade, na contradição: em oposição ao discurso do senso comum de que a mulher é o sexo frágil, doce e que não deveria lutar, pois este seria um papel masculino, o texto e a imagem caminham no sentido contrário, o de que a mulher é forte, corajosa e capaz de lutar. Além dessa contradição, percebemos também que há um apagamento do papel dos homens dessas comunidades. Em nenhum momento se fala em união de homens e mulheres nessa luta, de como os homens apoiam essas mulheres, ou mesmo se há líderes homens também.

Assim, ainda que o texto consiga produzir um efeito de unidade, podemos perceber que há diferentes vozes que nele circulam: mulher frágil e sem papel na vida pública, mulher forte e capaz de ser líder, igualdade entre os gêneros, superioridade das mulheres em certas esferas, homem como aquele que luta e protege as mulheres e a comunidade, apagamento das figuras masculinas, etc. Essas vozes estão em conflito, mas é justamente o apagamento desse conflito que produz o efeito de unidade da composição textual.

Nesse sentido, a materialidade linguística se caracteriza pela adjetivação das mulheres retratadas na reportagem e pela construção da figura de liderança: “mulheres quilombolas se colocam à frente da luta por direitos”; “vozes femininas lideram luta”; “mulher de coragem”; “o peso da luta que carrega em nome da sua ancestralidade”; “está nas mãos da sua geração”. Essa figura de liderança, como é possível perceber, se constrói também pelo “peso da ancestralidade”. Ou seja, essas mulheres são determinadas pela história de sua comunidade e pelos discursos que nela circulam historicamente. A

materialidade imagética reforça o discurso de força e coragem dessas líderes, mostrando mulheres sérias, vestidas de preto, organizadas como uma espécie de pelotão de força, que faz frente a algo.

Tudo o que dissemos até aqui nos ajuda a identificar os discursos que funcionam, por meio da contradição, nessa reportagem e também como se produz o efeito de unidade da composição textual. No entanto, como é possível tratar dessa questão de forma leiga com a comunidade? Talvez você não precise falar nos termos da análise do discurso, basta utilizar palavras com as quais o grupo tem familiaridade, procurando, antes de tudo, verificar quais discursos estão presentes nesse grupo: como a mulher é enxergada por eles e pela comunidade? Ela tem um papel relevante? Se tem, por que tem? E se não tem, por que não tem? Procure dialogar com esses discursos a partir da materialidade do texto e da imagem: o que as caracterizam? Como o grupo as interpreta? Faz sentido para eles? A partir dessas e de outras questões, você conseguirá mobilizar o enfrentamento de diferentes discursos e a reflexão sobre eles, o que pode ter um efeito prático na organização dessa comunidade.

Avançando na prática

Adaptações cinematográficas

Descrição da situação-problema

Já faz algum tempo que o cinema vive um momento específico de busca das novas adaptações de clássicos da literatura, assim como de *best-sellers* que atinjam, sobretudo, o público adolescente e juvenil. Os exemplos são inúmeros: *Harry Potter*, *Senhor dos Anéis*, *Saga Crepúsculo*, *Jogos Vorazes*, *50 tons de cinza* etc. No entanto, uma crítica muito comum recai sobre a “infidelidade” dessas adaptações. Por esse motivo, uma revista lançou uma seção de crítica das adaptações cinematográficas em seu site e você foi convidado para apresentar uma proposta de uma série de textos. Quais seriam seus encaminhamentos?

Resolução da situação-problema

Para propor uma linha argumentativa para essa série de textos sobre as adaptações cinematográficas, leve em consideração os seguintes aspectos:

- A que novas condições de produção essas adaptações respondem?

A que público é destinado? Qual o imaginário corrente sobre os diferentes públicos? Que empresas financiam essas adaptações?

- Quais são os lugares sociais envolvidos? Que práticas de linguagem são mobilizadas e por quais profissionais?
- Quais são as mudanças em termos de matéria simbólica? Há retiradas de elementos? Há acréscimos?
- Como pensar a adaptação em relação à autoria? Existe reprodução sem interpretação? Qual o papel do escritor do livro, do roteirista do filme e do diretor? Como um estúdio hollywoodiano participa da textualização e circulação do filme?

Cada um desses tópicos pode dar origem a um texto. Outra possibilidade é que todo texto possa apresentar uma reflexão sobre esses elementos em um único filme. Cabe a você apresentar outras características e defender sua proposta para os editores da revista.

Faça valer a pena

1. “Efeito de sentidos entre locutores na história” é uma definição possível para o conceito de discurso, mas, apesar de não ter uma restrição ao material linguístico nessa definição, a análise do discurso demorou muitos anos para iniciar o trabalho com outras materialidades diferentes da língua.

O que pode se afirmar sobre a relação entre a linguagem verbal e outras formas de linguagem a partir de uma perspectiva discursiva?

- a) A linguagem verbal é uma tradução das outras formas de linguagem.
- b) A linguagem verbal é complementar às outras formas de linguagem.
- c) Outras formas de linguagem não são necessariamente uma tradução da linguagem verbal.
- d) Outras formas de linguagem não significam diferentemente da linguagem verbal.
- e) A linguagem imagética é uma tradução da linguagem verbal.

2. O conceito de composição é muito importante para a área da análise do discurso. Pensando na aplicação desse conceito em uma área profissional como a do jornalismo, por exemplo, quais são as implicações possíveis de se trabalhar com o conceito de composição?

- I. Deixar de considerar o trabalho entre diferentes profissionais como trabalhos complementares.
- II. Responsabilizar o repórter fotográfico não só pela imagem, mas também pelo texto em que ela se insere.
- III. Levar em consideração o funcionamento da contradição entre as materialidades no texto.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

3. Quais diferenças podem ser elencadas entre a produção da autoria no século XIX e XXI?

- I. O uso de novas tecnologias, pois favoreceu a composição de distintas materialidades significantes.
- II. O uso de novas tecnologias, pois permitiu o trabalho de composição de diferentes lugares sociais.
- III. No século XIX, não existia contradição na produção textual, como existe no século XXI.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

- ADORNO, Guilherme. **Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs**. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000961603>. Acesso em: 6 fev. 2019.
- DANYCALIGULA. **Athéisme et religion - 10 – Doxa**. Publicado em 28 dez. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s6_1TKpc7U. Acesso em: 6 fev. 2019.
- DANYCALIGULA. **Être libre et penser par soi-même - 01 – Doxa**. Publicado em 23 fev. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o5kfV5el3Bw>. Acesso em: 6 fev. 2019.
- FEDATTO, Carolina. Formação discursiva. In: **LAS**. Enciclopédia virtual da Análise do Discurso. Disponível em: <http://ufftube.uff.br/video/O1YWSRH94OMY/Forma%C3%A7%C3%A3o-discursiva--Carolina-Fedatto>. Acesso em: 6 fev. 2019.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Estética**: literatura e pintura; música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e Escritos)
- GALLO, Solange Leda. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 1, n. 2, jan./jun. 2001. p. 1-3. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/download/172/186. Acesso em: 6 fev. 2019.
- GALLO, Solange Leda. **Como o texto se produz**: uma perspectiva discursiva. Blumenau, SC: Nova Letra, 2008.
- GALLO, Solange Leda. **Discurso da Escrita e Ensino**. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- GALLO, Solange Leda. Novas fronteiras para a autoria. **Organon**, Porto Alegre, v. 27, n. 53, p. 1-8, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/35724>. Acesso em: 6 fev. 2019.
- INDURSKY, Freda. Formação discursiva. In: **LAS**. Enciclopédia virtual da Análise do Discurso. Disponível em: <http://ufftube.uff.br/video/R2D8BK79D652/Forma%C3%A7%C3%A3o-discursiva-1--Freda-Indursky>. Acesso em: 6 fev. 2019.
- INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.
- LAGAZZI, Suzy. A autoria no enlace equívoco das posições de sujeito. **Reflexão e Ação**, v. 23, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5872>. Acesso em: 6 fev. 2019.
- LAGAZZI, Suzy. Análise de Discurso: a materialidade significante na história. In: DI REZO, Ana; MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da; OLIVEIRA, Tania Pitombo de. (orgs.). **Linguagem, História e Memória**: discursos em movimento. Campinas: Pontes, 2011.
- LAGAZZI, Suzy. O recorte significante da memória. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (orgs.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.
- LAGAZZI, Suzy. Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco. In: FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange (orgs.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015. p. 177-189.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Pontos de parada na discursividade social: alternância e janelas. *In*: MORELLO, Rôsangela (org.). **Giros na cidade**: saber urbano e linguagem. Campinas: LABEURB/NUDECRI-UNICAMP, 2004.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. *In*: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

MARTINEZ, R. Me descobri negra aos 67 anos: uma crônica sobre identidade. **Diário do Litoral**, Santos, 22 out. 2018. Seção Cotidiano. Disponível em: <http://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/me-descobri-negra-aos-67-anos/118579/>. Acesso em: 6 fev. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Efeitos do verbal sobre o não verbal. **Rua**, Campinas: Labeurb, v. 1, n. 1, p. 35-47, 1995. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638914/6517>. Acesso em: 6 fev. 2019.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

PFEIFFER, C.C. **Que autor é este?** 1995. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística e Estudos da Linguagem, 1995. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270699>. Acesso em: 6 fev. 2019.

PIMENTEL, Renata Marcelle Lara. **Versões de um ritual de linguagem telejornalístico**. 2008. Tese (Doutorado) - Departamento de Linguística e Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269207/1/Pimentel_RenataMarcelleLara_D.pdf. Acesso em: 6 fev. 2019.

VANINI, E. Após 130 anos da abolição, mulheres quilombolas se colocam à frente da luta por direitos. **O Globo**, 13 maio 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/gente/apos-130-anos-da-abolicao-mulheres-quilombolas-se-colocam-frente-da-luta-por-direitos-22669863>. Acesso em: 6 fev. 2019.

Unidade 4

Processos de identificação em contradição

Convite ao estudo

Seja nas discussões em sala de aula, seja nas questões propostas nesta disciplina, você viu várias situações que mostram que a relação termo a termo entre linguagem, pensamento e mundo não funciona. Ou seja: as palavras não são como rótulos grudados nas coisas, determinando um único (e verdadeiro) sentido. Se só houvesse um sentido possível, todos os jornais noticiariam o mesmo fato do mesmo modo, não haveria questões polêmicas, os adultos e as crianças conseguiriam compreender um ao outro perfeitamente, enfim, seria “só” achar o jeito “certo” e pronto: tudo estaria esclarecido!

Os profissionais que lidam com a linguagem e com a comunicação, por exemplo, seriam desnecessários, pois apenas seria necessário conhecer a gramática para escrever textos informativos ou a didática para dar uma aula. Mas percebemos que isso é impossível. O mundo não é tingido de tons limitados: as cores se misturam e vão produzindo novas (e outras) nuances, novos modos de enxergar a vida. Esse reconhecimento sustenta os princípios da Análise de Discurso, e é aí que reside o que ela tem de mais interessante: lida com um mundo menos conhecido, mais instigante, mais desafiador.

Nesta unidade, vamos avançar na compreensão dos mecanismos discursivos para você entender melhor os processos de significação e ter uma atuação profissional no futuro típica de quem consegue se relacionar de modo menos ingênuo (mais crítico) com a linguagem.

Para tratar dessas questões, trabalharemos com o seguinte contexto de aprendizagem. Imagine que você é professor e ministra uma disciplina que trata de temas contemporâneos e polêmicos da sociedade brasileira, oferecida para diferentes cursos de graduação. Um dos fatos recorrentemente abordados pela mídia é a reintegração de posse de imóveis que tinham sido ocupados por movimentos que lutam por moradia. Considerando, então, que essa é uma questão que está em destaque atualmente, você propõe aos alunos a leitura de uma reportagem sobre o tema para realizar um debate a respeito na sala de aula.

Para que você possa resolver as problematizações desse contexto de aprendizagem, veremos na Seção 4.1 (Leitura, identificação e ideologia)

que ideologia **não** é distorção da realidade, mas sim conjuntos de práticas materiais que produzem o efeito de evidência. O sujeito pode se identificar com diferentes ideologias, porém o seu posicionamento se dá sempre a partir das memórias disponíveis, diferentes espaços de dizer que provocam embates entre o mesmo e o diferente, como veremos na Seção 4.2 (Memória e interdiscurso). Essa relação é atravessada por diferentes determinações, e é constitutivamente equívoca, como veremos na Seção 4.3 (Contradições no social). Vamos lá?

Leitura, identificação e ideologia

Diálogo aberto

Nesta seção, pretendemos desembaraçar os significados de ações como escutar, compreender e concordar! É comum o imaginário que trata esses gestos como se fossem sinônimos. Não é à toa que, muitas vezes, ouvimos enunciados como “Você não me escuta! Já falei mil vezes e você não escuta!” para se referir à recusa de alguém em concordar com o ponto de vista enunciado pelo outro, e não necessariamente para se referir ao fato de o interlocutor não ter efetivamente escutado (fisicamente) o que foi dito pelo locutor. Mas eles não significam a mesma coisa. Escutar tem a ver com permitir que alguém ocupe um espaço de enunciação e atente para o que se tenha a dizer. Compreender é saber que mais de um sentido é possível, pois há sempre mais de um ponto de vista sobre um mesmo fato. Concordar vai além e se refere à consonância de pontos de vista. É justamente nessa diferença que está a base de tudo o que já vimos até agora, e é por essa via que incursionamos para desenvolver esta seção. Vamos em frente?

No contexto de aprendizagem desta unidade, você foi desafiado a se colocar no lugar de um professor universitário que ministra uma disciplina sobre fatos contemporâneos e polêmicos da sociedade brasileira e que deverá propor um debate em sala de aula sobre a questão das ocupações de imóveis vazios por movimentos de luta por moradia. Para iniciar essa discussão, você propõe a leitura do seguinte excerto, extraído de uma reportagem:

“A chegada

Era perto das 23 horas do dia 1º de setembro quando ônibus entraram em um terreno de 72.000 metros quadrados – suficiente para abrigar dez campos oficiais de futebol – que a construtora MZM mantém em São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo. Militantes do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) desceram dos veículos e se apressaram em levantar dezenas de barracas no local. Em poucos dias, o assentamento, encravado em um bairro de **classe média e média alta**, entre a fábrica da Scania e a via Anchieta e a menos de 3 quilômetros da prefeitura, se tornaria uma das maiores **invasões** já feitas na história do **grupo**.

[...]

Os invasores

Batizado de “**Ocupação** Povo sem Medo”, o **assentamento** de São Bernardo do Campo foi constituído por **militantes** de outras **invasões** mantidas pelo MTST. Pessoas que **habitavam** outros terrenos foram escolhidas por meio de assembleias para formar as primeiras barracas na **propriedade da construtora** MZM. O crescimento exponencial se deu a partir do dia 7 de setembro, quando os **militantes** aproveitaram o feriado para organizar uma força-tarefa e erguer tendas – mesmo que, naquele momento, não houvesse pessoas destinadas a elas.

(GHIROTTI, [s. d.] [grifo nosso])

Logo que você finaliza a leitura, um aluno levanta a mão e faz a seguinte pergunta: “Professor, qual é o jeito certo de falar, *ocupação* ou *invasão*? É que eu sempre ouço *invasão*, no texto fala *invasão*, mas eu sempre ouvi dizer que o certo é falar *ocupação*. Qual é o certo? Ou tanto faz?”. E, então? Como você pode responder a esse questionamento? Que conceitos da Análise do Discurso você pode mobilizar para isso? Para resolver esta situação-problema, vamos aprofundar nosso conhecimento sobre a Análise do Discurso.

Não pode faltar

Afirmamos logo de início algo um pouco diferente do que geralmente se costuma pensar: “a ideologia não é **ocultação**, ela é **produção de evidências**” (ORLANDI, 2008, p. 104 [grifo nosso]). Ao longo desta seção, vai ficar mais claro para você o que isso significa.

Você se lembra sobre o que falamos do filme *As aventuras de Azur e Asmar* ou da mulher/manifestante que pensou que a bandeira do Japão no Congresso era um símbolo comunista, ou ainda da modelo que pretendia recriar campanhas publicitárias? O que faz com que, por exemplo, a pessoa tenha certeza de que olhos azuis geram mau-olhado, uma imagem vermelha alude ao comunismo, substituir “modelos brancas” por “modelos negras” desloca a questão racial? Independentemente de que certeza se tenha (se olho azul é um problema ou não, etc.), o que faz com que ela exista? Ou seja, como ela é constituída?

Quando enunciamos algo, nosso dizer se inscreve em determinada região do interdiscurso e, assim, o significado é produzido, o dizer faz sentido. E é efeito do interdiscurso a ilusão de que o que dizemos só pode ser aquilo que entendemos: depois que o sentido é constituído, apaga-se a possibilidade de novos e outros sentidos, é como se só aquele existisse. Pois bem. Sabemos

que esse efeito não é obra do acaso, muito menos magia, então, como ele é produzido? Por que achamos que os significados (que interpretamos) são evidentes? Dizemos: pelo trabalho da ideologia! E ela não tem nada a ver com o que geralmente se pensa: ideologia não é distorção da realidade, não é algo que ocultaria a verdade. Mas vamos com calma. É preciso alguns passos para que se chegue ao entendimento do conceito: são muito fortes os imaginários (equivocados) em relação a ele. Adiantamos: é tão importante, que não haveria Análise de Discurso sem que fosse (re)definido.



Pesquise mais

Michel Pêcheux escreveu um artigo, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, que é fundamental na Análise de Discurso: *Observações para uma teoria geral das Ideologias*. Esse texto é basal na área, ele tem uma relação fundamental com a constituição da teoria do discurso. Não é um texto simples: sua leitura é desafiadora! Carolina Rodríguez Alcalá (uma das tradutoras da versão em português) escreveu um artigo muito interessante sobre ele. Seguem as referências:

HERBERT, Thomas [PÊCHEUX, Michel]. Observações para uma teoria geral das ideologias. Tradução de Carolina Rodríguez-Alcalá, Eni Orlandi e José Horta Nunes. **Rua**, Campinas, v. 1, p. 63-89, 1995.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Em torno de observações para uma teoria geral das ideologias, de Thomas Herbert. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, jun./2005.

Vejamos o que Orlandi (2008, p. 104) diz sobre ideologia:

“O que aparece ao sujeito como sua definição mais interna e essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso a sua ilusão de autonomia ideologicamente constituída. Quanto mais certezas, menos possibilidade de falhas: não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona: [...] não é em ‘x’ que está a ideologia, é no mecanismo (imaginário) de produzir ‘x’, sendo ‘x’ um objeto simbólico. Isso tudo derivando do fato de que não há sentido se a língua não se inscrever na história.



Exemplificando

Leia o trecho a seguir:

“Diretora: E não falo de Berlim. Até no campo, em Greveneck. 3° ano primário. Ouçam este problema. Ainda me lembro porque me impressionou. Problema: ‘um louco custa ao Estado quatro marcos por dia. Um aleijado, quatro marcos e meio. Um epilético, três marcos e meio. A média é de quatro marcos ao dia, e os pacientes são 300 mil. Quanto economizaríamos se essa gente fosse eliminada, suprimida?

Dora: Meu Deus, não é possível!

Diretora: Eu tive a mesma reação, Dora. Meu Deus, não é possível para uma criança de sete anos resolver isso. O cálculo é complexo. Frações, porcentuais, é preciso conhecer um mínimo de álgebra. Um problema de colégio, para nós.

Rodolfo: Não, é só uma multiplicação. Quantos aleijados são? 300 mil?

Diretora: Sim.

Rodolfo: 300 mil vezes quatro. Matando todos economizaremos um milhão e 200 mil marcos ao dia. Fácil, não?

Diretora: Exato. Muito bem. Mas você já é grande. Na Alemanha perguntam isso a crianças de sete anos. É outra raça mesmo”.

MEGID, Cristiane Maria; CAPELLANI, Ana Paula. Mas... o que não é possível? – Efeitos das posições dos sujeitos em A vida é bela. In: BOLOGNINI, Carmen Zink. **O cinema na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2007. p. 31.

Como é possível perceber, nem mesmo um problema de matemática é neutro. Para fazer sentido, há inevitavelmente uma filiação ideológica, sempre. Nesse caso, os dizeres da diretora e de Rodolfo se filiam à ideologia nazista, e é nesse lugar que ocupam que os sentidos são produzidos, ou seja, que o enunciado “não é possível” é significado. Dora é interpelada por outra ideologia, ela não se identifica com o lugar ocupado pela diretora e por Rodolfo. Por isso, o mesmo dizer é entendido de modos diferentes.

Essas posições são constituídas sócio-historicamente e seus espaços variam conforme o contexto. Por exemplo: se no passado a interpretação da diretora e de Rodolfo era “normal”, atualmente não é mais. Por quê? Justamente porque as condições políticas, históricas e sociais são outras, há uma interdição a enunciações nazistas (ao menos, as de modo evidente).

Na Análise de Discurso, a questão não é julgar os significados para julgar o que seria certo e o que seria errado. Você já deve ter percebido que o ponto é outro: compreender o funcionamento discursivo. O ponto não é o que se diz, mas como se diz. É assim que identificamos aspectos políticos, históricos e sociais que configuram a sociedade. Não devemos nos perguntar se o que se diz é certo ou errado, mas sim como determinados sentidos “colam” em vez de outros, também possíveis. Tomando como exemplo a cena do filme *A vida é bela*, discutida no item Exemplificando: em vez de julgar quem tem razão (diretora/Rodolfo ou Dora), deve-se identificar as diferentes posições (e, com isto, temos um índice de discursividades em circulação em determinada organização social, em determinado momento histórico) e compreender como os sentidos são produzidos.

E temos um ótimo exemplo que mostra como as palavras não são rótulos grudados nas coisas, não há uma relação termo a termo entre linguagem, pensamento e mundo: na Alemanha nazista, alguém se posicionar favoravelmente à morte de pessoas para economizar dinheiro dos cofres públicos era trivial a ponto de ser dito tranquilamente em um jantar entre família e amigos. Hoje, seria improvável: se alguém dissesse isso explicitamente, no mínimo causaria um choque, não passaria incólume de jeito nenhum. Percebe como houve mudanças históricas significativas? Ou seja: sentidos produzidos em um contexto podem ser interditados em outro(s). Isso ocorre porque:

“**A ideologia é um ritual com falhas** e, como dissemos, a língua não funciona fechada sobre si mesma, ela abre para o equívoco. Por seu lado, a história é história porque os fatos reclamam sentidos (P. Henry, 1994) face a um sujeito que está condenado a interpretar (a significar). Na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento, e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites. (ORLANDI, 2008, p. 103 [grifo nosso])

E como isso acontece, como a ideologia funciona? Vejamos. Para dizer, o sujeito se submete à língua. Sem isso, não tem como se subjetivar. Nesse processo de subjetivação (que é inconsciente), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. É importante destacar a articulação entre inconsciente e ideologia: parece-nos que certos sentidos são evidentes (e únicos), mas isso é um efeito dessa relação.



Assimile

A Análise de Discurso “ressignifica as noções de ideologia e inconsciente, que são pensadas como materialmente ligadas, pela língua” (ORLANDI, 2008, p. 102).

“[...] a língua só é relativamente autônoma, o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si. Os fatos são sujeitos à interpretação e à língua na medida em que é susceptível ao equívoco, ao deslize, à falha, faz lugar para a interpretação. **A ideologia não é um ‘defeito’** dos que não têm consciência, ela **é uma necessidade da relação dos sujeitos com os sentidos, do mundo com a linguagem.** Pelo mecanismo ideológico, aquilo que é constitutivo aparece como já-lá, como já dito.” (ORLANDI, 1998, p. 17 [grifo nosso])

Não escolhemos os significados dos dizeres: eles resultam de processos políticos, históricos e sociais. O que ocorre é que nos identificamos com certos sentidos (disponíveis socialmente) e não com outros, também possíveis (ou mesmo existentes).

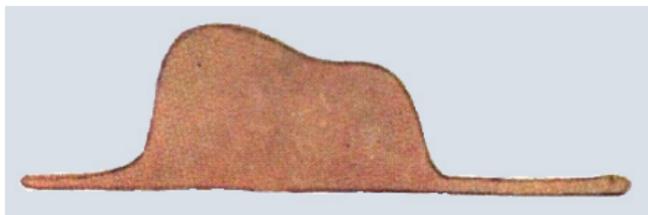


Exemplificando

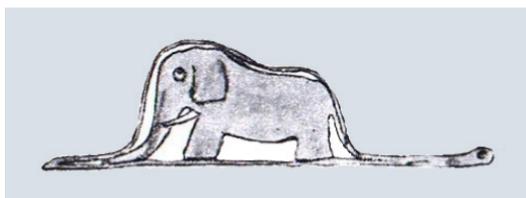
Para que você entenda melhor esse ponto, vamos retomar um exemplo:



“Certa vez, quando tinha seis anos, vi num livro sobre a Floresta Virgem, Histórias vividas, uma impressionante gravura. Ela representava uma jiboia engolindo um animal. Eis a cópia do desenho. Dizia o livro: ‘As jiboias engolem, sem mastigar, a presa inteira. Em seguida, não podem mover-se e dormem os seis meses da digestão’. Refleti muito sobre as aventuras da selva e fiz, com lápis de cor, o meu primeiro desenho. O meu desenho número 1. Ele era assim:



Mostrei minha obra-prima às pessoas grandes e perguntei se o meu desenho lhes dava medo. Responderam-me: ‘Por que um chapéu daria medo?’. Meu desenho não representava um chapéu. Representava uma jiboia digerindo um elefante. Desenhei então o interior da jiboia, a fim de que as pessoas grandes pudessem entender melhor. Elas têm sempre necessidade de explicações detalhadas. Meu desenho número 2 era assim:



As pessoas grandes aconselharam-me a deixar de lado os desenhos de jiboias abertas ou fechadas e dedicar-me de preferência à geografia, à história, à matemática, à gramática. Foi assim que abandonei, aos seis anos, uma promissora carreira de pintor. Fora desencorajado pelo insucesso do meu desenho número 1 e do meu desenho número 2. As pessoas grandes não compreendem nada sozinhas, e é cansativo, para as crianças, ficar toda hora explicando...”

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O pequeno príncipe**: com aquarelas do autor. Tradução de Dom Marcos Barbosa. 48. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2009. p. 7-8.

Quando falamos em ideologia, não estamos dizendo que ela se restringe a questões evidentemente políticas (como discussões que envolvam capitalismo e socialismo/comunismo, diferenças entre programas de partidos políticos, políticas públicas, etc.): ela está presente em todos os processos de significação, independentemente do assunto em questão, do dizer a ser significado. “Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”, ensina Orlandi (1998, p. 17).



Refleta

Talvez você estranhe: se não é uma questão de julgar o que é certo/errado, tudo bem se o adulto impuser seu ponto de vista, sem perceber que também existem outros (o do menino, inclusive)? Ou tudo bem aceitar que alguém ache uma boa ideia deixar pessoas morrerem para que o Estado não tenha que gastar dinheiro com elas como no exemplo extraído do filme *A vida é bela*?

Estamos em outro momento delicado da teoria do discurso: precisamos prestar muita atenção em dois conceitos fundamentais: identificação e interpelação. Nas próximas seções discutiremos noções que farão você entender melhor a identificação tal como é teorizada discursivamente (principalmente quando tratarmos das formações discursivas), mas basicamente ela tem a ver com a aderência a determinados sentidos: nós nos sentimos, digamos, “atraídos” por certos significados. Por exemplo, o menino olha o desenho e identifica uma cobra que engoliu um elefante no desenho, já o adulto identifica o formato de um chapéu. Ambas são interpretações possíveis em uma organização social em que há cobras, elefantes e chapéus disponíveis.

Partindo de Pêcheux (2009 [1975]), Orlandi (2010, p. 3-4) explica o processo de subjetivação. Ele se desdobra em dois movimentos que, embora distintos, são inseparáveis: em “um primeiro movimento [...] temos a interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito histórica”. Não vamos nos aprofundar muito nesse ponto, mas, antes de avançarmos para o segundo momento do processo de subjetivação, vamos falar rapidamente sobre as formas-sujeito históricas. São duas: medieval (sujeito religioso) e capitalista (sujeito jurídico). “No caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma [é a] de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e aos outros homens” (ORLANDI, 2008, p. 107).



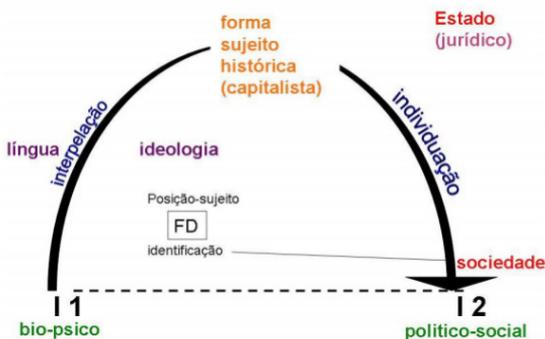
Pesquise mais

Claudine Haroche explica como se deu a passagem do sujeito religioso para o sujeito jurídico. É uma leitura indicada para quem quiser se aprofundar no assunto. Se estiver interessado, veja:

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

Continuando: “em seguida, com esta forma-sujeito histórica já constituída, dá-se, então, o que considero como processo de individuação do sujeito. A noção de sujeito individuado não é psicológica, mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política” (ORLANDI, 2008, p. 107).

Figura 4.1 | Processo de individuação do sujeito



Fonte: Orlandi (2010, p. 5).

A compreensão desse processo – que envolve tudo o que já foi discutido, os conceitos ressignificados, as possibilidades de análises empreendidas – constitui um valioso dispositivo de leitura capaz de fazer com que você lide com o conhecimento sabendo que não há neutralidade: estamos comprometidos com os sentidos, a entrada no simbólico é incontornável e permanente. Com isso, você terá condições de tomar decisões, formular questões, posicionar-se diante daquilo que o afeta, problematizando modos de leitura/ interpretação. Sabendo que a linguagem é sujeita a equívocos, ambiguidade, incompletude, etc., sua reflexão poderá alcançar múltiplos sentidos e, assim, evitar relatar algo já dado, já cristalizado: abrir-se para o novo, explorar outros pontos de vista e, por fim, assumir com maturidade uma posição.

Sem medo de errar

Você pode iniciar sua resposta questionando os demais alunos se eles acham que significa a mesma coisa usar a palavra *ocupação* ou a palavra *invasão* para designar os assentamentos de grupos de sem teto. De acordo com as respostas dadas, você poderia guiar a discussão de diferentes formas, mas o importante é que você desenvolva algo similar ao que desenvolvemos a seguir.

Inicialmente, pode-se pensar que o fato de haver duas palavras diferentes para designar um mesmo fenômeno demonstra que a relação língua-mundo não funciona como uma relação termo a termo, como se para cada objeto ou fenômeno do mundo houvesse uma única etiqueta, pois, se assim fosse, teríamos apenas uma palavra para designar esse fenômeno, certo? Nesse sentido, temos uma pista de que as duas palavras, apesar de designarem a mesma coisa, o fazem de forma diferente. Lembrando que o dispositivo teórico da Análise do Discurso se pergunta não pelo **o que é dito**, mas sim por **como é dito**, podemos, então, pensar sobre como funcionam as duas palavras no discurso, ou seja, sobre o seu funcionamento discursivo.

Considerando que, de acordo com a Análise do Discurso, todo dizer se inscreve numa região do interdiscurso, podemos pensar que essa relação língua-mundo-sujeito é atravessada pela ideologia, uma vez que o sujeito só se torna sujeito pelo trabalho da ideologia. Assim, quando o locutor opta pelo uso de uma ou outra palavra, ele se filia a uma ideologia e não a outra e, nesse movimento, o sentido é produzido. Sendo assim, como podemos pensar o funcionamento das duas palavras?

As duas palavras designam o ato de tomar posse de um lugar, no entanto, a palavra *invasão* tem uma conotação negativa, enquanto a palavra *ocupação* não. Por exemplo, um político eleito ocupa um lugar de deputado, e isso está dentro do que se espera do processo eleitoral brasileiro, agora, se ele simplesmente entrasse no Congresso, ocupasse uma cadeira e dissesse “agora eu sou deputado”, certamente ele seria retirado do local e preso, pois ele não teria o “direito” de estar ali nessa posição e invadir o congresso. Consegue perceber a diferença? Ela passa pela questão de ter direito ou infringi-lo: **invadir** pressupõe a tomada de **posse indevida** de um espaço que, por direito, pertence ao outro, sendo, assim, uma infração; já **ocupar** não necessariamente é uma infração, pois pode ser que aquele que toma posse de um espaço **possa ter direito** a ele.

Assim, quando a Revista *Veja* opta por usar as palavras *invasores*, *invasão* e *invasões* no excerto que foi lido, ela se filia à ideologia que defende que o Estado garanta o direito da propriedade individual, independentemente do uso que se faz dela; afinal, alguém pagou por um pedaço de terra na cidade e o possui. Nesse sentido, a revista percebe o assentamento como uma ocupação ilegal, uma infração, uma invasão. O único momento em que se usa a palavra *ocupação* é quando aparece o dizer do grupo de sem teto, que nomeou o assentamento de “Ocupação Povo sem Medo”. Assim, o grupo de sem teto se filia a uma região do interdiscurso diferente da Revista *Veja*: para o grupo, o Estado deve garantir o direito à moradia (assegurado pela Declaração dos Direitos Humanos) considerando o critério do uso social da propriedade e, portanto, aqueles que não têm moradia e não têm condições

materiais de adquirir uma propriedade teriam direito a propriedades que não cumpram sua função social, sendo a ocupação uma forma de ação política para pressionar o Estado.

Portanto, voltando à questão inicial, depois de analisar o funcionamento discursivo das duas palavras em uma reportagem jornalística, você poderia responder que não há certo e errado, ambas as palavras podem ser usadas. O que determinará essa escolha é a filiação ideológica do sujeito que enuncia. Isso nos leva a um ponto afirmado logo no início da seção: o de que a ideologia não oculta, mas sim evidencia sentidos e, principalmente, desmistifica a ideia de que a imprensa deve ser neutra, pois isso é simplesmente impossível. Sempre que alguém enuncia, o faz de algum lugar, a partir de uma região específica do interdiscurso.

Avançando na prática

(Re)criar, (re)produzir, (re)significar

Descrição da situação-problema

Vamos discutir a seguinte reportagem:

Modelo negra recria ensaios para mostrar falta de representatividade no mundo da moda



A modelo Deddeh Howard, natural da Libéria, mas moradora de Los Angeles (EUA), desenvolveu um projeto chamado *Black Mirror* (Espelho Negro) em que recria campanhas de marcas famosas para mostrar a falta de representatividade na indústria da moda. “A visibilidade nos comerciais

e outdoors é tão importante quanto a eleição do primeiro presidente negro. A próxima geração só pode se inspirar e alcançar as estrelas se acreditar que pode fazer isso. Por esse motivo a diversidade em campanhas publicitárias tem muito mais importância do que você pode pensar”, escreveu a modelo em seu site.



(Fonte: MODELO negra recria ensaios para mostrar falta de representatividade no mundo da moda. Rede TV, 7 dez. 2016)

Após a leitura da notícia e das imagens, reflita: a proposta da “modelo negra” rompe com a ideologia racial?

Resolução da situação-problema

A proposta é bem interessante e parece estar rompendo com uma lógica discriminatória: a “modelo negra” coloca-se no lugar de “modelos brancas” e mostra que é capaz de fazer um bom trabalho. O problema é: a “nova” proposta se baseia na mudança apenas da cor da pele, reforçando (em vez de recusar) a ideia de que ela determina todo o processo identitário. E os outros atributos que caracterizam as pessoas? Por exemplo: todos os outros traços físicos (como nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, formato do corpo, etc.), gestos e movimentos são mantidos tal qual a imagem que a modelo pretende questionar. A proposta não rompe com um padrão de beleza idealizado, nem com seu fundamento (o apagamento das diferenças, de diferentes tipos de beleza): apenas substitui um de seus traços. Muito significativo historicamente, mas não o suficiente para bastar por si só: os processos identitários

articulam diferentes aspectos, e o preconceito funciona justamente tomando apenas um elemento como determinante e apagando os demais.

Recriar implica um trabalho de transformação-deslocamento dos sentidos produzidos. O que há aqui é um trabalho de reprodução de imaginários vigentes, embora o objetivo seja recusá-los. O trabalho da ideologia é tão forte nessas questões tratadas como raciais, que é muito difícil romper: muitas vezes, o que ocorre é que ela continua significando dizeres.

Notemos, por exemplo: uma das marcas do racismo é a necessidade de qualificar a pessoa como negra, para marcar a inclusão da cor da pele no processo de subjetivação. Por exemplo: se uma pessoa é, digamos, não negra (branca, ruiva, japonesa, etc.), nos referimos a ela conforme a posição social que ocupa: mulher/homem, mãe/pai, advogado(a), menino(a), professor(a), etc. Quando ela tem a pele escura, esse lugar vem associado a sua cor: mulher/homem negra(o), mãe/pai negra(o), advogado(a) negra(o), menino(a) negra(o), professor(a) negra(o), etc. E, assim, o biológico (cor da pele) funciona como um *continuum* com o social. Mais: como percebe Fanon (2008), historicamente o homem negro é reconhecido primeiro como negro; depois, como homem.

Esse é o problema. Além de se colocar nesse mesmo lugar (“modelo negra”), veja: isso é a primeira coisa a ser marcada (repare no título). Na sequência, uma imagem (para “provar” empiricamente seu ponto). Só depois disso é que vem seu nome próprio (Deddeh Howard), que é o que a individualiza na sociedade. O debate é muito amplo e muito frequentemente são reproduzidos imaginários ideologicamente estabilizados, ainda que a intenção seja romper com eles. Levantamos aqui apenas alguns pontos. O que mais você consegue perceber, seja nesta proposta, seja em outras discussões, sobre o racismo?

Faça valer a pena

1. Analise os seguintes títulos de artigos:

- I. “Abolicionistas no senado” (**A Província de São Paulo**, 08/10/1880).
- II. “Eles sabiam de tudo” (Capa da **Revista Veja**, Especial Eleições, 23/10/2014).
- III. “Pesquisa mostra o quanto de filmes inspirados em fatos reais é verdade” (**Folha de S. Paulo**, 23/12/2016).

Em qual(is) manchete(s) ocorre articulação entre ideologia e funcionamento no processo de significação?

Assinale a alternativa que responde corretamente à questão acima:

- a) Apenas na manchete I.
- b) Apenas na manchete II.
- c) Apenas na manchete III.
- d) Apenas nas manchetes I e II.
- e) Nas manchetes I, II e III.

2. Recentemente tem causado muitas discussões acaloradas uma entrevista que Bernardo Bertolucci teria dado em 2013, em que teria admitido que a cena de estupro do filme *O último tango em Paris* não teria sido consensual, a atriz não teria sido incluída na decisão de fazê-la. Se buscarmos na internet por palavras-chave *estupro, tango, Paris*, encontraremos várias notícias divulgadas, inclusive, em grandes veículos da mídia. Pensando nisso, analise as seguintes afirmações:

- I. O fato de essa entrevista ter sido realizada em 2013 e ser lembrada anos depois, gerando agora enorme repercussão, tem a ver com mudanças históricas na sociedade.
- II. Toda essa discussão é ótima, porque faz com que a mulher tenha mais voz na sociedade.
- III. Toda essa discussão, no real dos sentidos, mantém o mesmo problema que a gerou: a mulher ser tratada como objeto de discurso (ela é falada, é tema de discussões) e não como sujeito (que ocupa uma posição de enunciação, ou seja, em que possa colocar o que tem a dizer).

Assinale a alternativa que apresenta apenas a(s) afirmação(ões) correta(s):

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

3. “A especificidade desse campo de conhecimento [a Análise de Discurso] está em considerar a língua na sociedade e na história, fazendo intervir a ideologia. Por quê? Porque não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. O discursivo é então concebido como processo social, cuja especificidade está em que sua materialidade é linguística. Assim, o objeto a propósito do qual a análise de discurso produz seu resultado não é um objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto: os processos discursivos são a fonte dos efeitos de sentidos e a língua é o lugar material em que esses efeitos se realizam.” (ORLANDI, 1998, p. 17 [grifo nosso])

Dentre as alternativas a seguir, em qual aparecem conceitos próprios da Análise de Discurso?

Assinale a alternativa que responde corretamente à questão acima:

- a) Ideologia, identificação, interpelação.
- b) Juízo de valor, empirismo, conteudismo.
- c) Ideologia, verdade, realidade da vida.
- d) Língua, linguagem, defeitos.
- e) Ambiguidade, desonestidade, discurso.

Memória e interdiscurso

Diálogo aberto

Você já parou para pensar que a circulação dos discursos também produz seus efeitos? Já havia percebido que não se trata simplesmente de disponibilizar informações para os leitores e, sim, de um processo de mão dupla no qual ao mesmo tempo em que os dizeres afetam os leitores, também são afetados por eles? Ou seja: publicar um texto não implica simplesmente impor determinado ponto de vista ao leitor: o ponto de vista do leitor também interfere na produção de sentidos sobre o texto.

Isso nos permite pensar que o processo de leitura e interpretação de um texto não se assenta em “descobrir” o que o autor do texto quis dizer, mas em como o leitor interpreta o texto de acordo com as redes de sentidos a que se filia. Dessa forma, as pessoas interpretam de modos diferentes o mesmo dizer. Isso não significa que uma entendeu certo e outra, errado ou que uma esteja mentindo e a outra, falando a verdade. Na realidade, na teoria do discurso não se pensa em termos de certo e errado, mas sim em termos de identificação e contraidentificação. Pensando nisso, cabe considerar uma importante questão: a circulação dos discursos não se dá livremente, ela é determinada por aquilo que é possível dizer, ou seja, por uma memória de enunciações passadas, que muitas vezes foram esquecidas, mas permanecem no imaginário social, determinando os dizeres. Trata-se de uma memória discursiva, que, na AD, é chamada de interdiscurso.

Para compreender esses conceitos e visualizar como eles funcionam na prática, vamos retomar o contexto de aprendizagem desta unidade e apresentar a situação-problema desta seção. Nesta unidade, estamos trabalhando com o seguinte contexto: você é professor de redação que trata de temas contemporâneos e polêmicos da sociedade brasileira, oferecida para diferentes cursos de graduação. Diante da emergência de notícias sobre ocupação de imóveis, você decide trabalhar com o tema a partir de notícias e reportagens.

Continuando o debate em sala de aula sobre a ocupação de imóveis por movimentos de moradia, um aluno chama atenção para o seguinte ponto: “Mas, professor, eu não acho certo chamar de ocupação porque, como diz na matéria, o terreno tem um dono, que é uma construtora. E, já que tem um dono, é uma invasão. A própria revista trata o acontecimento como invasão e não ocupação. Além disso, a área fica numa área nobre da cidade, então é um terreno valorizado, deve ser caro, e aí a construtora não pode

construir nada e fica no prejuízo. É justo isso?”. De que forma você responderia às questões postas pelo aluno? Quais são os discursos que sustentam a fala desse aluno? São os mesmos que sustentam a publicação que foi lida na aula? O que permite a esse aluno e à revista ter tal posicionamento? Para resolver esta situação-problema, você pode trabalhar com o seguinte trecho da Constituição Brasileira de 1988:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, **garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade**, nos termos seguintes:

[...]

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

[...]

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo **ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes**. [...]

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

(BRASIL, 1988, [s.p.] [grifo nosso])

Para resolver esta situação, nesta seção, você verá que a memória é determinada pela ideologia que, ligada ao inconsciente, produz em nós a ilusão de que certos sentidos são evidentes. Vamos, então, percorrer uma das estradas do trajeto do dizer: que tal compreender como funciona a memória, quais são seus tipos, o que ela tem a ver com mecanismos de dominação/resistência?

Não pode faltar

Nesta seção, vamos tratar novamente do conceito de *memória*, uma das noções fundamentais da Análise de Discurso. Por isso, é impossível discutir a teoria do discurso sem que retomemos constantemente essa noção.

Até agora, já vimos – de muitos e diferentes modos – que o dizer se inscreve em determinado espaço do dizível (*memória*) para significar, para fazer sentido. Anteriormente, chegamos a discutir um pouco o conceito: falamos

i) da articulação entre *interdiscurso* (o já-dito) e o *intradiscurso* (o que se está dizendo);

ii) sobre o efeito do interdiscurso – “é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras” (ORLANDI, 2003, p. 34); e

iii) como a significância é construída no jogo entre memória (constituição) e atualidade (formulação).

Talvez isso tudo confunda um pouco você, afinal, o modo como trabalhamos o conceito de memória discursivamente é diferente do modo como estamos acostumados a entendê-la. Se você percebeu que a memória tem uma relação necessária com a interpretação (e com a ideologia, portanto), já tem uma ótima base.



Assimile

A memória – “ou **interdiscurso**, como definimos na análise de discurso – é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas **palavras façam sentido**. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer” (ORLANDI, 2007, p. 64 [grifo nosso]).

Vamos discutir aqui três pontos fundamentais:

- 1) o que é memória;
- 2) quais são os tipos de memória; e
- 3) o que os processos de dominação/resistência têm a ver com a memória.

“Sim, mas todo mundo sabe o que é memória”, você pode pensar. Ou ainda: “então quer dizer que está errado o que eu sempre entendi como memória?”. Dizer que vamos trabalhar esses três pontos dá margem para perguntas como essas, não é mesmo?



Pesquise mais

O **Papel da memória** é uma coletânea de quatro artigos que enfocam a memória sob diferentes aspectos. O livro é resultado de uma sessão temática realizada em Paris, na qual Pêcheux retoma os modos de tratar a memória expostos pelos colegas de mesa, situando esses modos na Análise de Discurso.

No livro também foi acrescentado o artigo *Maio de 1968: os silêncios da memória*, escrito por Eni Orlandi, em que a autora toma por objeto a relação entre memória e censura na ditadura do Brasil.

ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007.

Na verdade, não está errado o que você aprendeu sobre memória. No dicionário, uma das definições para o termo é “faculdade de reter e recordar impressões e acontecimentos adquiridos anteriormente” (MEMÓRIA, 2019). A ideia que você tem sobre o conceito é algo nesse sentido, certo? A questão é que este é apenas um dos significados para o termo. Considerando isso, talvez você esteja pensando: e por que a Análise de Discurso já não usa esse significado mesmo? Por que repensa o conceito e usa de outro jeito?

Como você já deve ter entendido, a teoria do discurso se ocupa de questões sociais significadas na materialidade linguística. Ou, melhor dizendo, da relação entre língua, sujeito e história. Pensamos as práticas linguageiras como determinadas pelo histórico, pelo social e pelo político. Então, essa concepção de memória como algo individual, de cada um, é incompatível com a proposta da Análise de Discurso: ora, se já questionamos a ideia do sujeito como fonte do dizer (lembra-se do “efeito Munchhausen?”), como poderíamos sustentar a teoria do discurso com uma noção de memória centrada no sujeito? Não seria estranho tratarmos o sujeito como se ele fosse um recipiente vazio em que se “despeja” lembranças que ele irá conservar? Assim, na Análise do Discurso, a memória (ou interdiscurso) é tratada como a base do dizível, ou seja, ela sustenta os dizeres possíveis em dada sociedade, em dado momento histórico. Além disso, o sujeito se filia a uma rede de sentidos, determinada pela ideologia e pelo inconsciente, o que irá afetá-lo no processo de interpretação de um texto.



Exemplificando

Confira o exemplo a seguir:

“Ao considerarmos, por exemplo, o termo **escravo**, temos hoje as seguintes palavras-entrada com o mesmo radical¹⁹⁰

escrava ● **escravagem** ● **escravagismo** ● **escravagista** ● **escravaria** **escrava-**
tura ● **escravidão** ● **escravismo** ● **escravista** **escravização** **escravizado** **es-**
cravizador ● **escravizante** **escravizar** ● **escravizável** **escravo** ● **escravocracia** **es-**
cravocrata ● **escravocrático**

Na primeira edição deste mesmo dicionário (1881), havia:

escrava • **escravagem** • **escravaria** • **escravatura**
escravidão • **escravizar** • escravo”

[...]

¹⁹⁰ Consultamos a versão digital do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, o iDicionário Aulete.

(JESUS, 2014, p. 116-117)

Consideramos o dicionário como um índice de discursividades, ou seja, nele aparece o que é dizível sobre algo em determinada sociedade, em determinado momento histórico. Na época da escravidão, não estava disponível socialmente uma memória que a significasse como resultado de relações (desiguais) de poder: é como se fosse algo natural, alguns nasceriam escravos e outros, senhores. Após séculos de lutas, discussões, consensos, dissensos, etc., essa rede de filiação de sentidos é “mexida” e outros modos de significar a escravidão passam a circular na sociedade.

O discurso é produzido a partir da articulação entre dois eixos: o vertical, que é o eixo da memória ou do **interdiscurso**, e o horizontal, que é o eixo da formulação do dizer ou do **intradiscurso**. A memória ou o interdiscurso constitui o conjunto de formulações já feitas que determinam as possibilidades de formulação. Porém, há uma particularidade importante: as formulações são feitas e, depois, esquecidas, dando a impressão de que o que dizemos fomos nós quem “inventamos”, ou seja, que somos “donos” de nossas palavras. Confuso? Então vamos visualizar a questão nas palavras de Orlandi (2006a, p. 21-22):

“[...] tomemos por exemplo a palavra ‘família’. Não sabemos nem dizer o número de vezes que a palavra família foi dita em diferentes circunstâncias no contexto histórico da cultura ocidental, por exemplo. A cada vez, ocorreu em condições de produção específicas que a fizeram significar de maneira particular. Pois bem, é todo esse conjunto de enunciações que constitui a memória da palavra família. Mas nós mesmos já esquecemos o como essa palavra significou em cada uma dessas enunciações. Por isso, quando dizemos família, essa palavra significa não apenas o que temos intenção de dizer, mas também pela memória de que ela está impregnada e que, muitas vezes, desconhecemos. Isso é mais um elemento que mostra que não temos o controle de como os sentidos se formam em nós, sujeitos. Assim, todo dizer se acompanha de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória. A esse conjunto de

enunciações já ditas e esquecidas e que são irrepresentáveis é que damos o nome de interdiscurso.

Mas e a memória que não esquecemos, ou seja, aquela composta por documentos que ficam disponíveis em instituições como bibliotecas e arquivos? Ela também é considerada na teoria do discurso? Sim. Ainda nas palavras de Eni Orlandi (2006a, p. 22): “distinguimos o interdiscurso do que chamamos memória institucionalizada que é aquela justamente que fica disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos. A ela temos acesso, basta para isso consultar os arquivos onde ela está representada”.



Pesquise mais

Em *Os arquivos nos Arquivos: “preservando” um(a) memória nacional*, Fabiane Teixeira de Jesus analisa a (in)disponibilidade de artigos de jornal publicados em mídias significativas e que circularam em um momento histórico crucial na sociedade brasileira, tratando de um dos temas que lhe é mais caro: a discussão da abolição da escravidão. Ela investiga o funcionamento do *arquivo* (conjunto de documentos significativos sobre a questão) em relação ao *Arquivo* (instituições responsáveis por eles). Vamos conferir?

JESUS, Fabiane Teixeira de. *Os arquivos nos Arquivos*. **Acesso Livre**, n. 3, jan.-jun./2015.

Além da memória discursiva (interdiscurso) e da memória institucional (arquivo), temos também a chamada memória metálica, que, de acordo com Orlandi, é:

“[...] produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem. A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade. (ORLANDI, 2006b, s.p.)

O circuito constituição/formulação/circulação afeta/é afetado por esses diferentes tipos de memória porque, independentemente do tipo, a memória tem uma relação necessária com a interpretação.



Pesquise mais

Para compreender melhor o conceito de **memória metálica**, acesse o verbete escrito pela pesquisadora da UNICAMP Cristiane Dias.

MEMÓRIA metálica. *In*: ENCICLOPÉDIA Discursiva da Cidade.

Considerando essa questão da memória que é apagada, o interdiscurso, quando o sujeito enuncia, você poderia se perguntar como é possível, então, diante desse apagamento da memória discursiva, que a gente escolha o que dizer. Nesse ponto, entra um construto importante da Análise do Discurso, que é o inconsciente. Na verdade, temos a ilusão de escolher dizer algo da forma *x* e não *y*, uma vez que não se trata de uma escolha consciente, mas sim de processos de identificação do inconsciente com os dizeres disponíveis em um dado contexto sócio-histórico, ideológico e enunciativo. Ou seja, na formulação do dizer, o sujeito é afetado, inconscientemente, por determinada memória e não outra, de acordo com os seus processos de identificação.

Nesse sentido, poderíamos pensar que estamos fadados a nos identificar com determinadas memórias e não outras, ou ainda com o interdiscurso determinado pela ideologia dominante, como se não houvesse possibilidade de mudança? Na verdade, não. Pêcheux (2009, p. 131) faz uma afirmação interessante: “a ideologia dominante não se torna dominante pela graça do céu...”. É comum a gente ouvir sobre dominantes e dominados, sobre luta, militância e resistência, e até nos indignamos, muitas vezes, com determinados efeitos dessa relação.

Para pensar sobre isso, recomendamos que dê uma olhada na terceira parte do livro *Semântica e discurso* (PÊCHEUX, 2009), chamada “Discurso e Ideologia(s)”. Pêcheux mostra que essas “categorias” são (re)significadas conforme o contexto (por exemplo: uma pessoa pode ser “dominante” em determinada situação e, em outra, ser “dominada”), e explica questões significativas sobre esse processo. Isso explica algumas funções sociais que o sujeito desempenha. Por exemplo, um homem pode ser o dominado na sua relação de empregado com o dono da empresa em que trabalha, no entanto, este mesmo homem pode exercer o papel de dominante na relação com a sua esposa, se ele a proibir, por exemplo, de trabalhar fora ou de usar roupas curtas e ela se sujeitar a essas proibições. Percebe, então, que as categorias dominante e dominado não são intrínsecas ao homem? Elas são, na verdade, determinadas pelo contexto sócio-histórico e ideológico.

Mas o que nos interessa agora é chamar sua atenção para esse ponto: há um processo que faz com que determinadas posições (dominantes/dominados, inteligentes/ignorantes, bonitos/feios, etc.) sejam constituídas e ocupadas. O sujeito não apenas “manda” ou “obedece”, simplesmente reproduzindo as relações de poder vigentes: ele também pode transformá-las, mas não como bem entender. Como disse Marx: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem a partir de elementos livremente escolhidos por eles, mas em circunstâncias que eles encontram imediatamente diante de si, dadas e herdadas do passado” (MARX, 1852 *apud* ALTHUSSER, 1978, p. 70). Da mesma forma, na teoria do discurso entendemos que “os homens fazem a história que é possível ser feita” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2006a, p. 90). Então, como se dá a resistência? Se há a possibilidade de fazermos história, como isso se daria?

“[...] em um primeiro movimento [...] temos a interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito-histórica. [...] Em seguida, com esta forma-sujeito histórica já constituída dá-se então o que considero como processo de individuação do sujeito. A noção de sujeito individualizado não é psicológica, mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política. (ORLANDI, 2008, p. 107)

É a partir da compreensão desse processo que pensamos “a questão do sujeito, da ideologia e [...] da resistência como algo que não se dá apenas pela disposição privilegiada de um sujeito que então poderia ser livre e só não é por falta de vontade... Ou, o que dá no mesmo, que, sem ideologia, seríamos felizes para sempre” (ORLANDI, 1999, p. 16).



Refleta

“Pode o sujeito, ao resistir aos processos de sua individuação, afetar a forma-histórica do sujeito e por aí chegar até mesmo a atingir seu modo de interpelação? Ou dito de maneira talvez menos indireta: como a reiteiração da resistência do sujeito ao Estado pode afetar a forma-sujeito histórica? Não estaria aí posta a questão da contradição na constituição do sujeito?” (p. 5).

Se essas questões também instigam você, vale a pena ver o que Orlandi diz sobre elas em:

ORLANDI, Eni. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005. *Anais...* Porto Alegre, 2005.

Faz parte do movimento de resistência o que Pêcheux (2009) chama de **identificação** e de **contraidentificação**: o sujeito pode se identificar com determinada posição (com isto, assume o discurso do “bom sujeito”: o *sujeito da enunciação* e o *sujeito universal* são superpostos) ou se *contraidentificar* com a formação discursiva imposta pelo interdiscurso (o que caracteriza o discurso do “mau sujeito”). Pêcheux mostra, porém, que nessas duas modalidades o interdiscurso continua a determinar a identificação do sujeito com uma formação discursiva; a *forma-sujeito* não sofre alterações. Ou seja, a resistência ideológica se constitui como *reversão* ou *rejeição*, e a mesma memória discursiva continua sendo atualizada (o filósofo fala também sobre uma terceira modalidade: a **desidentificação**, mas não vamos nos aprofundar nesse ponto agora).

Mais tarde, Pêcheux retoma suas reflexões sobre a questão da resistência. Ele nos mostra que pensar a “interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (2009, p. 277 [grifo do autor]). O filósofo, ao se referir ao lapso e ao ato falho, suspeita de uma “origem não detectável da resistência e da revolta” (PÊCHEUX, 2009, p. 278).

Ao pensar nas diferenças ideológicas que caracterizam as classes sociais, ele percebe que é na “contradição histórica motriz (um se divide em dois) e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre” (PÊCHEUX, 2009, p. 179) que funciona a resistência. “Não há dominação sem resistência”, afirma Pêcheux (2009, p. 281). Isso significa que é porque há a falha no ritual e há a contradição da ordem da ideologia que podemos falar em resistência. Ou seja, o conceito de resistência aqui não está relacionado ao ato de resistir às dificuldades, como se fosse um ato heroico, por exemplo, mas sim com uma condição de ser sujeito na linguagem. Segundo De Nardi e Nascimento (2016, p. 88): “O sujeito resiste a discursos outros ao ser interpelado em sujeito do discurso pela ideologia porque, para ser sujeito, é necessário ocupar uma posição no discurso e, portanto, resistir a outras. Eis o que entendemos como sendo um dos movimentos da resistência”.

Diz Orlandi (2012, p. 213): “nos processos discursivos há sempre ‘furos’, falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência”. É, pois, no processo de individu(aliz)ação do sujeito pelo Estado (o processo de subjetivação) que Orlandi identifica pontos de resistência, porque algo falha nesse processo. Ela considera que “a falha é o lugar do possível” (ORLANDI, 2012, p. 230), é nessa fissura que é aberto espaço para a ruptura e, assim, sujeitos (e sentidos) podem vir a ser outros, “fazendo sentido do interior do não-sentido” (ORLANDI, 2012, p. 231). É esse movimento que caracteriza a resistência: não se trata de uma simples oposição, de confronto, e, sim, da relação entre o simbólico e o político.

Agora que você conheceu um pouco mais sobre os conceitos de memória/interdiscurso, identificação/contratificação e dominação/resistência, podemos retomar a situação-problema da seção e resolvê-la. Na continuação do debate em sala de aula sobre a ocupação de imóveis por movimentos de moradia, um aluno chama atenção para um ponto recorrente na discussão sobre a questão. Ele afirma que não acha certo chamar o fato de *ocupação* porque, como diz na matéria, o terreno tem um dono, portanto, para ele, o termo correto seria *invasão*, e ele não acha que esse ato seja justo, pois a construtora sairia no prejuízo. Nessa situação, o que e como você poderia responder a este aluno?

O primeiro ponto para o qual você deve chamar atenção é o fato de que, quando se trata de análise do discurso, não lemos e interpretamos os textos em termos de certo e errado, afinal, a escolha pelo uso da palavra *invasão* ou da palavra *ocupação* depende da memória ou do interdiscurso que permite e determina o dizer. No caso das ocupações de imóveis, percebemos que o interdiscurso permite que circulem dois grandes discursos a respeito: que se fale sobre elas como invasões ou como ocupações.

A escolha da palavra *invasão* por parte daquele que enuncia um dizer nos mostra que o sujeito que enuncia está sendo determinado por uma série de discursos já produzidos e esquecidos sobre a importância de se respeitar a propriedade privada, sendo este um direito inviolável, não importando as circunstâncias. Até porque, como afirma o aluno, se a construtora perder a propriedade citada na publicação, ela terá muito prejuízo, não só porque provavelmente pagou um preço alto por ela, mas também porque não poderá construir casas/apartamentos e vendê-los.

Já a escolha da palavra *ocupação* pelo sujeito demonstra que ele se filia a outra memória discursiva, aquela que reconhece o direito à propriedade, mas que defende que todos deveriam ter esse direito respeitado, e que uma propriedade deve ter função social, pois, caso contrário, deve ser “passada” a outro proprietário capaz de dar essa função social a ela. Nesse caso, o Estado passaria ser o proprietário do terreno e daria a ele a função social de suprir a necessidade de moradia daqueles que têm uma renda muito baixa e não conseguem adquirir uma propriedade sem a ajuda do Estado. Assim, o sujeito é afetado por uma série de dizeres identificados com esse posicionamento sobre a questão da propriedade.

Dessa maneira, podemos dizer que tanto o aluno quanto a revista são afetados pela memória de dizeres segundo os quais o direito à propriedade é um direito inviolável e não deve ser desrespeitado em nenhuma circunstância. Mas é possível visualizar na publicação também a memória que afeta

o movimento que ocupou a propriedade, uma vez que o assentamento recebe o nome *Ocupação sem medo*. Para expor esse conflito de sentidos, você pode retomar alguns trechos da Constituição brasileira sobre o direito à propriedade e a sua função social.

Porém, cabe lembrar que essas escolhas não são conscientes. Elas são determinadas por um trabalho da ideologia que naturaliza certos sentidos, tratando-os como verdades ou evidências. Nesse sentido, não teria por que, por exemplo, questionar o termo *invasão* que prevalece nos dizeres dos sujeitos atualmente, uma vez que este é o termo mais utilizado pela grande imprensa, o que produz o efeito de evidência. Isso porque a memória aciona as condições de produção de uma dada enunciação, e essas condições englobam o contexto imediato de enunciação (pergunta em sala de aula, publicação da matéria), o contexto sócio-histórico e o contexto ideológico.

Por fim, podemos pensar sobre a seguinte questão do aluno: seria justo ocupar/invadir uma propriedade? Mais uma vez, a resposta irá depender do que o interdiscurso permita que seja dito sobre justiça: o que se considera justo e o que se considera injusto? É justo que a construtora receba do Estado um valor abaixo daquele que poderia lucrar com a construção e venda de imóveis em uma área nobre da cidade? É justo que apenas algumas pessoas tenham não só um lugar para morar, mas também lucrem com a moradia, enquanto há milhares de pessoas sem uma moradia, ainda que simples? Quais redes de sentido afetam os sujeitos quanto a esse problema? Essas são questões que podem ser colocadas por você, enquanto professor, na sala de aula.

Avançando na prática

Resiste ou insiste?

Descrição da situação-problema

Faleceu recentemente o ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, sob circunstâncias suspeitas: às vésperas de homologar delações que envolviam figurões da política nacional em escândalos de corrupção, sofreu um acidente quando viajava em um jatinho. Nenhum dos cinco passageiros chegou vivo ao seu destino.

A situação é delicada: após sua morte, o atual Presidente da República, Michel Temer, um dos investigados na operação da qual Zavascki era relator, é o responsável pela indicação do novo ministro do STF, cuja aprovação passa pelo Senado (portanto: por vários outros investigados).

E ainda: em um áudio gravado de forma oculta, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi flagrado em uma conversa com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, sobre um plano para deter uma das maiores operações nacionais de combate à corrupção, a chamada Lava Jato. Eles se preocupam com a postura de Teori frente ao caso: “um caminho é buscar alguém que tem ligação com o Teori, mas parece que não tem ninguém”, teria dito Machado. Jucá responde: “não tem. É um cara fechado, foi ela [Dilma] que botou, um cara... Burocrata da... Ex-ministro do STJ [Superior Tribunal de Justiça]” (UOL, 2017).

No avião, viajavam também outros passageiros, inclusive uma moça que é massoterapeuta e sua mãe. Após o acidente aéreo, há relatos de que uma mulher teria pedido socorro, mas o resgate chegou 70 minutos depois e ela não resistiu. Em meio a esse contexto, a Revista Veja publica a reportagem *A história de Maíra, massoterapeuta morta no mesmo avião de Teori* (VIEIRA; GONÇALVES, 2017) e os leitores discutem avidamente sobre a vida sexual da moça nos comentários da versão online do texto.

Como esse tipo de reportagem funciona? Que tipos de efeito produz? Como fica a resistência diante das questões (políticas) que afetam nossa vida em sociedade? A discussão que a gente vê na Veja contribui para que novas posições sejam discutidas e confrontadas ou é um modo de insistir, despercebidamente, na manutenção das relações de poder vigentes?

Resolução da situação-problema

Temos aqui diferentes modos de lidar com essa situação-problema, e você pode se enveredar pelo caminho que mais lhe interessar:

- Esta é uma oportunidade de compreender um recurso muito eficiente da mídia: aticar uma discussão que recobre outra(s). Veja como, **frente a questões que de fato impactam a vida do brasileiro** (por exemplo: “Será que foi acidente?”, “Que provas podem atestar isso?”, “Que consequências isso tem, já que justamente os prejudicados pelo ministro se beneficiam com sua morte?”, “Foram apuradas as responsabilidades pela morte da mulher que poderia ter sobrevivido?”), **a discussão é desviada** para uma questão de foro íntimo, sem nenhuma implicação política (“Ela era amante/prostituta?”).
- É também uma oportunidade de explorar a questão da resistência: note como, ao tratar do lugar social ocupado por uma mulher com características automaticamente relacionadas ao sexo (bonita, bailarina, massoterapeuta, etc.), a mesma memória é atualizada (ainda que seja para discordar). Não há deslocamento, tanto faz se a pessoa defende ou não a ideia de que a moça estaria no avião para participar de atividades sexuais: o fato é que a discussão se inscreve no mesmo lugar, que é o que sustenta a cultura do estupro/castração (dois lados

da mesma moeda: se você parar para analisar, vai perceber como ambos estão relacionados).

O que mais você percebe que pode ser analisado nesta que é, indubitavelmente, uma grande situação-problema?

Faça valer a pena

1. Leia atentamente o trecho do texto a seguir:

Existem diferentes modos de tratar a memória: por exemplo, “lembrança ou reminiscência, memória social ou coletiva, memória institucional, memória mitológica, memória registrada, memória do historiador”.

(ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória.** Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007. p. 7)

Se, quando a Análise de Discurso se constituiu, a noção de memória já tinha significados bastante conhecidos e difundidos, por que não usou um deles, em vez de ressignificá-la, ou seja, tratá-la de um modo específico?

- a) Havia a necessidade de inventar algo novo para justificar o surgimento de uma disciplina nova.
- b) Os fundadores dessa disciplina escolheram significados diferentes, então resolveram criar um novo para evitar desentendimentos.
- c) Os sentidos já conhecidos eram incompatíveis com a teoria da análise do discurso.
- d) As palavras não são rótulos que identificam ideias, objetos e pensamentos.
- e) Na verdade, a teoria usou um significado que já era conhecido e apenas acrescentou a palavra “discursiva”.

2. Analise as seguintes afirmações:

- I. A teoria do discurso só trata da memória abstrata, desconsiderando a empírica, por exemplo, a dos arquivos que reúnem documentos importantes.
- II. Pensar que memória significa a capacidade de reter ideias/informações, etc., é válido, porém, na análise do discurso o conceito é definido de outro modo.
- III. Frente ao mesmo dizer, se duas pessoas discordam do seu significado é porque uma delas precisa se informar melhor para não dizer bobagens ou falsidades.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

3. Leia o excerto a seguir:

“De facto, não é a realidade da inferioridade social dos negros que está em discussão. Ninguém se lembrou ainda de contestá-la. E tanto importaria contestar a própria evidência. Contendem, porém, os que **a reputam inerente à constituição orgânica da raça e, por isso, definitiva e irreparável, com aqueles que a consideram transitória e remediável.**”

(RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Nacional, 1932, p. 388 [grifo nosso])

Escrito em finais do século XIX (foi publicado postumamente em 1932), nesse trecho, o livro sintetiza as posições manifestadas na época em relação ao negro. Haveria os que acreditavam que sua inferioridade era “irreparável” (pois era inerente) e os que discordavam disso dizendo que ela seria “remediável”.

Se considerássemos a resistência como mera oposição, se a reduzíssemos a um confronto entre favoráveis e contrários a determinada questão, o que deixaríamos de ver, por exemplo, nesse dizer?

Analise as afirmativas a seguir:

- I. Independentemente de o sujeito que enuncia se identificar ou não com um dos pontos de vista, ambos estão determinados pela mesma memória discursiva.
- II. Ainda que sejam apresentados pontos de vista diferentes, os dois são determinados pelo interdiscurso, segundo o qual os negros seriam considerados inferiores aos brancos.
- III. Como há resistência à ideia de que os negros não poderiam se desenvolver intelectual e moralmente, é aberto um espaço no qual novos sentidos são possíveis e, portanto, a constituição de novos discursos sobre os negros.

Está correto o que se afirma:

- a) Em I, apenas.
- b) Em II, apenas.
- c) Em III, apenas.
- d) Em I e II, apenas.
- e) Em II e III, apenas.

Contradições no social

Diálogo aberto

Caro aluno, estamos encerrando nosso percurso de estudo da Análise do Discurso. Procuramos abordar, ao longo das unidades, os principais conceitos da teoria, aplicando-os sempre a análises e situações reais do cotidiano e da carreira profissional. A ideia é que, conhecendo a Análise do Discurso, você tenha mais insumos para interpretar os mais variados textos de forma crítica e situada. Para encerrar este percurso, vamos abordar, nesta seção, o funcionamento da ideologia por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado, conforme proposto por Althusser.

Para desenvolver este tema, propomos uma nova situação-problema. Retomando, então, o contexto de aprendizagem desta unidade, pedimos que você se colocasse no lugar de um professor universitário que ministra uma disciplina sobre temas contemporâneos e polêmicos da sociedade brasileira, oferecida para diferentes cursos de graduação. Nas últimas aulas, você tem trabalhado com a questão da invasão/ocupação de imóveis por movimentos de moradia.

Ainda no debate acerca desse tema, promovido por você em sala de aula, percebendo a existência de diferentes posicionamentos por parte dos alunos, você coloca a seguinte questão para a turma: “A partir de tudo o que dissemos aqui e da leitura do trecho dessa reportagem, qual seria o papel da imprensa nessa história? Como ela narra a trajetória do grupo retratado na reportagem? Ela trata o fato de forma imparcial e objetiva, como se exige da imprensa? É possível tratar a realidade imparcialmente? A imprensa pode ser considerada um Aparelho Ideológico de Estado?”. Diante destas questões, quais são os possíveis posicionamentos dos alunos e como você finalizaria o debate tratando dessa questão?

Vamos, então, conhecer um pouco mais da Análise do Discurso e resolver este desafio?

Não pode faltar

Iniciamos a seção retomando a seguinte citação de Pêcheux (2009, p. 131): “a ideologia dominante não se torna dominante pela graça do céu”. Ela será importante para a discussão que faremos nesta seção a fim de compreender como se constituem as contradições no social pelo trabalho da ideologia.

Essas contradições, como podemos observar, podem determinar as relações desiguais na sociedade, que se assentam sobre a tensão *dominante x dominado*. Você pode estar se perguntando o que essa questão social e ideológica tem a ver com linguagem e, mais especificamente, com Análise do Discurso. Vamos responder a esta questão desenvolvendo os temas desta seção.



Refleta

A escravidão do Brasil se sustentou na base da chibata: à força da violência física, milhões de braços africanos moveram a força produtiva do país durante décadas.

Vamos pensar, se a força física fosse suficiente, por que a escravidão não se manteve até os dias de hoje? Além da força física, o que mais funciona movendo relações de dominação (inclusive uma tão radical como o modelo escravocrata brasileiro)?

Segundo Guimarães (2005, p. 16): “O político [divisão desigual do poder] é a luta para fazer circular efeitos de sentido [...] e se caracteriza como lugar de disputa dos princípios que regem a vida social em suas diferenças, sendo ele próprio a prática dessas diferenças”. O que Guimarães está dizendo aqui é que a vida em sociedade é regida por certos princípios, mas, como você viu na citação de Pêcheux no parágrafo anterior, a escolha desses princípios não é aleatória e muito menos pacífica. Ela envolve disputas entre diferentes grupos, e é aí que entra o político. O político é o meio pelo qual essas disputas ocorrem, e essas disputas, que são pela circulação e predomínio de certos sentidos e não outros, se dão por meio da linguagem. Consegue, aqui, perceber a relação entre ideologia, dominação e linguagem?

Nesse sentido, a enunciação se inscreve em espaços de disputas afetados “pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos”.

Tudo isso interfere diretamente no poder de dizer do sujeito!

Falamos, sim, “mas nem sempre ocupamos espaços de enunciação que permitam que nosso desejo se coloque” (JESUS, 2014, p. 73). Ou, como compreende Lagazzi (1988, p. 97): “O sujeito da linguagem fala, não de qualquer lugar, mas de uma posição já definida social, histórica e ideologicamente, ou que se define no jogo discursivo, no embate de forças, mas sempre de um lugar ao mesmo tempo determinado pela/determinador da história desse sujeito [...]”. Por exemplo, o funcionário de um cargo considerado mais baixo em uma empresa pode falar tudo o que deseja aos seus superiores ou mesmo ao dono da empresa? Ele até poderia, mas sofreria consequências sérias, como uma demissão, por exemplo. Nesse sentido, os espaços de enunciação que esse

funcionário consegue ocupar não permitem que ele enuncie tudo o que pensa sobre a empresa.

E como se dá esse embate de forças? De que modo essas relações se constituem? Essas são as questões que investigaremos nesta seção. O fio condutor é a articulação entre as noções de sujeito, ideologia, Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), luta de classes e relações de poder, conforme Pêcheux (2009) esboçou.



Pesquise mais

Uma das fontes da teoria do discurso é a releitura de conceitos importantes trabalhados por Althusser, que também impactaram outras áreas do conhecimento.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 9. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

Pêcheux, um dos fundadores da teoria do discurso, analisou processos políticos, econômicos e ideológicos movidos pela luta de classes justamente porque é a partir deles que os efeitos dessas práticas são materializados. As **ideologias** – como teremos adiante a oportunidade de discutir – não são apenas um conjunto de **ideias**, mas sim um conjunto de **práticas**, e uma das formas de essas práticas se realizarem é na materialidade da língua. Daí a importância da Análise do Discurso para compreender não só o funcionamento da língua, mas também dos processos sócio-históricos.

A ideologia reproduz as relações de produção, ou seja, o sujeito é interpellado (inconscientemente) pela ideologia. Ao ser assujeitado, ocupa determinado lugar na formação social em que se inscreve, sob a ilusão de que o faz por sua livre vontade. No entanto, esta ilusão é apenas o efeito de evidência produzido pela ideologia, uma vez que, na verdade, o sujeito não escolhe de que lugar enuncia, sendo determinado pelas condições de produção do discurso. Vemos, por exemplo, várias declarações, especialmente de pessoas famosas, cuja intenção é afirmar que não têm certos preconceitos, porém, pela própria formulação do discurso, ou seja, pela materialidade da língua, é possível perceber que, na verdade, elas compartilham desses preconceitos.

Até aí, não falamos nenhuma novidade, nada que já não tenhamos discutido em outras seções. O ponto agora é: como a ideologia é (re)produzida? Vamos a ele: **as classes sociais (re)produzem a ideologia por meio dos AIE**, que “colocam em jogo práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem à relação de classe” (ORLANDI, 1983, p. 166).

Na base da teoria materialista da Análise de Discurso está a compreensão das condições ideológicas de produção/transformação das condições de produção. Pêcheux se ocupa inicialmente de explicar os pontos mais gerais sobre a teoria das ideologias, a produção de conhecimentos e a prática política:

“Se estamos destacando “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”, é porque a área da ideologia não é, de modo algum, o *único elemento* dentro do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social; isso seria ignorar as determinações econômicas que condicionam “em última instância” essa reprodução/transformação, no próprio interior da produção econômica, fato evocado por Althusser no começo de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estado.

Ao falar de “reprodução/transformação”, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de *todo modo de produção que se baseia numa divisão em classe, isto é, cujo “princípio” é a luta de classes*. Isso significa, em particular, que consideramos errôneo localizar em pontos diferentes, de um lado, o que contribui para a reprodução das relações de produção e, de outro, o que contribui para sua transformação: a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes “passa por” aquilo que L. Althusser chamou de os aparelhos ideológicos de Estado. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 129-130 [grifo do autor])

A discussão sobre a luta de classes proposta por Althusser é retomada por Pêcheux para pensar a questão da língua: ela é indiferente à divisão de classes e à sua luta (o que caracteriza sua relativa autonomia), mas as classes não são indiferentes à língua: elas utilizam a língua de determinado modo, no campo de seu antagonismo, principalmente em sua luta política.

Um dos aspectos para o qual Pêcheux chama a atenção é o fato de que a Ideologia não se impõe “de maneira igual e homogênea à ‘sociedade’, como espaço anterior à luta de classes: ‘os aparelhos ideológicos de Estado não são a realização da Ideologia em geral’ [...] nem mesmo a realização sem conflitos da ideologia da classe dominante”. E discorda de Althusser: “é impossível atribuir a cada classe sua ideologia”, afirma Pêcheux (2009, p. 130):

“[...] como se cada uma delas vivesse previamente à luta de classes em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, sendo a luta de classe ideológica o encontro de dois mundos distintos e preexistentes, cada um com suas práticas e suas ‘concepções’ do mundo, seguindo-se a esse

encontro a vitória da classe ‘mais forte’, que imporá, então, sua ideologia à outra.

É por isso que ele diz: “a ideologia dominante não se torna dominante pela graça do céu”.



Assimile

A necessidade de um mundo logicamente estabilizado é o que produz sua divisão em dicotomias: dominante/dominado, bonito/feio, oprimido/opressor, etc. Mas, no real dos sentidos, as identidades não estão engessadas, fixas, estanques: são (re)significadas conforme as condições de produção em dada formação social, em dado momento histórico.

Uma pessoa pode, por exemplo, ocupar o lugar de dominado sob determinadas condições e, em outras, ser dominante.

A ilusão de que as “categorias” são fixas, “naturais”, já-dadas, é justamente o que apaga o político na linguagem. É o que nos faz “esquecer” que há uma relação intrínseca entre *língua x sujeito x história* a partir da qual sentidos são produzidos.

Althusser mostra que as ideologias não se atêm a um conjunto de ideias: elas têm existência material, constituem um conjunto de práticas materiais que são necessárias à reprodução das relações de produção. Pêcheux concorda: “as ideologias não são feitas de ‘ideias’, mas de práticas (2009 [1988], p. 130). E é nos AIE que se realizam: eles “são seu lugar e meio de realização” (2009, p. 131). Citando Althusser, Pêcheux prossegue: “é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna dominante” (2009, p. 131). Porém,

“[...] os aparelhos ideológicos de Estado não são [...] puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes (...), o que significa que os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista). *De onde, a expressão ‘reprodução/transformação que empregamos.* (PÊCHEUX, 2009, p. 131 [grifo do autor])



Exemplificando

Talvez você já tenha visto em algum lugar um dos célebres pensamentos de Paulo Freire: “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor” (FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 60).

Essa fala de Paulo Freire ilustra, por exemplo, a realidade social brasileira e, principalmente, o imaginário de que a educação seria o meio pelo qual o sujeito pode deixar de ser “empregado” e passar a ser “patrão”, sem, assim, romper com as relações desiguais que constituem a sociedade. Nesse sentido, a escola estaria funcionando como um AIE, reproduzindo este imaginário. No entanto, o que Freire coloca é que se a escola passa a circular outras formas de relações sociais que não se assentem na desigualdade, podem-se empreender uma mudança real da sociedade. Assim, este é um exemplo em que o que está em jogo é a constituição de um processo de desidentificação (não é uma questão de ser opressor ou oprimido, mas sim de sair dessa relação), que só é possível quando os aparelhos ideológicos do Estado funcionam de outro modo (no caso, a educação teria que passar a ser libertadora).

O conjunto complexo dos AIE é constituído pelas condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, determinadas conforme o momento histórico e a formação social.

Cada aparelho ideológico de Estado contribui a seu modo para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. Ou seja: eles não contribuem de modo igual, equitativo. Suas propriedades são “regionais” e, pois, a relevância de cada um no conjunto dos AIE varia conforme o estado da luta de classes.

Pêcheux (2009 [1988], p. 134) prossegue afirmando que a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada. Essa estrutura é a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes.

A contradição, nesse sentido, não se dá a partir da oposição entre duas forças (oprimidos/opressores, brancos/negros, dominantes/dominados) em colisão, já que, segundo Pêcheux (2009), não é possível considerar que as duas forças em disputa, dentro de um Aparelho Ideológico do Estado, buscariam realizar as mesmas ações, para o seu proveito próprio. Por exemplo, os movimentos feministas não lutam para que a mulher seja como o homem ou mais importante que ele, no sentido de inverter as relações de poder. As mulheres não lutam para subjugar os homens, mas por igualdade entre

homens e mulheres. Nesse sentido, a “luta ideológica entre duas classes antagonistas não é simétrica”, diz Pêcheux (2009, p. 134 [grifo do autor]).



Exemplificando

“Os negros não foram colonizados porque são negros”, constata Munanga, “ao contrário, na tomada de suas terras e na expropriação de sua força de trabalho, com vista à expansão colonial, é que se tornaram pretos” (MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 2009. p. 8).

Na citação acima, é possível perceber que a própria identidade “negro” é significada a partir de uma ideologia que é a do colonizador, em um processo em que toda a historicidade do sujeito que passa a ser chamado de “negro” é apagada. Não estamos dizendo que determinados sujeitos não tinham pele escura antes: o que estamos mostrando é que a concentração de melanina é significada, em determinado contexto, em determinadas condições, como critério de distinções sociais (e não apenas biológica) por outra classe social. Ou seja: a questão não se reduz a um embate entre brancos e negros, já que a própria categoria “negro” é produzida na/pela própria relação de poder tensionada nesse embate. Como constata Jesus (2014, p. vi), “sujeitos são despidos de sua historicidade e ‘vestidos’ em pele escura”. E isso produz seus efeitos no conjunto da sociedade nacional.

Portanto, vamos repetir: “a luta ideológica entre duas classes antagonistas não é *simétrica*” (Pêcheux, 2009 [1988], p. 134). Considerá-la como um embate entre duas forças opostas é um equívoco dos mais comuns, fique atento!

Outro equívoco evidenciado por Pêcheux (2009, p. 134 [grifo do autor]),

“[...] gêmeo do primeiro, relativo à natureza da contradição, [...] consistiria em opor reprodução e transformação como poderiam ser opostas *inércia* e *movimento*: a ideia de que a reprodução das relações de produção não necessitaria ser explicada, porque “caminham por si mesmas”, *tanto que não são atingidas* mesmo que não se levem em consideração as *falhas* e os *malogros* do sistema, e uma ilusão eternalista e antialética. Na realidade, a reprodução, bem como a transformação das relações de produção, é um *processo objetivo* cujo mistério é preciso desvendar, e não um simples estado de fato que bastaria ser constatado.

Nesse excerto, Pêcheux está tratando de algo que é comum que se faça: reduzir a questão discutida a um simples estado a ser constatado. Nesse caso, cada um poderia interpretá-la a seu modo ou reproduzir justamente o que pensam estar criticando, e, muitas vezes, um debate importante pode se transformar em peleja pessoal. Daí a necessidade de se desvendar o mistério dos processos de transformação e reprodução das relações sociais, como afirma Pêcheux.

Esse mistério pode ser desvendado pela interpelação do indivíduo em sujeito através da ideologia. Nesse sentido, Pêcheux concorda com Althusser e o cita: “só há prática através de e sob uma ideologia” e “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 2009, p. 135). Assim, para que os sentidos sejam produzidos, é preciso interpretar, sempre, e a interpretação, por sua vez, passa sempre pela ideologia.

Eni Orlandi disse algo fundamental a esse respeito, de que você deve se lembrar (tanto de alguma situação que já tenha vivido ou presenciado quanto do fato de já termos discutido isso em outras seções):

“[a ideologia] funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição [...]. O que aparece ao sujeito como sua definição mais interna e essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso a sua ilusão de autonomia ideologicamente constituída. Quanto mais certezas, menos possibilidade de falhas: não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona: [...] não é em ‘x’ que está a ideologia, é no mecanismo (imaginário) de produzir ‘x’, sendo ‘x’ um objeto simbólico. Isso tudo derivando do fato de que não há sentido se a língua não se inscrever na história. A ideologia não é ocultação, ela é produção de evidências. (ORLANDI, 2008, p. 104)

É assim que, como nos ensina Pêcheux (2009, p. 146-147 [grifo do autor]):

“[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [...] *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência*

a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Esta é a primeira tese do autor, que leva à segunda (2009, p. 148-149 [grifo do autor]): “Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas”. Esse “todo complexo com dominante” é o que chamamos em outro momento de interdiscurso. E a lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações discursivas também o submete.

Assim, podemos observar que a teoria do discurso é constituída enquanto uma prática discursiva na conjuntura desse trabalho político-ideológico sobre o complexo dos aparelhos ideológicos de Estado (e, portanto, sobre as formações ideológicas e as formações discursivas que lhe são coextensivas). Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 197 [grifo do autor]),

“

[...] toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório desigual-sobredeterminado nas formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. Essas formações discursivas mantêm entre si relações de determinação dissimétricas (pelos “efeitos de pré-construído” e “efeitos-transversos” ou “de articulação” (...) de modo que elas são o lugar de um *trabalho de reconfiguração* que constitui, segundo o caso, um trabalho de redescobrimen-to-reprodução-reinscrição ou um trabalho politicamente e/ou cientificamente produtivo.

É assim que Pêcheux constrói o discurso como objeto teórico cujo funcionamento é movido pela articulação entre ideologia e inconsciente e pelos (complexos) mecanismos da constituição do sujeito. É passando pela releitura de Lacan (a noção de inconsciente), de Saussure (a noção de língua) e de Marx via Althusser (a noção de ideologia) que conceitos são ressignificados e articulados, dando a ver processos em que sujeitos e sentidos são produzidos.

Agora recomendamos um momento de reflexão: a teoria do discurso é toda articulada, o que vimos seção a seção vai ganhando forma e sentido à medida que avançamos. Você está conseguindo relembrar e articular o que já discutimos para compreender como podemos ter uma relação muito mais produtiva com a linguagem?

Sem medo de errar

Na situação-problema desta unidade, pedimos que você continuasse a discussão sobre a ocupação de imóveis por movimentos de moradia, refletindo, agora sobre o papel da imprensa ao relatar esse fenômeno social. Para desenvolver a resolução, vamos retomar o excerto da matéria que foi trabalhado.

“ A chegada

Era perto das 23 horas do dia 1º de setembro quando ônibus entraram em um terreno de 72.000 metros quadrados – suficiente para abrigar dez campos oficiais de futebol – que a construtora MZM mantém em São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo. Militantes do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) desceram dos veículos e se apressaram em levantar dezenas de barracas no local. Em poucos dias, o assentamento, encravado em um bairro de **classe média e média alta**, entre a fábrica da Scania e a via Anchieta e a menos de 3 quilômetros da prefeitura, se tornaria uma das maiores **invasões** já feitas na história do **grupo**.

[...]

Os invasores

Batizado de “**Ocupação Povo sem Medo**”, o **assentamento** de São Bernardo do Campo foi constituído por **militantes** de outras **invasões** mantidas pelo MTST. Pessoas que **habitavam** outros terrenos foram escolhidas por meio de assembleias para formar as primeiras barracas na **propriedade da construtora MZM**. O crescimento exponencial se deu a partir do dia 7 de setembro, quando os **militantes** aproveitaram o feriado para organizar uma força-tarefa e erguer tendas – mesmo que, naquele momento, não houvesse pessoas destinadas a elas.

(GHIROTTI, [s.d.])

Aparentemente, esse excerto está apenas descrevendo como se iniciou a ocupação Povo sem medo, no entanto, ao designar o grupo como “os invasores”, a publicação é fundamentada por uma ideologia que considera

inviolável o direito à propriedade. Se fôssemos esmiuçar o fato em termos de um conflito de formações ideológicas, considerando a questão da luta de classes, teríamos, de um lado, os proprietários de grandes imóveis desocupados e que não cumprem a sua função social e, de outro, pessoas com baixa renda que não têm moradia e também não têm condições de adquirir um imóvel, considerando as relações especulativas que regulam a cidade.

Nesse conflito, é possível perceber que a publicação (e poderíamos estender para a imprensa em geral) reproduz os discursos que consideram como invasão o ato de ocupar imóveis desocupados, como ocorrido na Ocupação povo sem medo. Nesse sentido, poderíamos pensar que a imprensa, ainda que não esteja vinculada oficialmente ao Estado, como a Escola, funciona como um de seus aparelhos ideológicos, na medida em que reproduz a ideologia dominante (que defende o direito inviolável à propriedade). Ainda assim, aparece no excerto uma outra voz, outra formação ideológica, que considera a mesma ação como ocupação que pode ser amparada pelo Estado e, portanto, legal.

Assim, percebemos que, neste caso específico, a publicação, por mais que tente ser imparcial apenas narrando um fato, tem o seu discurso alinhado à formação ideológica dominante. E, se você observar diferentes publicações, irá perceber que elas se alinham a diferentes formações ideológicas, o que mostra que o imaginário de que a imprensa deve ser neutra e imparcial não se sustenta, uma vez que a produção de sentido passa, necessariamente, pela ideologia. Dessa maneira, é natural que a imprensa “tome partido” de uma ou outra posição, mas, por isso mesmo, é fundamental que a imprensa seja diversificada para que diferentes pontos de vista e ideologias possam circular.

Faça valer a pena

1. Analise as seguintes afirmações:

Pêcheux analisou processos políticos, econômicos e ideológicos movidos pela luta de classes antagonicas, porque

- I. é a partir deles que os efeitos dessas práticas são materializados;
- II. ele era filiado ao partido comunista francês;
- III. queria ser um teórico de mais prestígio do que os linguistas, então começou a refletir sobre questões que, mesmo não tendo a ver com a língua, são mais complexas.

É correto o que se afirma em:

- a) Em I, apenas.
- b) Em II, apenas.
- c) Em III, apenas.

- d) Em I e II, apenas.
- e) Em II e III, apenas.

2. Leia atentamente o texto a seguir:

“A expressão ‘Pensar fora da caixa’, oriunda do inglês ‘Think outside the box’, conota ‘pensar livre das amarras convencionais’ e tem sua origem controversa; a primeira versão do surgimento dela é a do consultor americano John Adair em 1969; a segunda é que teria sido criada por Mike Vance. De acordo com ele, o termo foi utilizado em um treinamento do Grupo Disney – durante a resolução de um dos mais famosos quebra-cabeças corporativos: o de passar o lápis em todos os pontos de um quadrado sem tirá-lo do papel.

(Fonte: LEITE, Guilherme. Mas o que seria pensar fora da caixa? **Ceschini Consultoria**. 9 out. 2013. [s.p.].

A expressão “pensar fora da caixa” pode ser explicada:

- a) pelo desejo humano de dar explicações dispensáveis.
- b) pela ilusão que temos de viver em um mundo logicamente estabilizado.
- c) pelo desejo de analisar questões políticas e ideológicas.
- d) pela necessidade do homem de sempre ter uma opinião formada sobre qualquer assunto.
- e) pelo desejo do homem de reproduzir apenas discursos comuns.

3. Leia atentamente o texto a seguir:

“A doutrinação política e ideológica em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores”

(Fonte: POR UMA LEI contra o abuso da liberdade de ensinar. **Escola sem Partido**. [s.d.].)

Considerando esse excerto, é possível afirmar que:

- I. A proposta do movimento Escola sem Partido se sustenta nos princípios da Análise do Discurso, especialmente no que diz respeito ao funcionamento da ideologia.

PORQUE

- II. De acordo com a Análise do Discurso, é possível produzir sentidos sem neces-

sariamente se sustentar em uma ideologia, portanto não seria possível atingir a “neutralidade política e ideológica almejada pelo movimento.

A respeito das asserções acima, assinale a alternativa correta:

- a) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- b) A afirmativa I é falsa, e a II é verdadeira.
- c) Ambas as afirmativas são verdadeiras, e a II é uma consequência da I.
- d) Ambas as afirmativas são verdadeiras, e a II não é uma consequência da I.
- e) Ambas as afirmativas são falsas.

- ALTHUSSER, L. Resposta a John Lewis – Observação sobre uma categoria: “Processo sem sujeito nem fim(s)”. In: ALTHUSSER, Louis. **Posições-1**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 dez. 2018.
- DE NARDI, F. S.; NASCIMENTO, F. A. S. A propósito das noções de resistência e tomada de posição na Análise de Discurso: movimentos de resistência nos processos de identificação com o ser paraguaio. **Signum: Estud. Ling.**, Londrina, v. 2, n. 19, p. 80-103, dez. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/25109/20162>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- GHIROTTTO, Edoardo. Por dentro da invasão. **Veja**, [s.d.], Política. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/especiais/por-dentro-da-invasao/>. Acesso em: 14 dez. 2018.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.
- JESUS, Fabiane Teixeira de. **As cores da Nação**: um estudo discursivo de artigos colocados em circulação pela mídia impressa sobre o novo lugar do “negro” no conjunto da sociedade nacional. 2014. Tese (Doutorado em Linguística - IEL/Unicamp, Campinas, 2014, p. 116-7. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/270481/1/Jesus_FabianeTeixeirade_D.pdf. Acesso em: 15 jan. 2018.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. Texto e autoria. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**. Discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.
- LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.
- LAGAZZI, Suzy; ORLANDI, E. **Texto e autoria. Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2010.
- MEMÓRIA. In: **DICIONÁRIO Aulete Digital**. 2019. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/mem%C3%B3ria>. Acesso em: 9 jan. 2019.
- ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ORLANDI, Eni. **O próprio da Análise de Discurso. Escritos**: Discurso e Política. Campinas: Labeurb/Nudecri – Unicamp, 1998. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos3.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- ORLANDI, Eni. **Do sujeito na história e no simbólico. Escritos 4**. Campinas: Labeurb/Nudecri, 1999. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso: conversa com Eni Orlandi. BARRETO, Raquel Goulart. **Teias**: Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez., 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24623/17602>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ORLANDI, Eni. Maio de 1968: os silêncios da memória. ACHARD, P. (et al.) **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni. Análise de discurso. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (org.). **Discurso e textualidade**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2006a. p. 11-31.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, Eni. Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória. **Entremeios: revista de estudos do discurso**, v. 1, n. 1, jul./2010. Disponível em: <http://ojs.univas.edu.br/index.php?journal=revistaentremeios&page=article&op=view&path%5B%5D=18&path%5B%5D=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ORLANDI, Eni. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. **Rua**, v. 16, n. 2, nov./2010.

ORLANDI, Eni. **Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2009.

UOL. Em áudio sobre “estancar” Lava Jato, Jucá disse que Teori não tinha “ligação”. **UOL Notícias**, 19 jan. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/01/19/em-audio-sobre-estancar-lava-jato-juca-disse-que-teori-nao-tinha-ligacao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.

VALENTE, R. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. **Folha de S. Paulo**, 23 maio 2016, Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2019.

VIEIRA, M. C.; GONÇALVES, E. A história de Maíra, massoterapeuta morta no mesmo avião de Teori. **Veja**, 20 jan. 2017, Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/quem-era-a-massoterapeuta-que-viajava-com-teori/pagina-comentarios-1/#comments>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ISBN 978-85-522-1463-2



9 788552 214632 >